

Relatório de Gestão 2023

Exercício 2022



1. MENSAGEM DO DESEMBARGADOR PRESIDENTE	03
2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	04
2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas	04
2.2. Estrutura Organizacional	04
2.3. Estrutura de Governança	05
2.4. Modelo de Negócios e Cadeia de Valor	06
2.5. Ambiente externo	06
3. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	07
3.1. Estratégia e Alocação de Recursos	07
3.2. Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor	08
3.2.1. Projetos, Processos e Objetivos Estratégicos Sustentação da Governança	08
3.2.2. Atuação da Ouvidoria Regional	12
4. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	17
4.1. Riscos significativos quantificados e medidas de mitigação	17
4.2. Gestão de Riscos e Controles Internos	20
4.2.1. Vinculação entre objetivos estratégicos e riscos	21
4.2.2. Controles Internos	22
5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO	24
5.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos finalísticos	24
5.2. Resultado da gestão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	28
5.3. Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão	31
5.3.1. Gestão Orçamentária e Financeira	31
5.3.2. Gestão de Pessoas	40
5.3.3. Gestão de Licitação e Contratos	54
5.3.4. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	57
5.3.5. Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação	70
5.3.6. Gestão de Custos	80
5.3.7. Sustentabilidade Ambiental	80
6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	83
7. ANEXOS E APÊNDICES	94
7.1. Declaração dos Responsáveis pela Governança	94
7.2. Atuação da Secretaria de Auditoria	94
7.3. Rol dos Responsáveis de 01.01.2022 A 31.12.2022	96

1. Mensagem do desembargador presidente no exercício 2022



O ano de 2022, com o fim da fase mais aguda da pandemia da Covid-19, leva-nos a lembrar da arte de Nelson Cavaquinho: “o sol há de brilhar mais uma vez; a luz há de chegar aos corações”. Vale dizer, tempo de retomada do trabalho presencial, inclusive com sessões de julgamento e audiências; volta dos nossos encontros, reuniões sem a distância fria das telas; de menos temor, sem esquecer, todavia, das cicatrizes do período, mais ainda dos que nos deixaram.

Momento, outrossim, de trabalho árduo na administração, fixando-se, como pilares da gestão, as práticas corporativas, ambientais e sociais.

Desse modo, nas práticas corporativas, o Regional, dentre outras realizações, alcançou todas as metas fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, consolidou as atividades do Programa de Gestão de Inovação e do Laboratório de inovação, além de ter sido pioneiro, na região Nordeste, em implantar a Ouvidoria da Mulher.

Nas práticas sociais, o nosso Tribunal Regional do Trabalho, sem embargo de outras ações, publicou edital e realizou as provas do tão esperado concurso público de servidores(as), instalou piso tátil direcional em todos os seus prédios, criou comissão de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual, e, em parceria com a Amatra 13, realizou a sua primeira corrida de rua, as dez milhas do Trabalho.

Como prática ambiental, deve ser destacada a instalação de mais quatro usinas fotovoltaicas, contemplando a sede do Tribunal, Fóruns de João Pessoa e Campina Grande e do CMP.

Sublinho que todas essas ações, práticas e conquistas, decorreram do trabalho dedicado e competente dos(as) magistrados (as), servidores (as) e colabores(as) terceirizados do nosso TRT-13. Essa construção coletiva levou o Regional, no ano de 2022, a receber o selo diamante do Conselho Nacional de Justiça, destinado aos tribunais que se destacam em políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados.

Nesse contexto, sobressai a minha honra em apresentar o Relato Integrado de Gestão do Regional, detalhando as ações administrativas do exercício do ano 2022, que para além do aspecto formal, exprime o duro, comprometido e abnegado trabalho dos(as) que fazem o TRT-13.

Leonardo José Videres Trajano
Presidente – Exercício 2022



2. Visão Geral Organizacional e do Ambiente Externo

2.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, órgão da Justiça do Trabalho, com atividades pautadas na Constituição da República, na Consolidação das Leis do Trabalho, nas normas do Conselho Nacional de Justiça e

do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, no Plano Plurianual, na Lei Orçamentária Anual, no Regimento Interno e no Plano Estratégico Institucional, estabeleceu, como missão e visão de futuro:

MISSÃO INSTITUCIONAL

Realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO DE FUTURO

Consolidar-se como justiça de qualidade, ágil e efetiva, que contribua para pacificação social, promoção do trabalho digno e desenvolvimento sustentável.

2.2. Estrutura Organizacional

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região conta em sua estrutura com 10 (dez) desembargadores no segundo grau e 58 (cinquenta e oito) juízes no primeiro grau, dos quais 26 (vinte e seis) são juízes titulares de varas e 32 (trinta

e dois) juízes substitutos, distribuídos em 03 Circunscrições Judiciárias (Resolução Administrativa nº 091/2017, alterada pela RA 048/2019):

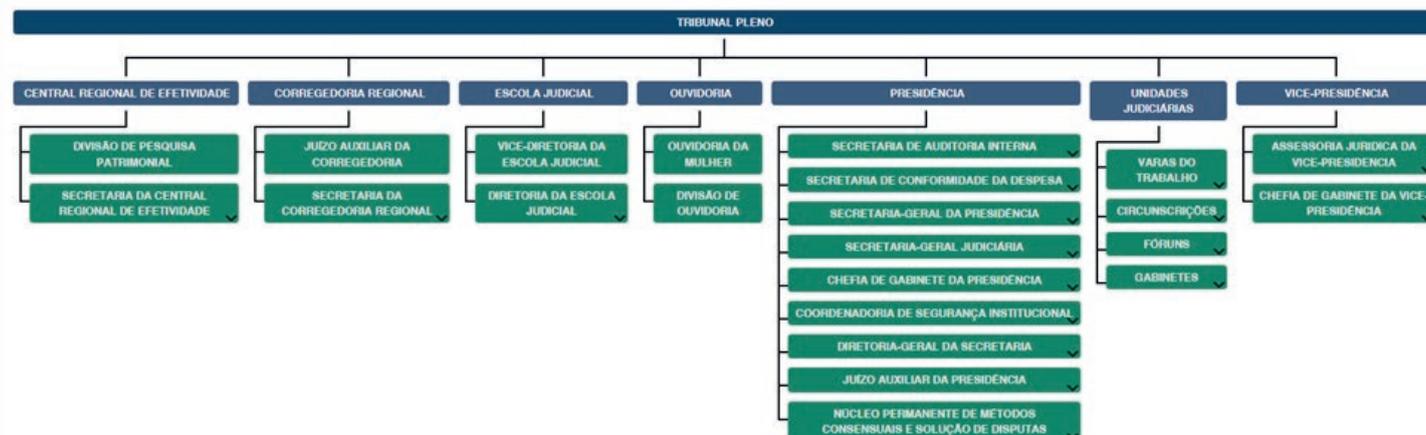
1ª Circunscrição Judiciária	Varas do Trabalho de João Pessoa, de Santa Rita e da Central Regional de Efetividade
2ª Circunscrição Judiciária	Varas do Trabalho de Campina Grande e de Guarabira
3ª Circunscrição Judiciária	Varas do Trabalho de Catolé do Rocha, de Itaporanga, de Patos e de Sousa

Informações sobre as jurisdições da 13ª região



Organograma do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região encontra-se disponível para consulta no endereço eletrônico: <https://www.TRT-13.jus.br/organograma/>

Expandir tudo



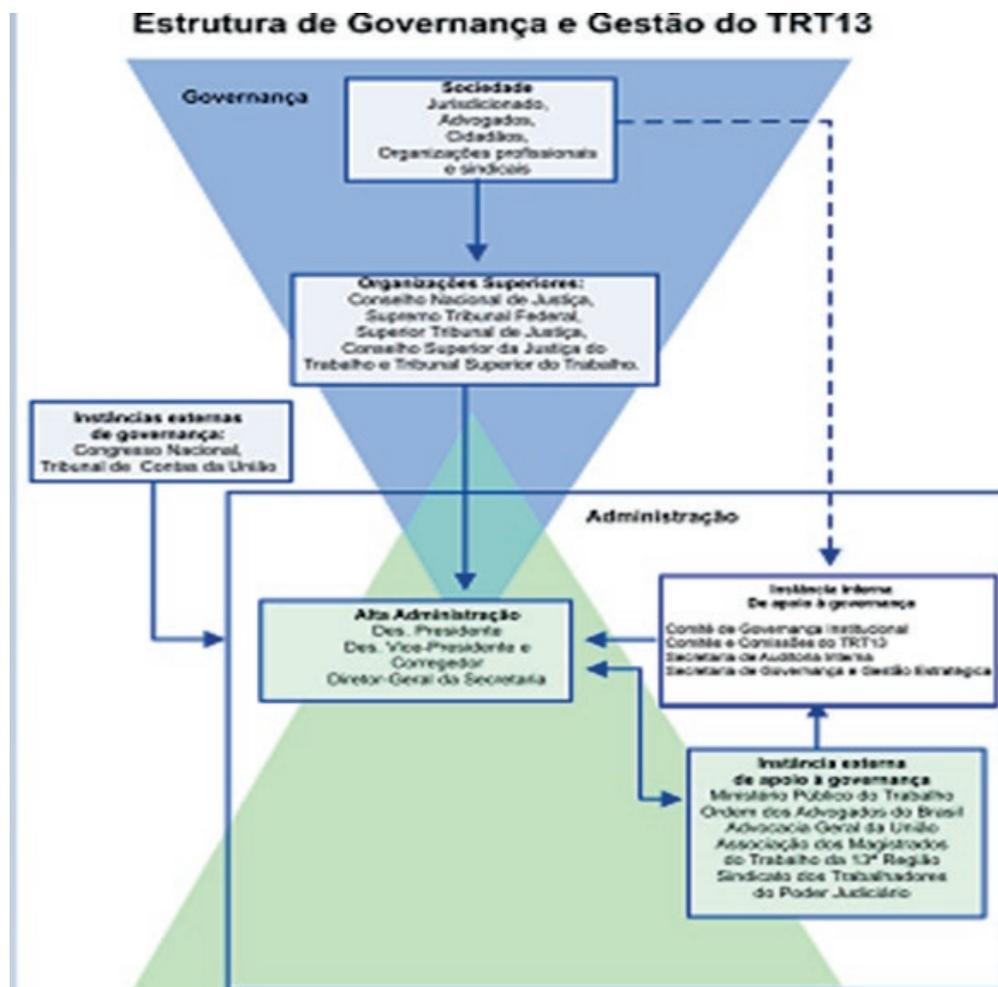
2.3. Estrutura de Governança

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região exercita a governança institucional (RA 051/2019) por meio dos pilares de liderança, estratégia e controle, postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à prestação de serviços de interesse da sociedade, com celeridade e eficácia.

São responsáveis pelo sistema de governança institucional do TRT da 13ª Região: a alta administração (Desembargador Presidente, Desembargador Vice-

Presidente e Diretor-Geral de Secretaria), o Tribunal Pleno (10 desembargadores) e outras unidades internas de apoio, a exemplo do Comitê de Governança Institucional, Comitês e Comissões do TRT da 13ª Região, Secretaria de Auditoria Interna e Ouvidoria.

As atribuições e composições dos comitês e comissões estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico <https://www.TRT-13.jus.br/age/atas-das-reunioes-administrativas>.





2.4. Modelo de Negócios e Cadeia de Valor

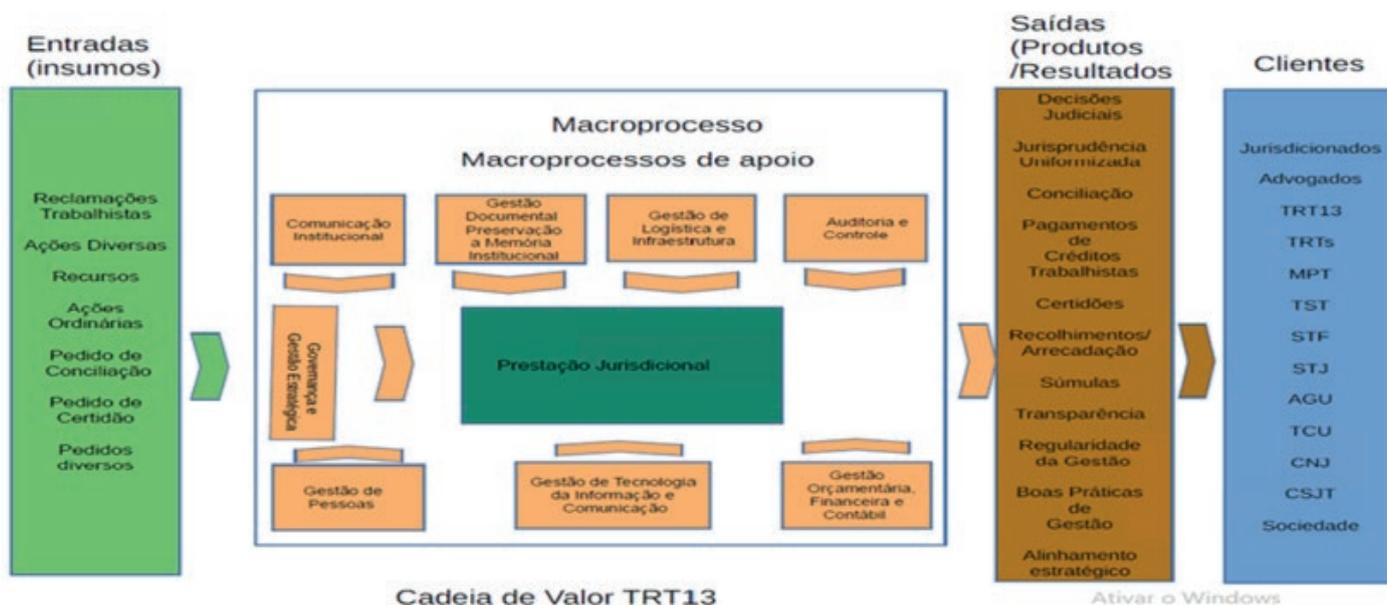
A Cadeia de Valor do TRT da 13ª Região representa os principais macroprocessos desempenhados para satisfazer às necessidades dos jurisdicionados, expressar de forma clara a missão institucional e aprimorar a governança.

Os macroprocessos, conjunto de processos executados de forma ordenada para realização de objetivos e metas da organização, classificam-se em finalísticos e de apoio.

São macroprocessos finalísticos aqueles que impactam diretamente no jurisdicionado, ou seja, a prestação

jurisdicional. Estão relacionados à missão da organização e recebem apoio de outros processos internos para geração de produtos ou serviços para o cliente externo.

Os macroprocessos de apoio oferecem as condições para realização dos macroprocessos finalísticos. Estão diretamente relacionados à gestão dos recursos necessários ao desenvolvimento dos processos da instituição. São eles: Estratégia Organizacional, Comunicação Institucional, Gestão de Pessoas, Gestão de Logística e Infraestrutura, Gestão Orçamentária, Gestão de TIC, Auditoria e Controle e Gestão Documental e Preservação da Memória Institucional.



2.5. Ambiente Externo

A Reforma Trabalhista implementada pela Lei nº 13.467/2017 trouxe profundas alterações na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – as quais impulsionaram uma queda vertiginosa no número de novos casos na Justiça do Trabalho. Tais alterações continuaram repercutindo no número de novas ações trabalhistas nos exercícios de 2019 e 2020.

A pandemia do Coronavírus, iniciada em 2020, gerou sérias restrições sanitárias, isolamento social e grave crise econômica, impondo dificuldades aos trabalhadores, empregadores, advogados e até mesmo ao Poder Judiciário

Trabalhista, o qual necessitou se reinventar e se adaptar às novas condições de trabalho, fatos esses que também causaram grande impacto no número de novos casos no âmbito do Judiciário Trabalhista.

Já em 2021, constatou-se um incremento considerável no número de novos casos. Passamos de 16.241 novos casos (2020), para 21.384 novos casos (2021), significando um incremento de aproximadamente 32% (trinta e dois pontos percentuais). Tal fato deveu-se, provavelmente, ao arrefecimento da Pandemia em nível mundial. Em 2022, passou para 22.148. Vejamos os dados:

Tabela de casos novos por ano:

2018	2019	2020	2021	2022
21.748	21.892	16.241	21.384	22.148

O tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento – TMDPC manteve-se dentro de um excelente patamar: 131 (2020), 132 (2021) e 116 dias (2022).

do novo coronavírus, o TRT da 13ª Região, agindo com inovação e implementação de novas rotinas, cumpriu com sua missão de manter uma prestação jurisdicional célere e eficaz.

Não obstante as dificuldades advindas da pandemia

3. Governança, Estratégia e Alocação de Recursos

3.1. Estratégia e Alocação de Recursos

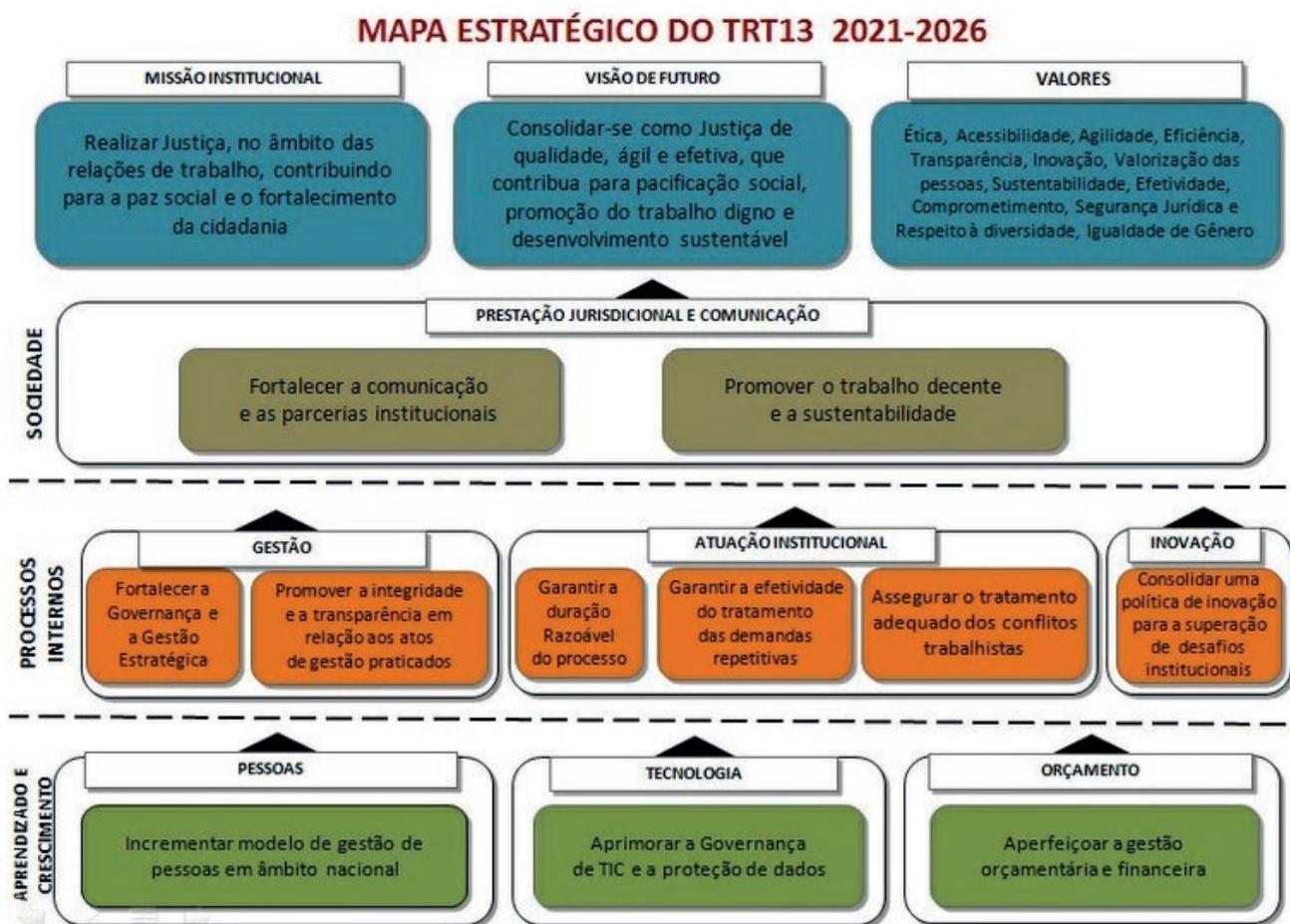
O Planejamento Estratégico do Tribunal foi instituído pela Resolução Administrativa nº 36/2021 e revisado através da Resolução Administrativa nº 22/2022, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo CNJ (Resoluções 325/2020 e 259/2020), com vigência para o ciclo 2021-2026.

monitoramento do Planejamento através de Reunião de Avaliação de Estratégia – RAE, cuja meta é identificar as necessidades de realinhamento e antecipação de estratégias de atuação para o alcance dos objetivos estratégicos por intermédio de iniciativas, projetos e processos.

Os gestores e os membros do Comitê de Governança Institucional (ATO TRT SGP nº 51/2019) realizaram o

Em 2022, segundo ano do ciclo, realizamos 03 (três) RAEs, nos meses de abril, julho e novembro, respectivamente.

O Planejamento Estratégico do TRT da 13ª Região para o ciclo 2021-2026, está consubstanciado no seguinte mapa:



Em conformidade com as diretrizes da transparência na área pública, o Tribunal disponibiliza no endereço eletrônico: <https://bit.ly/40KG871> os objetivos estratégicos, indicadores e metas do Planejamento Estratégico, possibilitando o seu acompanhamento pela sociedade, magistrados e servidores.



3.2. Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor

3.2.1. Projetos, Processos e Objetivos Estratégicos Sustentação da Governança

A governança corporativa abrange ações decisórias de gestão de processos, projetos e riscos e integridade, que fica evidenciado nas grandes decisões das organizações, as quais envolvem riscos e incertezas em relação ao futuro.

Uma organização inova por meio de projetos, e gera valor aos clientes por intermédio de seus processos mapeados e otimizados e ambos controlados mediante gestão de riscos.

Os projetos permitem à Administração acompanhar

a transformação de uma ideia em produto ou serviço, bem como identificar eventuais dificuldades para agir em busca de sua concretização.

No âmbito do TRT da 13ª Região, desde o início do Planejamento Estratégico Institucional 2015-2020, foram criados 86 projetos estratégicos, dos quais 11 estavam ativos no exercício de 2020. A tabela a seguir mostra o desempenho durante o ciclo do Planejamento 2015-2020.

Tabela de Ano e Quantidade de Projetos Estratégicos:

Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Quantidade	18	18	16	10	14	10

No novo ciclo estratégico, iniciado em 2021, o Tribunal instituiu 18 Projetos. Vejamos:

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Quantidade	12	6	-	-	-	-

A sociedade acompanha os projetos estratégicos no site do Regional, Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – Seção de Projetos, (<https://www.TRT-13.jus.br/age/projetos>), conforme abaixo:

TRT-13ª REGIÃO
Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Você está aqui: Página Inicial → Seção de Projetos

Navegação

- Página Inicial
- Planejamento Estratégico 2021-2026
- Planejamento Estratégico 2015-2020
- Planejamento Estratégico 2010-2014
- Cadeia de Valor do TRT 13ª Região
- Governança Institucional
- BI's de Gestão e Governança da SEGEST
- Divisão de Estatística
- Seção de Gestão de Riscos
- Seção de Gestão Socioambiental
- Seção de Processos
- Seção de Projetos**
- Revista TRT13 em Números
- Metas do Poder Judiciário
- Banco de Boas Práticas

Seção de Projetos

A Seção de Projetos tem, entre outras atribuições, as de participar da formulação dos Planos de Gestão do Tribunal, assessorar a Administração em relação aos projetos estratégicos existentes e em desenvolvimento, prestar auxílio técnico às unidades/gestores de projetos, participar das avaliações de desempenho do planejamento estratégico do Tribunal, zelar pela padronização e regulamentação da gestão de projetos no TRT da 13ª Região, promover a melhoria contínua da gestão de projetos e realizar pesquisas a fim de identificar e promover a aplicação de ferramentas de melhoria em gerenciamento de projetos.

I - PROJETOS ESTRATÉGICOS

Click [aqui](#) para acompanhar os Projetos. Para acessar o Sistema Hórus, utilize o **LOGIN: lai** e **SENHA: trt13@lai**, em seguida clique em "Projetos".

2022

- Revisão do Manual de Organização, Regulamento Geral e Organograma do TRT13 à Luz da RA 073/2022
- Implantação do PROGECOM - FASE I
- Governança Temática no TRT13
- Design TRT 2
- Ranking da Transparência 2022 (Encerrado)
- Prêmio CNJ de Qualidade 2022(Encerrado)

A Relação dos Projetos Estratégicos, ativos em 2022, internamente é monitorada por meio do painel da ferramenta do CSJT Sigest, conforme abaixo:

Projeto	Petrocinador	Responsável	Observação	Investimento total		Cronograma	Desempenho	Prazo do projeto Início	Prazo do projeto Término	Prazo das ações Início	Prazo das ações Término	Realizado das ações Início	Realizado das ações Término	Área	Custeio realizado
				Previsto	Realizado										
*Projeto Atuando com o CEJUSC-JT Após Sentenças Condenatórias	LINDINALDO SILVA MARINHO	JOLIE TE MELO RODRIGUES HURUKAIU								12/11/2019	31/03/2020	11/11/2019	13/03/2020	7 Vara do Trabalho de João Pessoa	
*Projeto Bixuar de Corruio é Legal!	WOLNEY DE MACEDO LUNDEIKU	JOSE VIEIRA NETO								30/03/2021	10/12/2021	30/03/2021	22/04/2021	Assessoria de Comunicação Social	
*Projeto Decisões Trabalhistas em PODCAST	ADRIANO MESQUITA DANTAS	JOSE VIEIRA NETO								30/03/2021	30/12/2022	30/03/2021	01/04/2021	Escola Judicial	
*Projeto Design TRT 2	HYANLISLU DE ASSIS BARBOSA JUNIOR	PAULO HENRIQUE TAVARES DA SILVA	- As datas das ações foram alteradas, conforme ata de reunião nº 01, de 18/03/2022.							02/06/2022	19/12/2022	02/06/2022	03/06/2022	5 Vara do Trabalho de João Pessoa	
*Projeto Governança Temática no TRT 13	SAMUELSON WAGNER DE ARAUJO E SILVA	MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA								20/03/2022	11/11/2022	29/03/2022	06/04/2022	Assessoria de Gestão Estratégica	
*Projeto Implantação da Plataforma DGPACC para Acesso ao Repostório Documental da 13ª Região.	RODRIAN CARTAXO MARQUES DUARTE	ROMULO ARAUJO CARVALHO		600,00						23/02/2021	30/11/2021	23/02/2021	31/03/2022	Secretaria Administrativa	
*Projeto Implantação do PROGECOM - FASE I	ALDVARO GONDIM GUEDES PEREIRA	EDGARD SAAGER NETO								23/05/2022	16/12/2022	23/05/2022		Secretaria de Gestão de Pessoas	
*Projeto Plano Institucional de Encargos Curto e Médio, Abandono de Área e Primos Socorros, do Edifício Sede do TRT 13 (2017)	JEFFERSON PEREIRA LIA LUSIA E SILVA	JACKSON BENIAMINI DE LIMA								05/10/2017	30/03/2018	05/10/2017	24/09/2021	Secretaria de Gestão de Pessoas	
*Projeto Programa de Utilização de Rotinas e Procedimentos	LINDINALDO SILVA MARINHO	ITALIA SIMPES LEAO								05/04/2021	20/12/2022	05/04/2021	04/07/2022	Secretaria da Corregedoria	
*Projeto Revisão do Manual de Organização, Regulamento Geral e Organograma do TRT 13 à Luz da RA 73/2022	SAMUELSON WAGNER DE ARAUJO E SILVA	MAX FREDERICO FEITOSA GUEDES PEREIRA								20/07/2022	14/10/2022	22/07/2022	07/10/2022	Assessoria de Gestão Estratégica	
*Projeto Transformação Digital	RODRIGO CARTAXO MARQUES DUARTE	MARCELO LUIS MACHADO MOURA		600,00						31/05/2021	20/12/2022	04/06/2021	31/05/2022	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação TRT 13	
Total				0,00	0,00	1.200,00	0,00								0,00

Desempenho: Meta alcançada Alerta Meta não alcançada Atenção Valor desatualizado
 Ações: Concluída Dentro do prazo Atraso de até 5 dias Atraso maior que 5 dias Cancelada Não iniciada

Os processos

A gestão por processos é um instrumento que auxilia determinada organização na melhoria dos serviços prestados, melhoria das condições de trabalho dos servidores e melhoria da economicidade dos recursos.

Adotar a Gestão de Processos possibilitou ao Tribunal promover:

- Padronização das rotinas e procedimentos;
- Estabelecimento de linguagem comum;
- Melhoria contínua dos processos;
- Fomentar a inovação e criatividade nas ações de processos;
- Melhoria da qualidade dos resultados, produtos e serviços;
- Redução de custos e aumento de produtividade;
- Agilidade no atendimento das demandas;

- Aumento da satisfação dos clientes;
- Identificação de gargalos; e
- Garantia de suporte aos objetivos estratégicos.

Ao final, somamos 17 (dezessete) procedimentos judiciais e 21 (vinte e um) administrativos, otimizados e mapeados no período do planejamento de 2015-2020, alcançando as metas estabelecidas para o ciclo.

Para o novo ciclo estratégico, período de 2021-2026, o Tribunal mapeou e otimizou 10 (dez) procedimentos administrativos.

Todos os procedimentos administrativos e judiciais encontram-se disponibilizados na ferramenta WIKIADM e WIKIJUD respectivamente, acessível à sociedade por meio do link (https://www.TRT-13.jus.br/wikiadm/index.php?title=P%C3%A1gina_principal) e (https://www.TRT-13.jus.br/wikijud/index.php/P%C3%A1gina_principal), conforme mostra as figuras abaixo:

Wiki ADM
TRT PARAIBA

Página principal | Discussão | Ler | Ver código-fonte | Ver histórico | Pesquisar em Assessoria de Gestão Estratégica

Página principal

Prezado(a) Visitante,

Bem-vindo à página WIKIADM do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

A WIKIADM é um projeto de enciclopédia colaborativa, estabelecido na internet sob o princípio wiki, que tem como propósito fornecer de forma objetiva os procedimentos administrativos mapeados e otimizados do TRT 13a Região.

Os procedimentos mapeados, cujos links estão abaixo, servem de índice para as páginas que contêm a descrição das rotinas dos processos de trabalho, os normativos nacionais, as dicas para tramitação do sistema de protocolo administrativo e, ainda, os modelos de documentos e de despachos de mero expediente.

A primeira versão desse manual eletrônico é entregue a você com o convite para que se junte ao grupo que elaborou esse conteúdo, com o objetivo de aprimorá-lo e dessa forma tornar mais ciente a tramitação dos procedimentos administrativos no âmbito do Regional.

Equipe do projeto
Seção de Processos
Assessoria de Gestão Estratégica (age@trt13.jus.br)

Processos Mapeados

- Aquisição de Bens e Serviços Comuns (IN 05/2017/ARP)
- Aposentadoria de Servidores (Voluntária)
- Apuração de indícios de irregularidades apontados pelo TCU no Sistema e-PESSOAL
- Atualização de Regras do DATAJUD
- Auditoria
- Concessão de Diárias
- Concessão e Pagamento de Ajuda de Custo
- Contratação de Empresa para Capacitação de Servidor por Inexigibilidade - Cursos Abertos
- Contratação de serviços técnicos de natureza singular (curso fechados)
- Controle das Ações Judiciais em face do TRT, na esfera administrativa
- Cotação de Preço
- Elaboração do Plano Anual de Aquisições e Contratações - PAAC

Assessoria de Gestão Estratégica
Ramais: 6107, 6033
Email: age@trt13.jus.br
Assessor: Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

Autor: BizÁgi Xpress | Ver atributos

de Demandante - UD

Elaborar DOD /DFD

sim

Procedimentos Judiciários:

Wiki JUD
TRT PARAIBA

Página principal | Discussão | Ler | Ver código-fonte | Ver histórico | Pesquisar em wikijud

Página principal

Prezado(a) Visitante,

Bem-vindo à página WIKIJUD do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região!

A WIKIJUD é um projeto de enciclopédia colaborativa, estabelecido na internet sob o princípio wiki, que tem como propósito fornecer de forma objetiva as rotinas mapeadas, otimizadas e padronizadas relativas à tramitação judiciária interna dos procedimentos afetos às competências das secretarias de turmas, gabinetes de desembargadores e demais unidades judiciárias que compõem a estrutura do 2º grau de jurisdição.

Os procedimentos mapeados, cujos links estão abaixo, servem de índice para as páginas que contêm a descrição das rotinas de tramitação judiciária interna, os normativos de regência e demais documentos alinhantes à espécie.

A primeira versão desse manual eletrônico é entregue a você com o convite para que se junte ao grupo que elaborou esse conteúdo, com o objetivo de aperfeiçoá-lo de modo a promover melhoria e inovação dos procedimentos de trabalho, tendo em vista o efetivo desempenho da missão institucional do TRT da 13ª Região.

Equipe do projeto
Seção de Processos
Assessoria de Gestão Estratégica (age@trt13.jus.br)

Processos Mapeados

- Ação Rescisória - AR
- Conflito de Competência
- Elaboração de Pauta
- Formação e Pagamento de RPPV Federal
- Formação e Quitação de RP Federal
- Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR
- Incidente de Uniformização de Jurisprudência
- Mediação e Conciliação Pré-processual entre atores coletivos no âmbito da Vice-Presidência do TRT 13ª Região
- Publicação de Acórdão
- Recurso de Revista (incluindo a conciliação na fase de admissibilidade)
- Sessão de Julgamento
- Trânsito em Julgado/Baixa Processual 2º Grau

Assessoria de Gestão Estratégica
Ramais: 6107, 6033
Email: age@trt13.jus.br
Assessor: Max Frederico Feitosa Guedes Pereira

Os objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos funcionam como sinalizadores dos pontos de atuação onde o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

O Planejamento Estratégico, ciclo 2021-2026 possui 11 Objetivos Estratégicos e 28 Indicadores.

Vejamos a situação de cada objetivo estratégico no segundo ano do ciclo 2021-2026:

(verde = êxito e vermelho = não êxito)

Perspectiva	Objetivo Estratégico	Indicadores
OE 1 Perspectiva Sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	
OE 2 Perspectiva Sociedade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	
OE 3 Perspectiva Processos Internos	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	
OE 4 Perspectiva Processos Internos	Promover a integridade e a Transparência em relação aos atos de gestão praticados	
OE 5 Perspectiva Processos Internos	Garantir a duração razoável do processo	
OE 6 Processos Internos	Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	
OE 7 Perspectiva Processos Internos	Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	
OE 11 Perspectiva Processos Internos	Consolidar uma política de inovação para a superação de desafios institucionais	
OE 8 Perspectiva Aprendizagem e Crescimento	Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	
OE 9 Perspectiva	Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	
OE 10 Aprendizagem e Crescimento	Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	



3.2.2. Atuação da Ouvidoria Regional

Principais canais de comunicação

A Ouvidoria é o principal elo de comunicação entre a sociedade e a Instituição. É através dela que o Tribunal recebe manifestações, requisições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, pedidos de acesso à informação e demais pleitos não atendidos pelo Portal Eletrônico, através dos seguintes canais de comunicação: Formulário eletrônico disponível 24 horas; E-mail; Telefones fixo e móvel; Carta e Atendimento presencial.

Os principais objetivos da Unidade consistem em oferecer uma célere resolutividade das demandas e dispensar um tratamento acolhedor ao cidadão.

O uso da internet, aliado aos sistemas mantidos pelo Tribunal, proporcionaram comodidade, segurança da informação e celeridade no atendimento das demandas.

Os dados extraídos do sistema PROAD-OUV oferecem informações sobre os meios de comunicação utilizados, o perfil do usuário, o tipo de demanda, o nível de satisfação pelo serviço prestado, o nível de satisfação na solução da demanda, a resolutividade (providências adotadas) e o prazo médio de atendimento.

Dados Estatísticos Meios de Acesso à Ouvidoria

A análise do quadro abaixo revela os meios de acesso à Ouvidoria, verificando-se que a internet corresponde a 80,94% do total das manifestações recebidas. Nesse caso, estão inseridas as demandas cadastradas diretamente no sistema e as recebidas por e-mail.

MEIOS DE ACESSO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
FORMULÁRIO ELETRÔNICO	302	64,67%
TELEFONE	84	17,99%
E-MAIL	73	15,63%
E-MAIL (OUVIDORIA DO CNJ)	3	0,64%
CORRESPONDÊNCIA	1	0,21%
NÃO INFORMADO	4	0,86%
TOTAL	467	100%

Qualificação do demandante nas manifestações

O quadro abaixo especifica o perfil do usuário que utilizou os serviços da Ouvidoria:

PERFIL DO DEMANDANTE	NÚMERO	PERCENTUAL
RECLAMANTE	158	33,83%
ADVOGADO	136	29,12%
OUTROS	62	13,28%
SERVIDOR	41	8,78%
RECLAMADO	12	2,57%
JUIZ	10	2,14%
ÓRGÃO PÚBLICO	4	0,86%
ESTAGIÁRIO	3	0,64%
PERITO	3	0,64%
ARREMATANTE	2	0,43%
TESTEMUNHA	1	0,22%
NÃO INFORMADO	35	7,49%
TOTAL	467	100%

Natureza da Manifestação

O quadro abaixo demonstra o tipo de manifestação recebida:

NATUREZA DO PEDIDO	NÚMERO	PERCENTUAL
DÚVIDA/CONSULTA	266	56,96%
RECLAMAÇÃO	118	25,27%
DENÚNCIA	41	8,78%
ELOGIO	27	5,78%
SUGESTÃO	15	3,21%
TOTAL	467	100%

Avaliação do manifestante por satisfação no atendimento

Por ocasião do arquivamento da demanda, com o objetivo do cidadão avaliar a qualidade do serviço prestado pela Ouvidoria, é disponibilizado um link que lhe permite sugerir providências, se assim entender necessárias, além de

avaliar o grau de satisfação do atendimento e resolutividade da demanda.

Foram encaminhados 467 (quatrocentos e sessenta e sete) formulários de avaliação aos manifestantes, 368 (trezentos e sessenta e oito) não responderam e 101 (cento e um) atenderam a solicitação da Ouvidoria. O quadro abaixo retrata as avaliações conferidas pelos manifestantes:

QUALIDADE DO ATENDIMENTO	NÚMERO	PERCENTUAL
MUITO SATISFEITO	70	69,31%
SATISFEITO	14	13,86%
REGULAR	06	5,94%
INSATISFEITO	11	10,89%
TOTAL	101	100%

Avaliação do manifestante por satisfação na solução

O quadro abaixo retrata as avaliações dos manifestantes por satisfação na solução:

SATISFAÇÃO NA SOLUÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
MUITO SATISFEITO	58	57,43%
SATISFEITO	23	22,77%
REGULAR	02	1,98%
INSATISFEITO	18	17,82%
TOTAL	101	100%



Resolução da manifestação

O quadro abaixo ilustra os dados estatísticos:

MANIFESTAÇÃO POR RESOLUÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
SOLUCIONADA DE IMEDIATO	284	60,81%
SOLUCIONADA	161	34,48%
ARQUIVADA POR FALTA DE INFORMAÇÕES	16	3,43%
OUTROS	03	0,64%
DESISTÊNCIA DO MANIFESTANTE	02	0,43%
EM ANÁLISE	01	0,21%
TOTAL	467	100%

Do prazo médio de respostas das manifestações

No período de 01/01/2022 a 31/12/2022, foi apurado o prazo médio de 04 dias. O prazo legal é de 10 dias. Segue o gráfico:



Dos pedidos de acesso à informação – Lei de Acesso à Informação – LAI, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Números de pedidos registrados

O Sistema de Ouvidoria, no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, registrou 116 pedidos de acesso à informação.

Meios de acesso à ouvidoria

A análise do quadro abaixo revela os meios de acesso ao Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que é operacionalizado pela Ouvidoria, verificando-se que a internet corresponde a 99,14% do total dos pedidos recebidos. Nesse caso, estão inseridos os pedidos cadastrados diretamente no sistema e os recebidas por e-mail.

MEIOS DE ACESSO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
FORMULÁRIO ELETRÔNICO	94	81,04%
E-MAIL	21	18,10%
NÃO INFORMADO	1	0,86%
TOTAL	116	100%

Qualificação do cidadão

O quadro abaixo identifica o perfil do usuário que utilizou o Serviço de Informações ao Cidadão-SIC:

PERFIL DO DEMANDANTE	NÚMERO	PERCENTUAL
OUTROS	63	54,31%
SERVIDOR	12	10,35%
OUTRAS	10	8,62%
PROCURADOR	5	4,31%
RECLAMANTE	4	3,45%
CONCURSADO	4	3,45%
ÓRGÃO PÚBLICO	3	2,59%
ADVOGADO	2	1,72%
PERITO	1	0,86%
ARREMATANTE	1	0,86%
NÃO INFORMADO	11	9,48%
TOTAL	116	100%

Avaliação do cidadão por satisfação no atendimento

A Ouvidoria encaminhou 116 formulários de avaliação, mas 38 responderam, conforme quadro abaixo:

QUALIDADE DO ATENDIMENTO	NÚMERO	PERCENTUAL
MUITO SATISFEITO	33	86,84%
SATISFEITO	05	13,16%
TOTAL	38	100%

Avaliação do cidadão por satisfação na solução

O quadro abaixo ilustra a satisfação do usuário em relação à solução do pedido apresentado:

SATISFAÇÃO NA RESOLUÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
MUITO SATISFEITO	31	81,57%
SATISFEITO	4	10,53%
REGULAR	3	7,90%
TOTAL	38	100%

Da Resolutividade do pedido de informação (Providência adotada)

RESOLUÇÃO	NÚMERO	PERCENTUAL
ATENDIDO	113	97,41%
NÃO ATENDIDO (FALTA DE INFORMAÇÃO)	02	1,72%
PENDENTE PARA 2023	1	0,87%
TOTAL	116	100%

Do tempo médio de atendimento dos pedidos de informação

No período de 01/01/2022 a 31/12/2022, foi o apurado o prazo médio de atendimento de 05 (cinco) dias.

O prazo legal é de 15 (quinze) dias. Segue o gráfico:



Das requisições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A Ouvidoria operacionaliza o recebimento das requisições, mas, até o momento, não há registro no período avaliado.

Atuação da Ouvidoria da Mulher

Em 15/09/2022, foi instalada a Ouvidoria da Mulher.

Até o dia 31/12/2022 foram registradas 02 (duas) manifestações, sendo uma de competência da Unidade. A matéria foi tratada pela Desembargadora Ouvidora Margarida Alves de Araújo Silva. A manifestação foi recebida e ouvidas as partes. Contudo, a manifestante solicitou a desistência da denúncia.

a celeridade na prestação do serviço, a cordialidade no atendimento e a determinação em oferecer solução às demandas que chegam à Ouvidoria.

A Ouvidoria participou da 30ª Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça do Trabalho, no mês de março de 2022, onde o tema central dos debates foi a instalação da Ouvidoria da Mulher, em decorrência da Resolução do CNJ nº 432/2021. A Unidade encaminhou sugestão de minuta de ato, para a criação no âmbito deste Tribunal.

Considerações finais

No exercício de 2022, foram registrados no sistema de Ouvidoria 467 manifestações, 116 pedidos de acesso à informação, e não houve registro de requisição da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, totalizando 583 demandas.

As manifestações apresentadas na Ouvidoria solicitaram o cumprimento de determinações judiciais, informações, denúncias, sugestões, elogios aos servidores e magistrados do Tribunal, bem como pedidos de acesso à informação não disponibilizada no sítio eletrônico do Tribunal e na página da transparência.

A Ouvidoria recebe e responde com resolutividade as demandas recebidas. No período avaliado, foram registradas 03 (três) manifestações oriundas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

As avaliações das manifestações respondidas pelos cidadãos demonstram o grau de satisfação no atendimento e de satisfação na resolutividade da demanda, pois alcançaram índice superior a 80% (oitenta por cento). Nos pedidos de acesso à informação superaram 90% (noventa por cento).

Os resultados alcançados nos prazos médios de atendimento e nas avaliações dos cidadãos refletem

No primeiro trimestre de 2022, a Secretaria da Corregedoria foi informada dos problemas enfrentados pela Vara de Sousa, em decorrência da falta de calculista, ocasionando diversas reclamações na Ouvidoria.

No final do mês de junho, a Unidade comunicou à Secretaria da Corregedoria que os plantões judiciais disponibilizados no sítio eletrônico estavam sem o número do telefone móvel dos plantonistas, que foi prontamente solucionado.

No segundo semestre de 2022, a Ouvidoria recebeu manifestações de advogados informando da dificuldade na identificação dos números dos precatórios abertos no Sistema PROAD.

O Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria solucionou o problema e comunicou aos advogados nos avisos no Sistema PJe.

A Ouvidoria integra o Comitê Gestor de Acompanhamento da Lei de Acesso à Informação (CGA-LAI), que tem como objetivo acompanhar, fiscalizar e cumprir as determinações dos órgãos de controle, buscando dar maior transparência às informações publicadas no sítio eletrônico do TRT-13.

A Unidade reitera o compromisso de prestar um

bom atendimento, servindo à sociedade com independência e dedicação, no cumprimento do seu papel institucional e social de promover o acesso à informação e promover a intercomunicação do cidadão com o Tribunal.

4. Riscos, Oportunidades e Perspectivas

4.1. Riscos significativos quantificados e medidas de mitigação

A gestão de riscos do TRT da 13ª Região busca, dentre outros benefícios, o aumento da probabilidade de alcance dos objetivos estratégicos traçados no Planejamento Estratégico; o aprimoramento do processo de identificação de oportunidades e ameaças; o fornecimento de uma base sólida e segura para a tomada de decisão e planejamento; o aprimoramento da eficácia na alocação e uso de recursos; a

melhoria da eficiência operacional e a redução das perdas e dos custos; a melhora da conformidade com os requisitos legais e normativos e, por fim, o aprimoramento do controle e da governança corporativa.

A estrutura de gestão de riscos assim se apresenta no âmbito do TRT:



A Gestão de Riscos no Tribunal é observada por todas as áreas e níveis de atuação, sendo aplicável aos diversos processos de trabalho, projetos e atividades do Tribunal, incluindo os riscos à integridade, que, segundo a Controladoria-Geral da União, são os eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta que possam comprometer os valores e padrões preconizados pela instituição. O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região instituiu o Programa de Integridade através do ATO TRT SGP nº 213/2021 que pode ser acessado através do link <https://www.TRT-13.jus.br/age/governanca-institucional>.

A realização de seus objetivos têm por princípios:

I – estar alinhada à estratégia institucional, visando contribuir efetivamente para o cumprimento da missão, para o alcance da visão de futuro e para a observância dos valores institucionais;

II – ser parte integrante dos processos organizacionais, reunindo tecnologia, processos e pessoas, observando as melhores práticas de governança institucional no setor público, de forma a garantir a qualidade e a transparência das informações geradas no processo de gestão de riscos, bem assim a inclusão das partes interessadas nos resultados;

III – comunicar, clara e objetivamente, todas as etapas do

processo de gestão de riscos às partes interessadas nos resultados, contribuindo para o efetivo entendimento da situação atual e da eficácia dos planos de ação;

IV – ser sistemática, estruturada, oportuna e baseada nas melhores informações disponíveis;

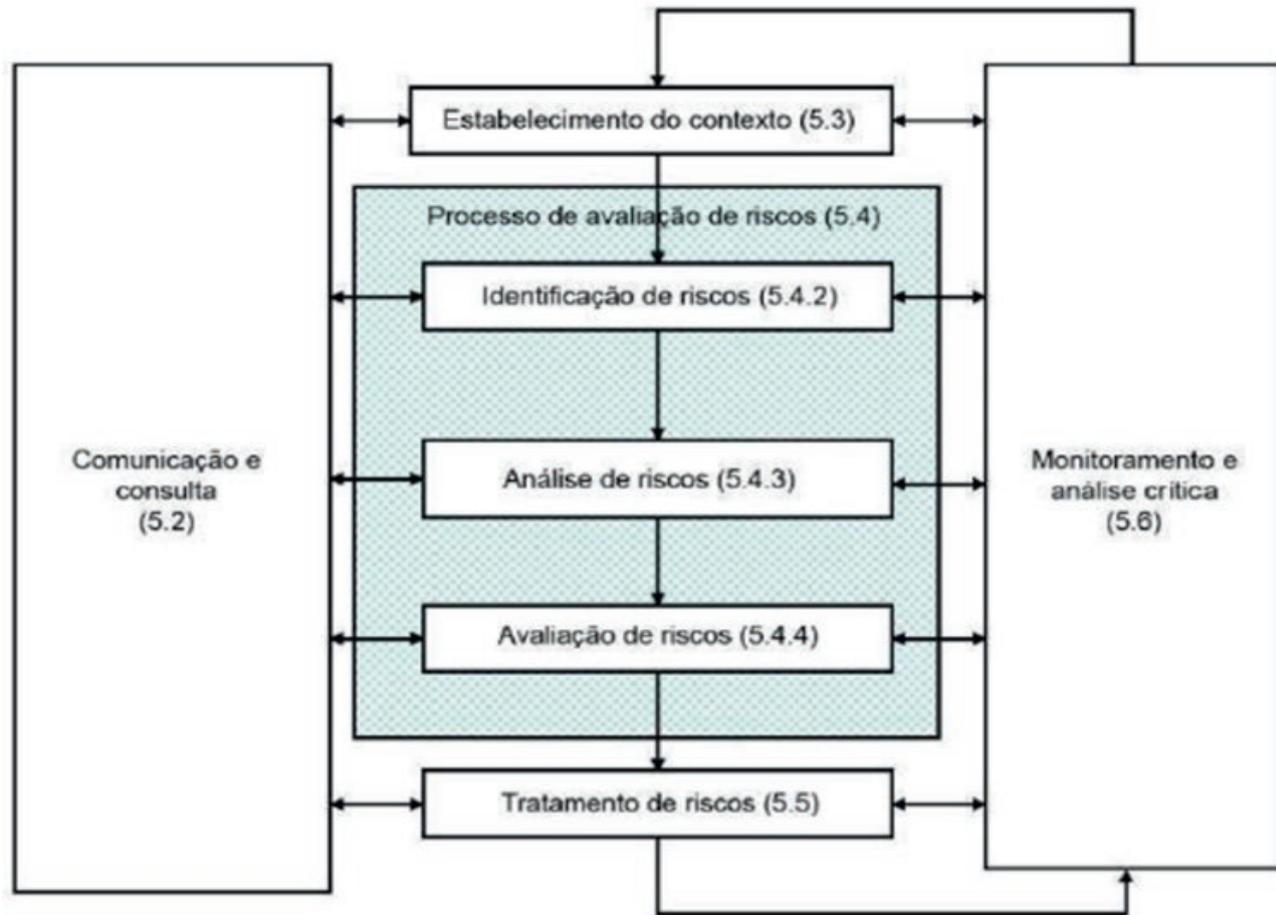
V – estar alinhada ao contexto e ao perfil de risco da instituição, abordando explicitamente a incerteza;

VI – considerar fatores humanos e culturais;

VII – ser dinâmica, iterativa e capaz de reagir às mudanças, e

VIII – ser parte da tomada de decisões e facilitar a melhoria contínua da organização.

Para o novo ciclo estratégico, período 2021-2026, o Tribunal utiliza as seguintes etapas no Processo de Gestão de Riscos: Estabelecimento do contexto; Identificação de riscos; Análise de riscos; Avaliação de riscos; Tratamento de riscos; Monitoramento e Comunicação, conforme diagrama da Norma ABNT NBR ISO 31000:2009 abaixo:



Processo de Gestão de Riscos, fonte: Norma ABNT NBR ISO 31000:2009

A Seção de Gestão de Riscos, instituída pelo ATO TRT SGP nº 103/2021, concluiu, em 2022, mapa de riscos dos seguintes Processos:

- Contratação de Serviços Técnicos de Natureza Singular – Cursos Fechados;
- Concessão e Pagamento de Ajuda de Custos;
- Gestão, Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos;
- Emissão de Empenho e Liquidação de Despesas;
- Inventário Anual de Material Permanente;
- Gestão e Contabilização dos Passivos Trabalhistas;
- Gestão de Mídias Sociais;
- Cotação de Preços;
- Gestão de Contratos Terceirizados.

Os mapas de tratamento de riscos dos procedimentos administrativos encontram-se disponibilizados no link (<https://www.TRT-13.jus.br/age/gestao-de-risco>), conforme mostra as figuras abaixo:



TRT-13ª REGIÃO

Secretaria de Governança e Gestão Estratégica

Mapa do Site | Acessibilidade | Contato

apenas nesta seção

Página Inicial
Acessar

Você está aqui: [Página Inicial](#) → [Seção de Gestão de Riscos](#)

Navegação

- [Página Inicial](#)
- [Planejamento Estratégico 2021-2026](#)
- [Planejamento Estratégico 2015-2020](#)
- [Planejamento Estratégico 2010-2014](#)
- [Cadeia de Valor do TRT 13ª Região](#)
- [Governança Institucional](#)
- [BI's de Gestão e Governança da SEGGEST](#)
- [Divisão de Estatística](#)
- [Seção de Gestão de Riscos](#)

Seção de Gestão de Riscos

Este portal tem como objetivo disponibilizar informações relacionadas à gestão de riscos corporativos no âmbito do TRT da 13ª Região.

Apresentação

A gestão de riscos é um processo contínuo, que deve ser aplicado idealmente em todos os setores do Tribunal. Os benefícios alcançados são reconhecidamente válidos frente ao esforço de gerir riscos.

O que é a gestão de risco

A seguir contextualizamos a gestão de risco utilizando o portal do TCU como referência: [Contextualização: O que é a gestão de riscos ?](#)

Gestão de Riscos Corporativos no TRT da 13ª Região

Planejamento Estratégico 2021/2026



- Seção de Processos
- Seção de Projetos
- Revista TRT13 em Números
- Metas do Poder Judiciário
- Banco de Boas Práticas
- Pesquisas de Clima Organizacional
- Sistema Hórus
- Sistema de Gestão Estratégica - Sigest
- WikiAdm
- Wiki VT
- WikiJud

- Comitê de Gestão de Riscos - ATO TRT SGP Nº 33/2021 - Alteração da Composição (PDF) (HTML)
- Seção de Gestão de Riscos - ATO TRT SGP Nº 145/2020 - Manual de Organização/3ª Edição(Anexo I) (PDF) (HTML)
- Escritório de Riscos Corporativos da 13ª Região - ATO TRT SGP Nº 317/2019 - Alteração da Composição (PDF) (HTML)
- Escritório de Riscos Corporativos da 13ª Região. - PORTARIA TRT GP N. 060/2018 - Alteração da Composição (PDF) (HTML)
- Escritório de Riscos Corporativos da 13ª Região. - PORTARIA TRT GP N. 537/2017 (PDF) (HTML)
- Atribuição dos Gestores de Risco - Portaria TRT GP N.097/2018



MANUAIS DOS SISTEMAS

HÓRUS

sigest

eGestao

1º Grau
2º Grau

Manual Básico

- Aprovação do Plano de Gestão de Riscos - ATO TRT GP N. 091/2018
- Política de Gestão de Riscos - ATO TRT GP N. 370/2017 (PDF) (HTML)
- Comitê Gestor de Risco - ATO TRT GP N. 396/2016 (PDF) (HTML)
- Plano de Gestão de Riscos - Prot. 2141/2018 (PDF) (HTML)
- ATO TRT GP Nº 091/2018 - Aprova e divulga o Plano de Gestão de Riscos do TRT 13ª Região (PDF) (HTML)
- Plano de Ação para Tratamento dos Riscos Corporativos - Ano 2018 - Protocolo 25432/2015
- Processo de Gestão de Risco
- Formulário para Identificação, Análise e Avaliação de Riscos
- Plano de Tratamento e Monitoramento de Riscos
- Atas de Reunião



Mapas de Riscos

2022

- Planejamento Estratégico Institucional - Ciclo 2021/2026
- Contratação de Serviços Técnicos de Natureza Singular - Cursos Fechados
- Concessão e Pagamento de Ajuda de Custos
- Gestão, Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos
- Emissão de Empenho e Liquidação de Despesas
- Inventário Anual de Material Permanente
- Gestão e Contabilização dos Passivos Trabalhistas
- Gestão de Mídias Sociais
- Cotação de Preços
- Gestão de Contratos de Terceirizados

2021

- Remessa do Justiça em Números
- Aposentadoria de Servidores (Voluntária)

« Março 2023 »

Do	Se	Te	Qu	Qu	Se	Sa
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

A figura abaixo apresenta mapa de gestão do procedimento “Gestão, Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos”.

 PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO TRABALHO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO PROCESSO DE TRABALHO: [Gestão, Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos Administrativos] GESTOR DO RISCO: [Diretor da Secretaria Administrativa] CICLO [1ª] - DATA CONCLUSÃO DA ANÁLISE 25/10/2022						
1 – ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO: [Sugestão de indicação de gestor/fiscal do contrato – Fim da vigência do contrato]						
2 – IDENTIFICAÇÃO		3 – ANÁLISE		4 – AVALIAÇÃO		
ID	RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL	APETITE	RESPOSTA
1	Inconsistência no Termo de Liquidação (nº de PROAD, valores, saldo)(A15)	Muito Baixa (<5%)	Baixo (5% a 10%)	2	Oportuno	Aceitar
2	Erro na informação prestada pela SOF sobre o saldo de empenho a ser anulado(A21)	Muito Baixa (<5%)	Médio (10% a 25%)	3	Aceitável	Aceitar
3	Indicar servidor sem qualificação necessária para compor a equipe (A2)	Muito Baixa (<5%)	Médio (10% a 25%)	3	Aceitável	Aceitar
4	Não haver disponibilidade de servidor qualificado no quadro compor equipe do contrato (A2)	Muito Baixa (<5%)	Médio (10% a 25%)	3	Aceitável	Aceitar
5	Falha na comunicação de ciência aos servidores indicados (A5)	Muito Baixa (<5%)	Alto (15% a 20%)	4	Aceitável	Aceitar
6	Equipe não realizar a leitura do contrato (A6)	Média (10% a 20%)	Alto (15% a 20%)	12	Inaceitável	Mitigar
7	Pendências referentes a seguro-garantia(A6)	Muito Baixa (<5%)	Alto (15% a 20%)	4	Aceitável	Aceitar
8	Comunicação ineficaz e ineficiente entre contratante e contratada (A6)	Alta (20% a 30%)	Médio (10% a 25%)	12	Inaceitável	Mitigar
9	Ausência de atestes dos serviços/notas fiscais(A7)	Média (10% a 20%)	Baixo (5% a 10%)	6	Aceitável	Aceitar
10	Ausência de relatórios de acompanhamento do fiscal e do gestor do contrato constando as ocorrências verificadas (A7)	Muito Baixa (<5%)	Médio (10% a 25%)	3	Aceitável	Aceitar
11	Ausência de detalhamento dos serviços executados nas faturas apresentadas para pagamento(A7)	Baixa (5% a 10%)	Baixo (5% a 10%)	4	Aceitável	Aceitar
12	Ausência dos documentos comprovantes do cumprimento das obrigações fiscais/trabalhistas(A7)(A14)	Baixa (5% a 10%)	Médio (10% a 25%)	6	Aceitável	Aceitar
13	Falha na mensuração e avaliação do IMR – Índice de Medição de Resultados(A7)	Média (10% a 20%)	Baixo (5% a 10%)	6	Aceitável	Aceitar
14	Deixar de acompanhar a execução orçamentária do contrato(A8)	Muito Baixa (<5%)	Alto (15% a 20%)	4	Aceitável	Aceitar
15	Contratada não sanear as pendências(A9)	Baixa (5% a 10%)	Médio (10% a 25%)	6	Aceitável	Aceitar
16	Encerrar o contrato com pendências, inclusive com relação à liberação de garantia contratual (A19)	Baixa (5% a 10%)	Baixo (5% a 10%)	4	Aceitável	Aceitar
Obs.: As designações (An) fazem referência às atividades do processo mapeado onde o risco foi identificado.						



4.2. Gestão de Riscos e Controles Internos

4.2.1 Vinculação dos objetivos estratégicos a riscos

Objetivo Estratégico	Riscos e outros fatores	Mitigação
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	1) Uma comunicação institucional falha ou deficitária pode impactar negativamente na imagem da Justiça do Trabalho.	<ul style="list-style-type: none">- Promover ações que aproximem a Justiça da sociedade;- Firmar parcerias com entidades, a exemplo da OAB, visando otimizar a comunicação entre a instituição e os jurisdicionados;- Utilização das mídias sociais para disseminação dos objetivos e estratégias institucionais, tais como facebook, instagram e twitter;- Investimento em marketing digital;- Elaboração de Plano de Comunicação Institucional;- Definição de estratégias de combate às notícias falsas (fake news).
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	<ol style="list-style-type: none">1) Discriminação de gênero, raça e diversidade afetam a qualidade do meio ambiente laboral;2) O objetivo empresarial com foco apenas no lucro e na sobrevivência econômica geralmente não respeita o princípio da dignidade da pessoa humana;3) Crescimento econômico sem respeitar o meio ambiente e as gerações futuras.	<ul style="list-style-type: none">- Ampliação das campanhas de conscientização sobre o conjunto de ações sociais e ambientais;- Campanhas com foco na preocupação com o trabalho seguro, trabalho escravo, trabalho infantil, menor aprendiz e o uso sustentável dos recursos naturais;- Campanhas com foco na inclusão de pessoas vulneráveis no mercado de trabalho, tais como mulheres negras, transsexuais, imigrantes etc.
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	<ol style="list-style-type: none">1) A busca por agenda dos atores dos processos a serem mapeados e os debates demorados dificultam a continuidade dos trabalhos;2) Remarcação de reuniões impacta diretamente no tempo de entrega do processo para sua consequente normatização, produto final do mapeamento e otimização.	<ul style="list-style-type: none">- Os procedimentos a serem mapeados e otimizados devem passar pelo Comitê de Governança Institucional no início do ano, gerando prioridade entre os Gestores;- Prioridades dadas pelo Comitê terminam por facilitar o agendamento para a realização das reuniões;- Efetivar os processos de governança para dinamizar o processo decisório;- Institucionalizar a gestão democrática, participativa e ambiental;- Promover o alinhamento das unidades em prol do alcance dos objetivos estratégicos.
Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	1) Não participação efetiva dos membros do Tribunal (magistrados e servidores);	<ul style="list-style-type: none">- Envolver os magistrados e servidores na execução do Programa de Integridade do Regional;- Incluir nos cursos do Plano de Capacitação da Escola Judicial cursos ligados aos sistemas de integridade;- Promover gestão de riscos de integridade nos procedimentos da Cadeia de Valor do Tribunal.

Objetivo Estratégico	Riscos e outros fatores	Mitigação
Garantir a duração razoável do processo	1) Crise econômica, recessão, desemprego, instabilidade da moeda entre outros fatores macroeconômicos dificultaram a redução do tempo médio de duração dos processos na fase de execução; 2) Dificuldades técnicas de magistrados e servidores na alimentação do Pje; 3) A ousadia das metas impostas para alcançar, principalmente o índice de conciliação.	<ul style="list-style-type: none"> - Encontro com magistrados e Diretores de Vara, para tratar da alimentação dos processos no Pje e seus reflexos no eGestão (estatística); - Mapeamento e otimização de procedimentos judiciais; - Mediação e Conciliação pré-processual entre atores coletivos no âmbito da Vice-Presidência do TRT-13; - Promoção de semanas Regionais de Conciliação nas fases de Conhecimento e Execução.
Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	1) Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizados, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas compõem o risco principal deste Objetivo.	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir uma estrutura mínima adequada para o bom desempenho das ações relacionadas às demandas seriadas; - Prover as unidades responsáveis de sistema de TIC adequados; - Mapear e otimizar o procedimento relacionado às demandas judiciais seriadas; - Capacitar servidores em tratamentos de demandas repetitivas.
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	1) O cenário macroeconômico, político (reformas previdenciária, administrativa, tributária, na pauta do congresso) e social (isolamento por causa da pandemia do coronavírus que causou crise financeira, desvalorização da moeda, desemprego, recessão, etc).	<ul style="list-style-type: none"> - Semana Nacional de Conciliação (fases de conhecimento e execução), do CNJ e CSJT; - Priorização no cumprimento da Meta 3 do CNJ (promover a conciliação); - Priorização das pautas de conciliação; - Atendimento das recomendações da Corregedoria; - Intensificação do uso dos sistemas BacenJud, RenaJud e InfoJud; - Otimização do funcionamento do setor de pesquisa patrimonial.
Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	1) Cenário político (reforma da previdência), repercutindo no aumento dos pedidos de aposentadorias; 2) Proibição de Recomposição dos Quadros; 3) Desmotivação por perdas salariais.	<ul style="list-style-type: none"> - As ações que mitigam esses riscos adotadas no Regional são as realizações dos exames periódicos de saúde, Intervenções Ergonômicas, Campanha de Vacinação (Gripe) e adoção de meses especiais para ações de tratamentos preventivos de doenças; - Ações que foram desenvolvidas: Campanha de Prevenção de DORT, Avaliação do Bem-estar Afetivo e dos riscos psicossociais no Trabalho, Jornada de Saúde, ação dirigida a diabetes, cuidados na saúde bucal etc.
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	1) Resistência na adoção de ações de governança em todo o Tribunal; 2) Falhas ou atrasos nas contratações de TIC que contribuem para a proteção de dados; 3) Desconhecimento dos servidores sobre como trabalhar com atenção à proteção de dados.	<ul style="list-style-type: none"> - Criar ações de incentivo aos setores que ainda não adotam a governança de forma satisfatória; - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica fomentar a importância da Governança de TIC e Segurança da Informação e não instituir projetos estratégicos em desacordo com os procedimentos formais; - Fornecer consultoria na implementação da governança; - Priorizar contratações de TIC relacionadas à proteção de dados; - Promover treinamento e divulgação para todos os servidores atentarem para boas práticas de proteção de dados.

Objetivo Estratégico	Riscos e outros fatores	Mitigação
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	1) Não monitoramento e acompanhamento da governança implantada no Regional quanto as atividades de “Apoio”, por exemplo: Gestão de Processos (mapeamento e otimização dos principais procedimentos de licitação e aquisição), Plano de Obras, Plano Anual de Aquisição e Contratação e Gestão de Contratos.	- Aprimoramento do Plano Anual de Aquisições Contratações; - Rigoroso monitoramento dos prazos de execução dos processos de contratação; - Alinhamento dos gestores administrativos com os novos regimentos decorrentes do mapeamento e otimização dos procedimentos de aquisição (DOD – Documento de Oficialização de Demanda, POP – Procedimentos Operacionais Padrões, Planos de Riscos, Planos de Trabalho, SOLO – Solicitações de Orçamentos) entre outros.
Consolidar uma política de inovação para a superação de desafios institucionais	1) Falta de servidores com capacitação para facilitar a divulgação do tema na Organização, tais como: Laboratoristas, Legal Desiner e Visual Law. 2) Dificuldade da implantação da cultura da inovação como instrumento de governança importante para melhoria do desempenho estratégico.	- Promoção por parte da Escola Judicial de curso e palestras sobre o tema Inovação, com ênfase para os de Laboratoristas, Legal Desiner e Visual Law; - Criação de uma Divisão de Inovação, subordinada a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica; - Melhoria da estrutura de servidores da Divisão de Inovação.

4.2.2. Controles Internos Secretaria da Corregedoria

A Corregedoria Regional do TRT da 13ª Região, órgão incumbido da fiscalização, disciplina e orientação, com jurisdição sobre as unidades judiciárias e juízes, ao longo do ano de 2022, manteve a postura de otimização e aprimoramento da atividade judicial desempenhada pelas unidades judiciárias de primeira instância do Tribunal, auxiliando na superação de problemas procedimentais eventualmente detectados, a fim de assegurar uma prestação jurisdicional eficiente e célere, bem como focou no acompanhamento dos prazos dos magistrados.

De acordo com o Manual de Organização do Tribunal, integram a estrutura administrativa da Corregedoria Regional o Juízo Auxiliar da Corregedoria e a Secretaria da Corregedoria Regional, que conta com a seguinte estrutura administrativa interna: Núcleo de Apoio Jurídico, Seção de Apoio Correicional e assistentes de juízes substitutos sem lotação fixa.

A Corregedoria Regional conta também com um Juiz Auxiliar, a quem compete: organizar, estruturar e gerir os procedimentos de designação de Juiz do Trabalho substituto; auxiliar na organização e na estruturação das atividades correcionais externas; assessorar na formulação e na edição de atos normativos de competência do Corregedor Regional, e acompanhar a designação e a atuação de assistentes de juiz lotados na Corregedoria Regional. Além disso, também cabe a esse Magistrado auxiliar o Desembargador Vice-Presidente e Corregedor no exercício dos encargos administrativos concernentes à Vice-Presidência.

A Secretaria da Corregedoria atua como unidade

de suporte às atividades correcionais, ordinárias e extraordinárias, nas Varas do Trabalho e nas demais unidades jurisdicionais de primeira instância; competindo-lhe processar os pedidos de providências e de correição parcial apresentados contra atos ou despachos de magistrados de primeira instância; processar as representações alusivas aos serviços judiciários e auxiliares das Varas do Trabalho e as que envolverem Juiz do Trabalho de primeira instância; instruir procedimentos, quando instaurados contra magistrado de primeira instância; instruir sindicâncias no âmbito de competência do Desembargador Corregedor, e submeter ao crivo do Desembargador Corregedor a escala de designação de juízes substitutos, bem como a escala anual de férias dos magistrados de primeira instância.

Postas tais considerações gerais acerca das atribuições, seguem abaixo listadas as principais ações:

1- Autoinspeções

A Corregedoria Regional, em cumprimento ao disposto no Ato TRT-13 SCR 66/2020 procedeu à autuação, no PJeCor, de todas as autoinspeções enviadas pelas unidades judiciárias, tendo realizado a análise das questões/quantitativos postos pelas varas e despachos pertinentes, entre os meses de janeiro e março de 2022, predominantemente.

2- Correições Ordinárias e Observatório

Por meio da atividade correicional regulamentada pelo Ato TRT-13 SCR 28/2022, foi elaborado calendário para realização de correições ordinárias, que ocorreram entre os meses de março e junho de 2022 (Ato TRT-13 SCR 29/2022).

Foram correicionadas 29 unidades judiciárias – 27 varas do trabalho, Central Regional de Efetividade e Cejusc 1º grau, sendo analisados 840 processos e prolatados 416 despachos correicionais.

No calendário, foi definido o mês de outubro para atuação correicional denominada “Observatório” e, no PjeCor, foram autuadas todas as inspeções para juntada do relatório e manifestação das varas do trabalho.

Com a finalidade de aperfeiçoar o Sistema de Geração de Atas e o acompanhamento ordinário das unidades, por meio de chamado eletrônico, foram desenvolvidas as ferramentas de “Acompanhamento Mensal” para varas do trabalho e magistrados, possibilitando a seleção, por mês, de diversos itens do e-Gestão relativos aos prazos médios, o que contribuiu para facilitar o trabalho de rotina mensal.

Ainda com a finalidade de aperfeiçoar a prestação jurisdicional, os trabalhos de inspeção/correição, em parceria com a Setic, e com base nas informações para alimentação dos dados do Prêmio CNJ de Qualidade, eixos Produtividade e Dados e Tecnologia, foi realizada a análise negocial de vários movimentos/complementos que apresentavam erro, no estudo em conjunto do Datajud e do e-Gestão.

3- Projeto “Programa de Otimização de Rotinas e Procedimentos”

No ano de 2022, o projeto “Programa de Otimização de Rotinas e Procedimentos” (Ato TRT-13 SCR 12/2021) foi aprimorado para dar cumprimento à Diretriz Estratégica nº 01/2022 do CNJ, passando a englobar, além do escopo de auxílio às unidades judiciárias na utilização de ferramentas eletrônicas de gestão processual, orientações sobre o correto lançamento das movimentações processuais e compartilhamento de boas práticas, o acompanhamento dos prazos dos magistrados, identificando eventuais inconsistências que poderiam prejudicar a extração correta das informações.

4- Garimpo

No ano de 2022, a atuação da Corregedoria Regional no Projeto Garimpo, em consonância ao disposto no Ato TRT-13 SCR 17/2020, permitiu o saneamento de centenas de contas judiciais ativas de processos remetidos ao arquivo definitivo, por meio da identificação de beneficiários e elaboração de minutas de despacho para o juiz presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

Até 31/12/2022, as contas movimentadas indicaram pagamentos no montante de R\$ R\$ 5.115.143,91, segundo dados obtidos pelo relatório do SaoPje. Destes, R\$ 1.142.138,29 foram destinados aos reclamantes, R\$ 247.942,10 relativos aos recolhimentos previdenciários e R\$ 2.887.727,90 diziam respeito a valores devolvidos para reclamadas. Aos entes públicos foi destinado R\$ 345.176,84.

5- Acompanhamento Mensal

Varas do Trabalho, magistradas e magistrados recebem acompanhamento de alguns indicadores de forma mensal, sendo utilizada ferramenta desenvolvida no Sistema de Geração de Atas Eletrônicas, como forma de atuar em parceria com as varas na identificação de pontos que precisam de aperfeiçoamento. São destacados na ata os prazos médios, processos distribuídos e julgados e execuções iniciadas e encerradas, com a indicação, nas considerações finais, dos indicadores que devem ser mantidos e daqueles que necessitam de ajustes.

6- Recomendações e Atos que se destacam

No que se refere aos atos normativos publicados em 2022, a Corregedoria Regional procede à edição periódica de atos atinentes às designações dos magistrados, observando-se eventuais afastamentos, bem como edita outras normas com a finalidade de orientar as unidades judiciárias no que diz respeito à uniformização de procedimentos, a exemplo das Recomendações TRT-13 SCR nº 001/2022 (recomenda procedimentos a serem observados nos processos migrados do SUAP pelas unidades judiciárias de primeiro grau); nº 04/2022, posteriormente alterada pela nº 07/2022 (recomenda procedimentos a serem adotados pelas unidades jurisdicionais de primeiro grau para uniformização de movimentação processual no PJe).

Destaca-se, também, o Ato Conjunto TRT-13 SGP/SCR/EJUD nº 001/2022 (dispõe sobre a suspensão de prazos das magistradas e dos magistrados para a prática de atos decisórios durante atividades formativas presenciais e telepresenciais) e a revisão da Consolidação dos Provimentos, tendo sido totalmente revisada e revogada a anterior versão de 2015.

7- Análise dos dados enviados pelo Justiça em Números

Nos meses de janeiro e julho, a Corregedoria Regional procedeu à análise dos dados enviados pela SEGGEST, obtidos do TST, atinentes às variáveis do Justiça em Números no que se refere à litigiosidade, conferindo-se se os quantitativos dos itens relativos ao primeiro grau de jurisdição informados estavam em consonância com os dados obtidos pelo Hórus e as regras do e-Gestão.

8- Metas do CNJ

Por meio do acompanhamento constante das unidades judiciárias utilizando-se os meios correição ordinária, observatório, acompanhamento mensal, e reuniões do projeto de otimização de rotinas e procedimentos, o TRT-13 conseguiu, no ano de 2022, atingir todas as metas do CNJ que se aplicam à Justiça do Trabalho, com exceção da Meta 3 relativa aos processos conciliados na fase de conhecimento, tendo sido obtidos os seguintes resultados:

Meta 1 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente:	102,25%
Meta 2 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus:	106,52%
Meta 5 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação a 2020:	147,56%

9- Atuação nos processos de competência da corregedoria no PjeCor

No ano de 2022, a Corregedoria Regional recebeu e processou 6 correições parciais, 2 pedidos de providências e 1 reclamação disciplinar, conforme competência prevista no art. 31, inciso XIII, do Regimento Interno.

Registra-se, também, que a Corregedoria Regional, no exercício de 2022, não recebeu processos administrativos disciplinares para apuração de atos ilícitos.

5. RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

5.1. Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos

Serão apresentados, a seguir, os Objetivos Estratégicos do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e seus principais resultados no segundo ano do ciclo que se iniciou em 2021 e cuja Visão de Futuro é: “Consolidar-se como Justiça de qualidade, ágil e efetiva, que contribua para a pacificação social, promoção do trabalho digno e desenvolvimento sustentável”:

com a Resolução CSJT nº 259/2020 e a necessidade de utilizar os “Indicadores” da CIE – Cesta de Indicadores Estratégicos da Justiça do Trabalho, apenas publicada no dia 14 de julho de 2021 (ATO CSJT.GP.SG.AGGEST nº 53/2021), o Plano do Regional foi submetido e aprovado por meio da Resolução Administrativa 36/2021, de 20 de maio de 2021 e revisado mediante a Resolução Administrativa 22/2022 com os seguintes “Objetivos Estratégicos”:

Em função da necessidade de alinhamento do Planejamento Estratégico do TRT-13 para o ciclo 2021/2026

Objetivo Estratégico Perspectiva	Descrição	Mitigação
OE 1 Perspectiva Sociedade	Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	<p>Indicador: Índice de ações integradas de comunicação social (IAIC) Meta: Manter em 100% o índice de Ações Integradas de Comunicação Social (IAIC), até dezembro de 2026. Resultado: 100% </p> <p>Indicador: Índice de satisfação de Usuários, Magistrados e Servidores com a comunicação externa/interna acima de 80%, até dezembro de 2026. Meta: Manter o índice de satisfação de Usuários, Magistrados e Servidores com a comunicação externa/interna acima de 80%, até dezembro de 2026. Resultado: satisfação com a comunicação externa: 100% Resultado: satisfação com a comunicação interna: 90% </p>

Objetivo Estratégico Perspectiva	Descrição	Mitigação
OE 2 Perspectiva Sociedade	Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	<p>Indicador: Índice de Integração da Agenda 2030 ao Poder Judiciário (META 9 – CNJ) Meta: Alcançar 100% do índice de integração da agenda 2023 do Poder Judiciário, até dezembro de 2026. (Meta 9 do CNJ) Resultado: 100% ●</p> <p>Indicador: Percentual de execução do Plano de Logística Sustentável – PLS TRT-13 Meta: Atingir no mínimo 86% de execução do Plano de Logística Sustentável – PLS TRT-13, até dezembro de 2026. Resultado: 86% ●</p> <p>Indicador: Índice de participação de mulheres nos comitês e comissões do TRT-13 Meta: Atingir o percentual de 27% de participação feminina nos comitês e comissões do TRT-13, até dezembro de 2026. Resultado: 28% ●</p>
OE 3 Perspectiva Processos Internos	Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	<p>Indicador: Índice de processos de trabalho críticos mapeados com identificação dos controles internos (IPMCI) Meta: Alcançar 5 procedimentos de trabalho críticos mapeados com identificação de controles internos (IPMCI), até dezembro de 2026. Resultado: 5 ●</p> <p>Indicador: Índice de execução do Plano de Obras Meta: Realizar, ao menos, 95% das obras elencadas no início do exercício pela CAEMA, conforme disponibilidade orçamentária definida na 1ª reunião da COPEGE, dentre as obras do Plano de Obras, até dezembro de 2026. Resultado: 100% ●</p> <p>Indicador: Tempo médio de Licitações Concluídas (TDLC) Meta: Alcançar o tempo médio de duração de licitações concluídas em 150 dias, até dezembro de 2026. Resultado: 153 dias ●</p>
OE 4 Perspectiva Processos Internos	Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	<p>Indicador: Índice de atendimento às deliberações e às recomendações de Auditoria (IADRDA) Meta: Atingir no mínimo 50% do Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações de Auditoria (IADRDA), até dezembro de 2026. Resultado: 52% ●</p>

Objetivo Estratégico Perspectiva	Descrição	Mitigação
<p>OE 5 Perspectiva Processos Internos</p>	<p>Garantir a duração razoável do processo</p>	<p>Indicador: Índice de Processos Julgados (Meta 1 do CNJ) Meta: Alcançar anualmente 100% no índice de processos julgados, até dezembro de 2026. Resultado: 102,25% </p> <p>Indicador: Índice de Processos Antigos (Meta 2 do CNJ) Meta: Alcançar anualmente pelo menos 93% no índice de processos antigos, até dezembro de 2026. Resultado: 99,07% </p> <p>Indicador: Taxa de Congestionamento líquida, exceto execuções fiscais (Meta 5 do CNJ) Meta: Alcançar a taxa de congestionamento líquida de 41,38%, exceto execuções fiscais, até dezembro de 2026. Resultado: 28,05% (Quanto menor melhor) </p> <p>Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo na Fase de Conhecimento no 1º Grau (TMDP1) Meta: Alcançar um Tempo Médio de Duração de Processos – Conhecimento 1ª Instância de 120 dias (TMDP1C), até dezembro de 2026. Resultado: 116 dias (Quanto menor melhor) </p> <p>Indicador: Tempo Médio de Duração do Processo no 2º Grau (TMDP2) Meta: Manter abaixo de 80 dias o Tempo Médio de Duração do Processos no 2º Grau (TMDP2), até dezembro de 2026. Resultado: 44 dias (Quanto menor melhor) </p>
<p>OE 6 Processos Internos</p>	<p>Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas</p>	<p>Indicador: Tempo Médio entre a Afetação e o Acórdão de Mérito (TMASM) Meta: Manter o Tempo Médio entre a Afetação e o Acórdão de Mérito (TMASM) menor ou igual a 60 dias, até dezembro de 2026. Resultado: 56 dias </p>
<p>OE 7 Perspectiva Processos Internos</p>	<p>Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas</p>	<p>Indicador: Índice de Conciliação (Meta 3 do CNJ) Meta: - Alcançar anualmente o índice de conciliação de 40%, até dezembro de 2026 Resultado: 34,99% </p> <p>Indicador: Índice de Conciliação no 2º Grau Meta: - Alcançar 3,2% do Índice de Conciliação no 2º Grau, até dezembro de 2026. Resultado: 6% </p>

Objetivo Estratégico Perspectiva	Descrição	Mitigação
<p>OE 8 Perspectiva Aprendizagem e Crescimento</p>	<p>Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional.</p>	<p>Indicador: Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores – IPSMS Meta: Realizar exames periódicos de saúde em 15% de magistrados e servidores, até dezembro de 2026 Resultado: 60% ●</p> <p>Indicador: Índice de Impacto dos eventos de capacitação promovidos pelo TRT (IIEC) Meta: Manter Índice de impacto dos eventos de capacitação promovidos pela EJUD acima de 80%, até dezembro de 2026. Resultado: 90% ●</p> <p>Indicador: Índice de Clima Organizaacional (ICO) Meta: Manter Índice de Clima Organizacional (ICO) maior ou igual a 70%, até dezembro de 2026. Resultado: 80,43% ●</p> <p>Indicador: Índice Mínimo de Capacitação dos Servidores em Competências (IMCSC) Meta: Alcançar o Índice Mínimo de Capacitação dos Servidores em Competências, (IMCSC) em 30%. Resultado: 47% ●</p>
<p>OE 9 Perspectiva Aprendizagem e Crescimento</p>	<p>Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados</p>	<p>Indicador: Promover a Transformação Digital – Justiça 4.0 (Meta 10 CNJ) Meta: Implementar, durante o ano de 2022, 100% das ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do TRT-13. Resultado: 100% ●</p> <p>Indicador: Índice de satisfação com os sistemas de TIC (ISTIC) Meta: Manter o Índice de Satisfação com os Sistemas de TIC (ISTIC), igual ou superior a 75%, até dezembro de 2026. Resultado: 87% ●</p> <p>Indicador: Igov TIC-JUD Meta: - Atingir a faixa “Excelência” no Igov TIC-JUD, até dezembro de 2026. Resultado: “Excelência” ●</p>
<p>OE 10 Perspectiva Aprendizagem e Crescimento</p>	<p>Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira</p>	<p>Indicador: Índice e Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD). Meta: - Manter acima de 95% o Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias (IEDD), até dezembro de 2026. Resultado: 95% ●</p>

Objetivo Estratégico Perspectiva	Descrição	Mitigação
OE 11 Perspectiva Processos Internos	Consolidar uma política de inovação para a superação de desafios institucionais	<p>Indicador: Quantidade de Eventos (cursos, oficinas, workshops) realizados para a discussão de temas relacionados à inovação Meta: Realizar 05 eventos (cursos, oficinas, workshops), por ano, para discussão de temas relacionados à inovação, até dezembro de 2022. Resultado: 11 </p> <p>Indicador: Quantidade de Soluções de inovação implementadas na rotina do Tribunal. Meta: Alcançar 04 soluções de inovação, por ano, implementadas na rotina do Tribunal, até dezembro de 2022. Resultado: 7 </p>

Resultado da prestação jurisdicional

No ano de 2022, conforme quadro abaixo, a diminuição dos casos de Coronavírus, principalmente pela vacinação de boa parte da população brasileira, com consequente retorno às atividades presenciais, aumentou sobremaneira as estatísticas processuais no TRT-13, senão vejamos:

1º Grau de Jurisdição (Varas do Trabalho)		
	2021	2022
Ações Ajuizadas	21.384	22.148
Audiências Realizadas	32.117	39.019
Processos Solucionados	25.095	24.277
Processos Conciliados	7.723	7.347 (6.239 do Conhecimento + 1.108 da Execução)
Execuções encerradas	13.568	12.525
2º grau (Turmas e Tribunal Pleno)		
	2021	2022
Recursos interpostos – Classes Recursais	9.984	13.005
Decisões proferidas	14.873	18.924
Acórdãos prolatados	15.072	18.543
Recursos para o TST - (Revista, Agravo de Instrumento)	5.561	8.743

5.2 Resultado da gestão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

A Coordenadoria de precatórios, no exercício de 2022, registrou os seguintes pagamentos dos precatórios Municipais, Estaduais, Federais e RPVs:

Precatórios Pagos Estaduais – R\$ 36.615.688,30

Obs. incluídos pagamentos preferenciais no valor de R\$ 2.440.425,72

Precatórios Pagos Municipais – R\$ 13.753.290,90

Obs. incluídos pagamentos preferenciais no valor de R\$ 691.059,60

Precatórios Pagos Federais – R\$ 2.498.998,84

RPV's Pagos Federais – R\$ 4.182.490,85

Total Pagos na Coordenadoria de Precatórios – R\$ 57.050.468,90

Total de Precatórios Municipais, Federais e Estadual pagos – 703

Total de RPV's Federais expedidos - 443

Total de requisitórios de precatórios expedidos – 613

Total de precatórios (Estadual/Municipal/Federal) pagos no biênio 2021/2022 – R\$ 110.530.179,00

Total de RPVs Federais pagas no biênio 2021/2022 – R\$ 8.266.351,04

Outros resultados relevantes

Prêmio CNJ de Qualidade (primeiro lugar)

Os resultados favoráveis obtidos no exercício de 2022, repercutiram positivamente e possibilitaram o Regional ser agraciado com o Prêmio CNJ de Qualidade na **Categoria DIAMANTE**.

O referido prêmio visa estimular os tribunais brasileiros na busca pela excelência na gestão e planejamento na organização administrativa e judiciária, na sistematização e disseminação das informações e na produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

Pela primeira vez na história, o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba recebeu o Selo Diamante no Prêmio

CNJ de Qualidade. Além do ineditismo na premiação, a instituição garantiu o **primeiro lugar entre os três tribunais do trabalho** do país e o **terceiro entre todos os Tribunais dos segmentos** (Superior, Militar, Federal, Trabalho, Eleitoral e Estadual), ganhando o selo máximo de qualidade do Conselho Nacional de Justiça neste ano de 2022.



Prêmio Diagnóstico da Segurança Institucional do Poder Judiciário (primeiro lugar)

O Prêmio de estrutura da segurança mede o grau de adequação das unidades judiciárias em relação às medidas de segurança levantadas no questionário feito pelo CNJ. Quanto mais próximo de 100%, melhor a estrutura de segurança existente e quanto mais próximo de 0%, pior a estrutura. Na edição de 2022 **ficamos em primeiro lugar, alcançando 100% da pontuação**.

Gráfico 13 – Indicador de estrutura de segurança por tribunal - Justiça do Trabalho

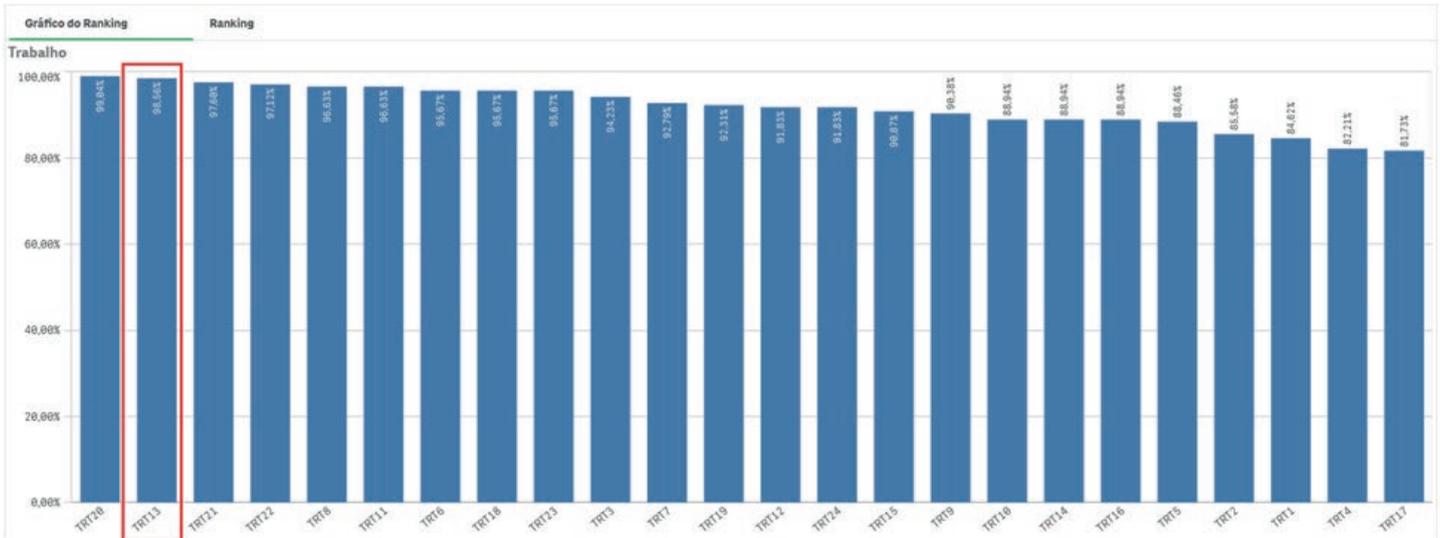
Tribunal	Indicador de Estrutura
TRT13	100%
TRT10	84%
TRT14	84%
TRT7	80%
TRT20	80%
TRT2	77%
TRT17	70%
TRT5	70%
TRT23	66%
TRT11	66%
TRT4	64%
TRT21	63%
TRT18	62%
TRT6	56%
TRT16	56%
TRT22	52%
TRT8	50%
TRT3	49%
TRT1	47%
TRT19	46%
TRT9	45%
TRT24	44%
TRT12	34%
TRT15	23%

Fonte: CNJ, Departamento de Pesquisas Judiciárias, 2021

Ranking da Transparência (segundo lugar)

No Ranking da Transparência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba **conquistou o 2º lugar em 2022** dentro da categoria Justiça do Trabalho. A pontuação obtida foi de 98,56%.

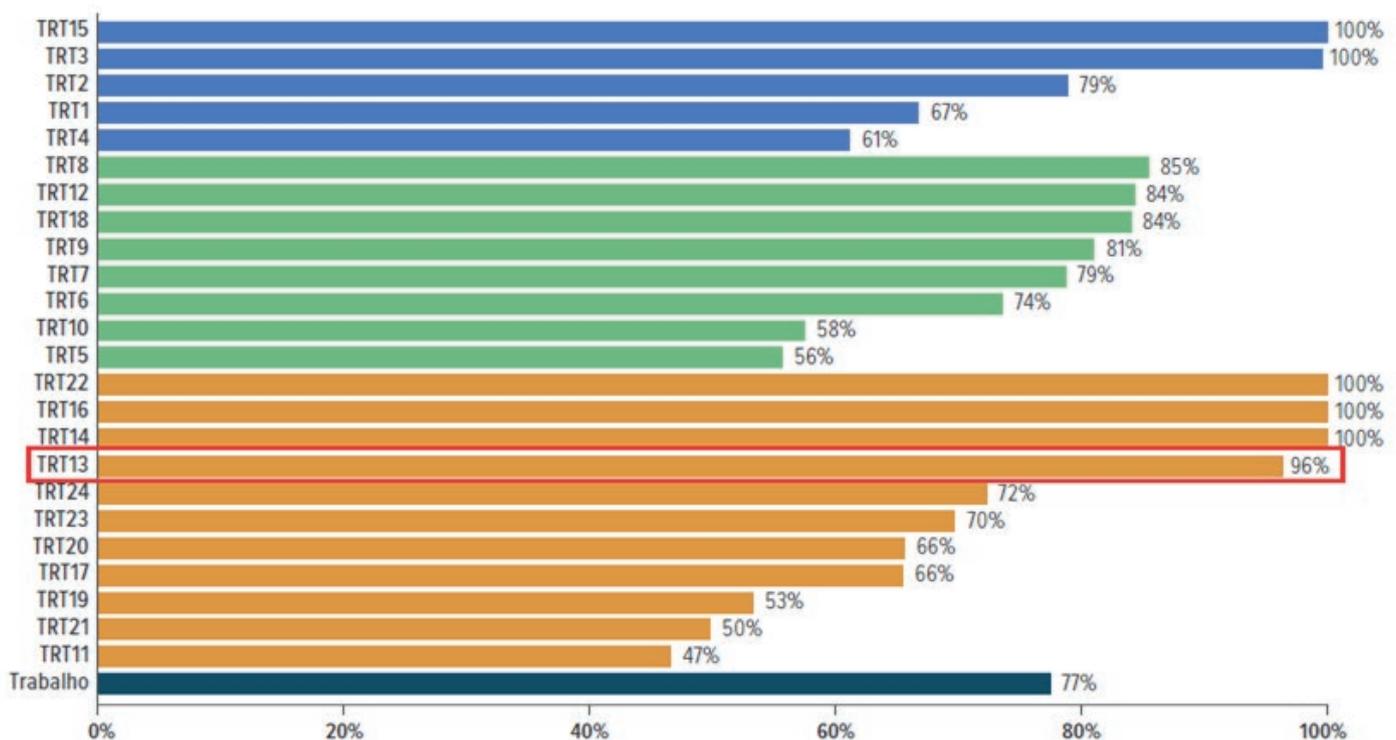
O prêmio tem como objetivo estimular os órgãos do Poder Judiciário a proporcionarem o acesso a informações de interesse público de maneira clara e padronizada à sociedade.



Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-JUS (segundo lugar)

No Relatório Justiça em Números 2022, ano-base 2021, o desempenho do TRT-13 no IPC-JUS (Índice de Produtividade Comparada da Justiça – o mais importante indicador de eficiência do Poder Judiciário), foi de 96%, o **segundo melhor desempenho** da Justiça do Trabalho.

Figura 191 - Resultado do IPC-Jus por tribunal



Prêmio Selo Verde da Prefeitura Municipal de João Pessoa-Pb (primeiro lugar)

O Selo Verde é uma comenda instituída pela Secretaria de Meio Ambiente (Semam) de João Pessoa entregue às instituições que desenvolvem ações sustentáveis, de preservação e recuperação do meio ambiente.

O TRT-13 foi a primeira instituição a receber a comenda pelas ações desenvolvidas ligadas à sustentabilidade, tais como: instalação de placas fotovoltaicas nas unidades judiciárias, a racionalização do uso da água, redução do uso de papel e copos descartáveis, e a instalação de sensores de presença para a iluminação de locais com movimentação frequente, entre outras.



Índice de Desempenho Sustentável (nono lugar)

No índice de Desempenho Sustentável, publicado anualmente pelo CNJ através da Revista de Balanço Sustentável, o CNJ avalia o desempenho do Regional quanto à eficiência na execução do Plano de Logística Sustentável. Em 2022, no 6º Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, o TRT-13 alcançou 65,7%, o **9º lugar entre os Regionais do Trabalho**. Este resultado representa um aumento no desempenho do Regional pelo terceiro ano seguido (57,3%, 63,8% e 65,7%, respectivamente).

JUSTIÇA DO TRABALHO						
RANKING	TRIBUNAL	2019	2020	2021	VARIAÇÃO 2021/2019	VARIAÇÃO 2021/2020
1	TRT4	72,7%	74,6%	76,0%	3,3 p.p.	1,4 p.p.
2	TRT12	58,9%	61,6%	73,9%	15 p.p.	12,3 p.p.
3	TRT9	62,9%	56,6%	70,2%	7,3 p.p.	13,6 p.p.
4	TRT5	48,7%	62,9%	68,2%	19,4 p.p.	5,3 p.p.
5	TRT15	56,1%	64,2%	68,0%	11,9 p.p.	3,8 p.p.
6	TRT18	60,8%	72,8%	67,7%	6,9 p.p.	-5,1 p.p.
7	TRT3	72,1%	71,3%	66,4%	-5,7 p.p.	-4,9 p.p.
8	TRT17	74,2%	78,2%	66,0%	-8,3 p.p.	-12,2 p.p.
9	TRT13	57,3%	63,8%	65,7%	8,4 p.p.	1,9 p.p.
10	TRT2	46,5%	63,4%	65,5%	19 p.p.	2,1 p.p.
11	TRT14	54,7%	59,6%	63,1%	8,4 p.p.	3,5 p.p.
12	TRT21	55,1%	57,3%	59,3%	4,2 p.p.	2 p.p.
13	TRT6	55,9%	61,1%	59,2%	3,3 p.p.	-1,9 p.p.
14	TRT7	60,9%	64,5%	58,3%	-2,6 p.p.	-6,2 p.p.
15	TRT11	43,6%	50,9%	55,6%	12 p.p.	4,7 p.p.
16	TRT19	69,0%	62,5%	54,9%	-14,1 p.p.	-7,5 p.p.
17	TRT8	60,6%	56,4%	52,6%	-7,9 p.p.	-3,7 p.p.

IgovTIC-Jud

Nível máximo (excelência) no IGovTIC-Jud (88,28%), nível máximo definido pelo CNJ, colocando-se em **2º lugar entre os tribunais do trabalho de pequeno porte**. A SETIC vem mantendo e melhorando continuamente sua maturidade e eficiência, ano após ano.

5.3. Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão

5.3.1. Gestão Orçamentária e Financeira

O Relatório procura evidenciar, de forma sintética e por meio dos anexos com informações extraídas do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), o desempenho da Secretaria de Orçamento e Finanças durante o exercício de 2022, cuja função principal é a coordenação e o controle orçamentário dos recursos financeiros.

Esta Secretaria cuidou de elaborar o quadro de detalhamento das despesas de acordo com a legislação vigente, obedecendo os limites de cada programa de trabalho e executando o orçamento de forma transparente e com estrita observância à Lei de Diretrizes Orçamentária.

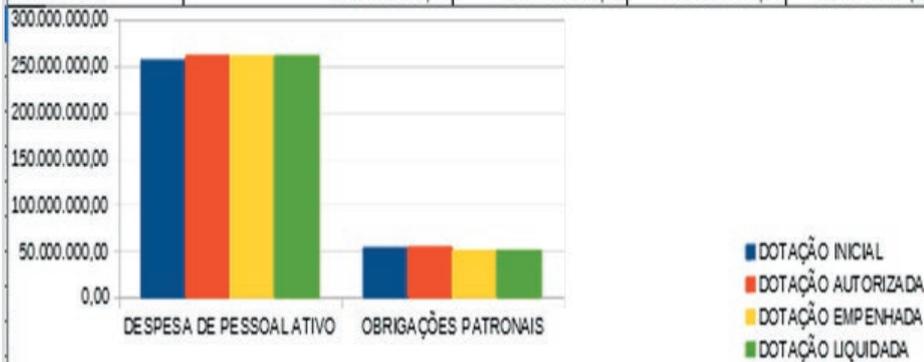


Programa: 02122003320TP0025 – Ativos Civis da União

Programa: 02846003309HB0025 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações

FINALIDADE Solucionar e julgar dissídios individuais entre trabalhadores e empregadores regidos pela consolidação das Leis Trabalhistas

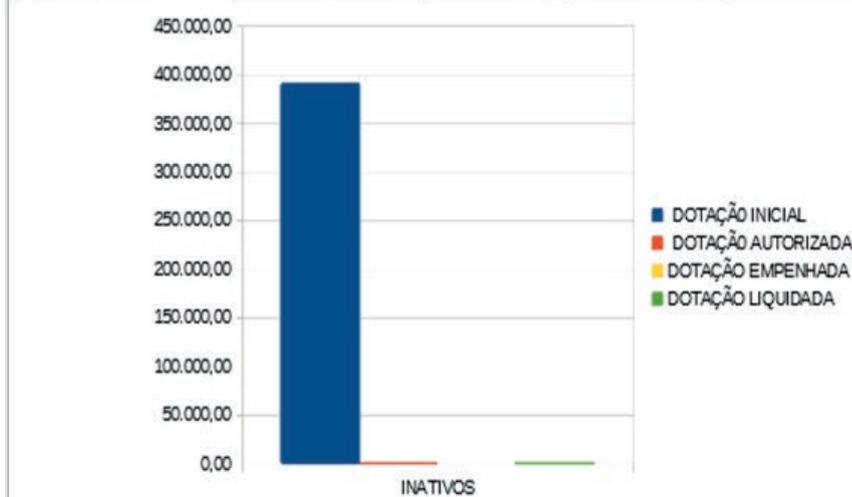
NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADO
3190.00	DESPESA DE PESSOAL ATIVO	255.406.164,00	260.350.766,00	260.168.179,68	260.115.857,48	99,93%	99,91%
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.740.560,00	53.476.605,00	49.791.778,27	49.791.778,27	93,11%	93,11%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
DESPESA DE PESSOAL ATIVO	255.406.164,00	260.350.766,00	260.168.179,68	260.115.857,48			
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	52.740.560,00	53.476.605,00	49.791.778,27	49.791.778,27			



Programa: 28846090900S60025 - BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTAÇÃO

FINALIDADE Assegurar a manutenção sócio-econômica a que legalmente faz jus os servidores inativos e seus dependentes.

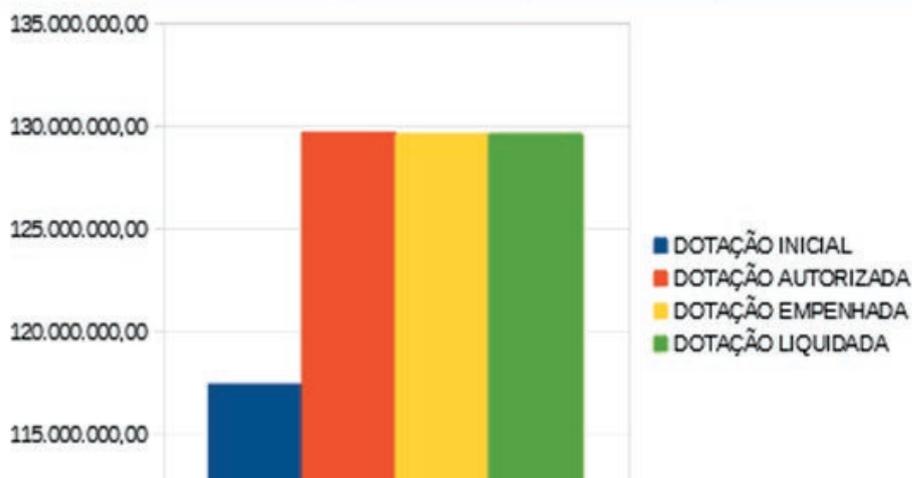
NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADO
3190.00	INATIVOS	390.000,00	0,00	0,00	0,00	,00%	#DIV/0!
			0,00	0,00	0,00	0,00%	#DIV/0!
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
INATIVOS	390.000,00	0,00	0,00	0,00			



Programa: 09272003301810025 - APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS

FINALIDADE Assegurar a manutenção sócio-econômica a que legalmente faz jus os servidores inativos e seus depend

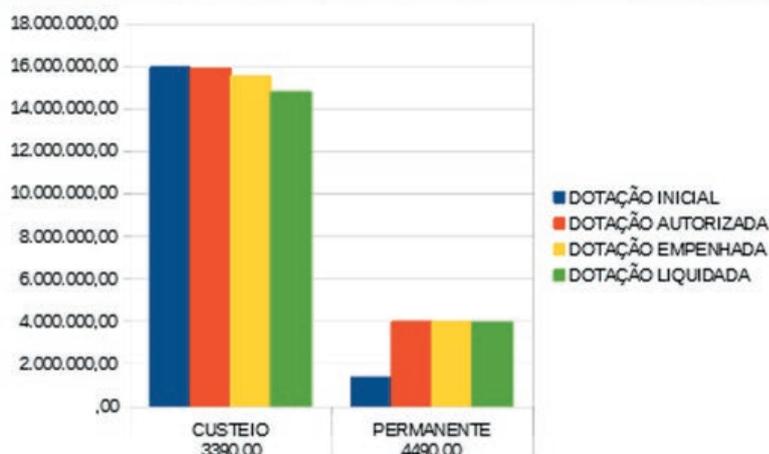
<u>NAT.DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO
3190.00	INATIVOS	117.403.477,00	129.655.533,00	129.590.039,61	129.590.039,61	99,95%
		117.403.477,00	129.655.533,00	129.590.039,61	129.590.039,61	99,95%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA		
INATIVOS	117.403.477,00	129.655.533,00	129.590.039,61	129.590.039,61		



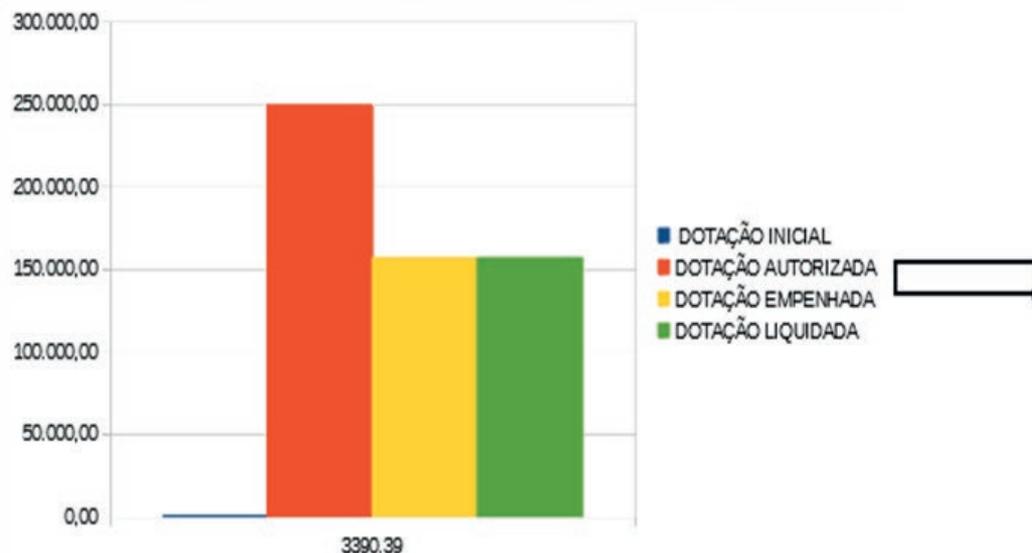
Programa: 02122003342560025 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (Administração da Unidade)

FINALIDADE Solucionar e julgar dissídios individuais e coletivos, entre trabalhadores e empregadores, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, visando a solução de controvérsias trabalhistas,

<u>NAT.DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	CUSTEIO	15.922.032,00	15.851.356,00	15.493.025,58	14.746.762,60	97,74%	93,03%
4490.00	PERMANENTE	1.328.643,00	3.950.953,00	3.950.938,49	3.918.187,32	100,00%	99,17%
		17.250.675,00	19.802.309,00	19.443.964,07	18.664.949,92	94,26%	94,26%
<u>NAT.DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA		
3390.00	CUSTEIO	15.922.032,00	15.851.356,00	15.493.025,58	14.746.762,60		
4490.00	PERMANENTE	1.328.643,00	3.950.953,00	3.950.938,49	3.918.187,32		



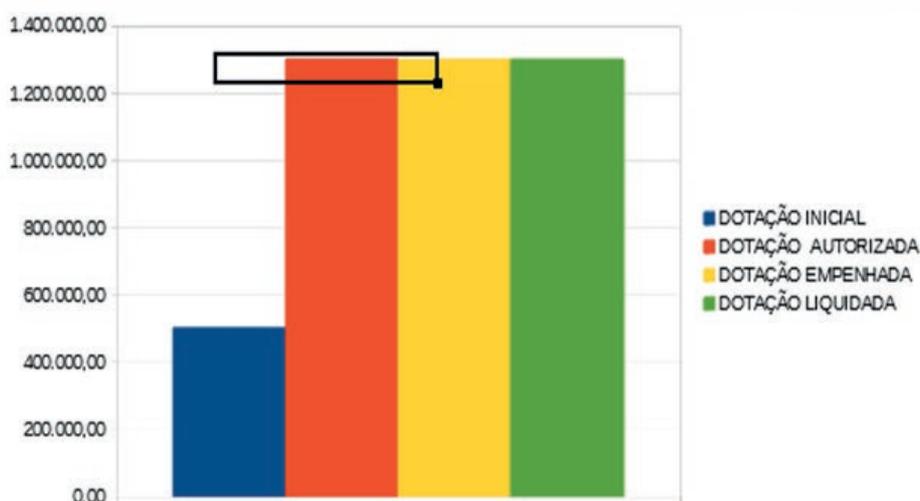
<u>NAT.DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	CUSTEIO	,00	249.000,00	156.371,27	156.371,27	62,80%	62,80%
	TOTAL	,00	249.000,00	156.371,27	156.371,27	62,80%	62,80%
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
3390.39	0,00	249.000,00	156.371,27	156.371,27			



Programa: 02061003342240025 - Assistência Jurídica a Pessoas Carentes

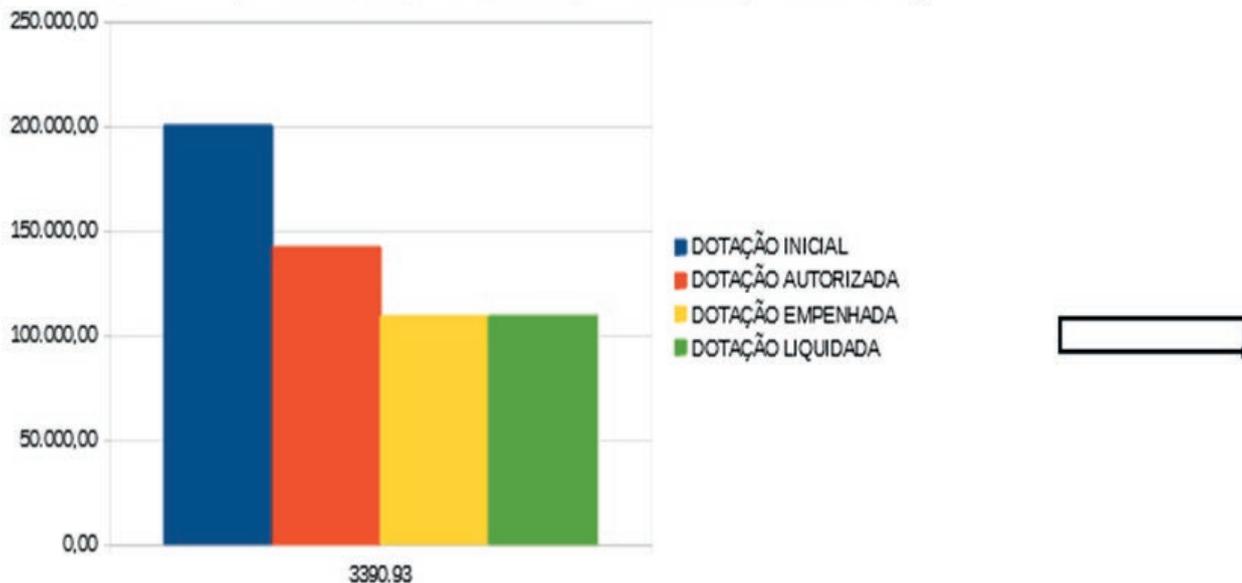
FINALIDADE: Garantir a assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, mediante a contratação de serviços especializados realizados por terceiros, indispensáveis ao reconhecimento do direito requerido e ao deslinde da controvérsia legal.

<u>NAT.DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	HONORARIOS PERICIAIS	500.000,00	1.300.000,00	1.299.169,99	1.299.169,99	99,94%	99,94%
	TOTAL	500.000,00	1.300.000,00	1.299.169,99	1.299.169,99	99,94%	99,94%
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
	500.000,00	1.300.000,00	1.299.169,99	1.299.169,99			



Programa : 021220033216H0025- AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA

DISCRIMINAÇÃO	GRUPO DE DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
CUSTEIO	3	200.000,00	141.676,00	108.746,73	108.746,73	76,76%	76,76%
		200.000,00	141.676,00	108.746,73	108.746,73	76,76%	100,00%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
3390.93	200.000,00	141.676,00	108.746,73	108.746,73			



Programa de Trabalho: 023310033212B0025 - BENEFICIOS OBRIGATORIOS

FINALIDADE Esta ação visa garantir aos servidores o pagamento do auxílio creche , beneficio alimentação , auxílio transporte , auxílio natalidade e funeral aos servidores e magistrados .

NAT.DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	AUXILIOS	12.255.317,00	17.903.773,00	16.346.440,88	16.346.440,88	91,30%	91,30%
		12.255.317,00	17.903.773,00	16.346.440,88	16.346.440,88	91,30%	91,30%

NAT.DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA
	12.255.317,00	17.903.773,00	16.346.440,88	16.346.440,88

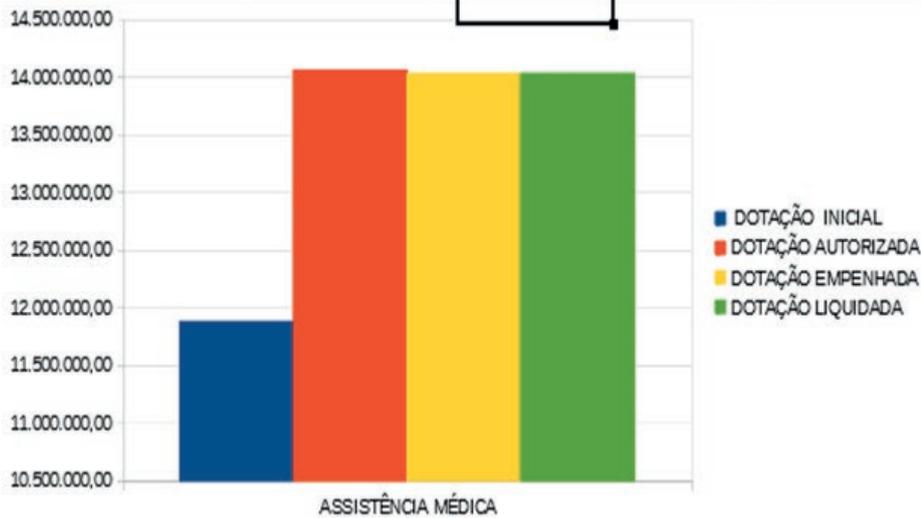




Programa: 02301003320040025 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores

FINALIDADE Assegurar a saúde física e mental dos servidores assim como de seus dependentes em caráter complementar.

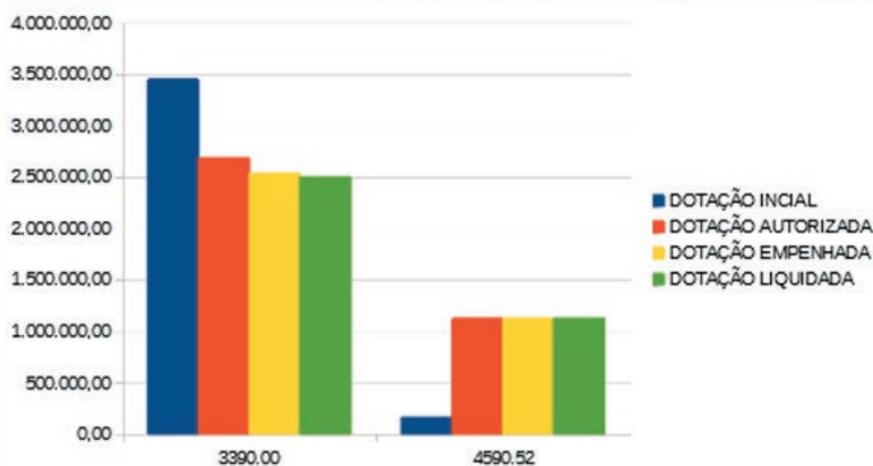
<u>NAT. DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	CUSTEIO	11.872.750,00	14.049.750,00	14.022.069,13	14.022.069,13	99,80%	99,80%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
ASSISTÊNCIA MÉDICA	11.872.750,00	14.049.750,00	14.022.069,13	14.022.069,13			



FINALIDADE

manter em operação o sistema integrado de gestão da informação jurisprudencial na justiça do trabalho, suportando o processo virtual no qual os autos passarão a existir somente em meio digital desse programa é manter esses equipamentos e sistemas desempenhando de forma realmente eficaz, todas as suas funções, com segurança e disponibilidade para os magistrados servidores e jurisdicionados.

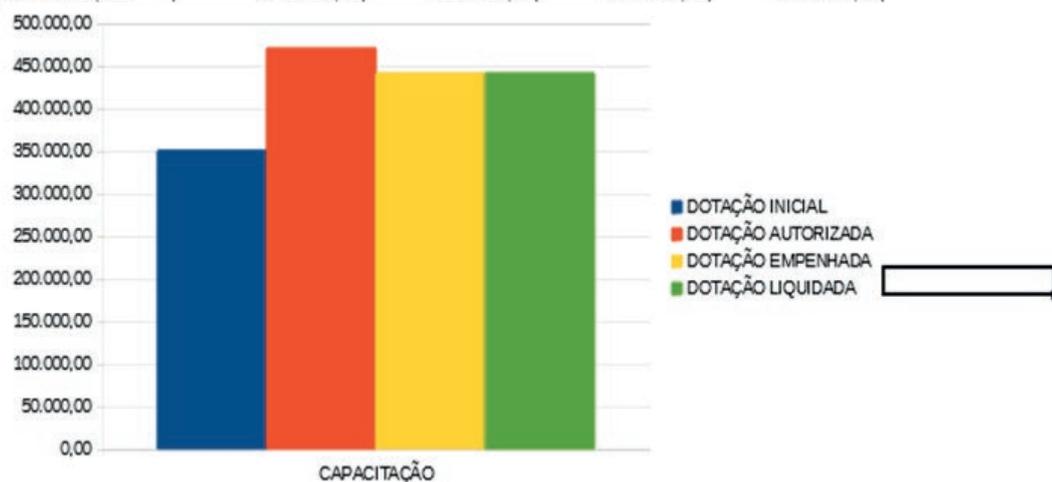
<u>NAT. DESPESA</u>	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	%EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	CUSTEIO	3.451.515,00	2.681.515,00	2.533.249,77	2.496.244,37	94,47%	93,09%
4590.52	PERMANENTE	156.000,00	1.121.147,00	1.121.147,00	1.121.147,00		
		3.607.515,00	3.802.662,00	3.654.396,77	3.617.391,37	96,10%	100,00%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
3390.00	3.451.515,00	2.681.515,00	2.533.249,77	2.496.244,37			
4590.52	156.000,00	1.121.147,00	1.121.147,00	1.121.147,00			



Programa: 02.122.0571.4256.0025 - Capacitação de Recursos Humanos

REALIZAÇÕES Estamos proporcionando através dos recursos disponíveis nesta atividade, o treinamento e reciclagem dos servidores deste Regional necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos

NAT. DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	% EMPENHADO	% LIQUIDADADO
3390.00	CUSTEIO	350.000,00	470.000,00	440.765,95	440.765,95	93,78%	93,78%
	TOTAL		470.000,00	440.765,95	440.765,95	93,78%	93,78%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
CAPACITAÇÃO	350.000,00	470.000,00	440.765,95	440.765,95			

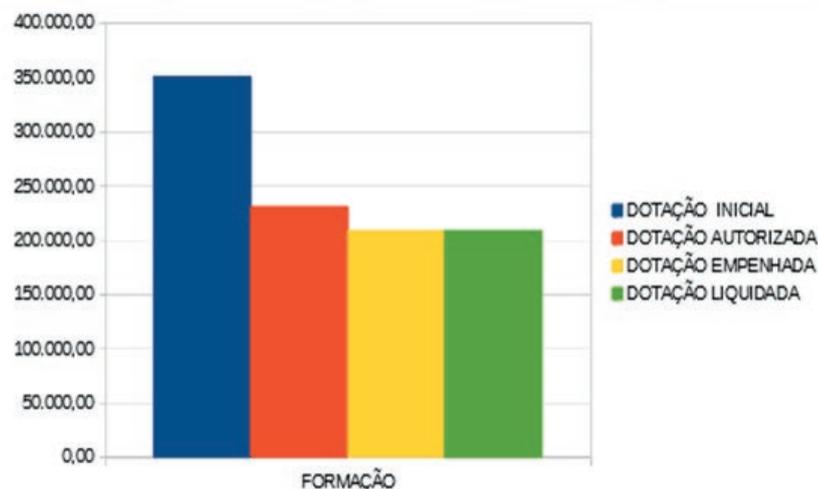


PROGRAMA DE TRABALHO : 02.122.0571.4256.0025 - FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS

FINALIDADE

Estamos proporcionando através dos recursos disponíveis nesta atividade, o treinamento e reciclagem dos magistrados deste Regional necessários ao cumprimento de suas atribuições constitucionais de modo a atender aos anseios da sociedade cada vez com maior presteza, primando assim pela transparência e objetividade das informações prestadas aos cidadãos

NAT. DE DESPESA	DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA	% EMPENHADO	% LIQUIDADADO
	CUSTEIO	350.001,00	230.001,00	207.924,41	207.924,41	90,40%	90,40%
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO LIQUIDADADA			
FORMAÇÃO	350.001,00	230.001,00	207.924,41	207.924,41			

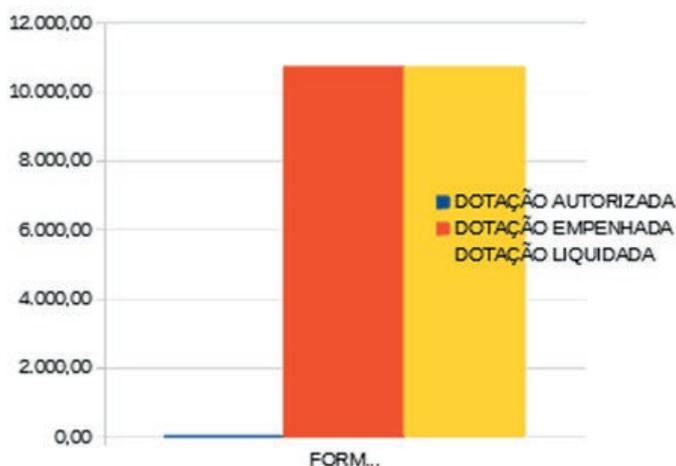




PROGRAMA DE TRABALHO : 02.122.0571.4256.0001 – TRABALHO SEGURO

FINALIDADE contribuir para a diminuição do número de acidentes de trabalho registrados no Brasil nos últimos anos.

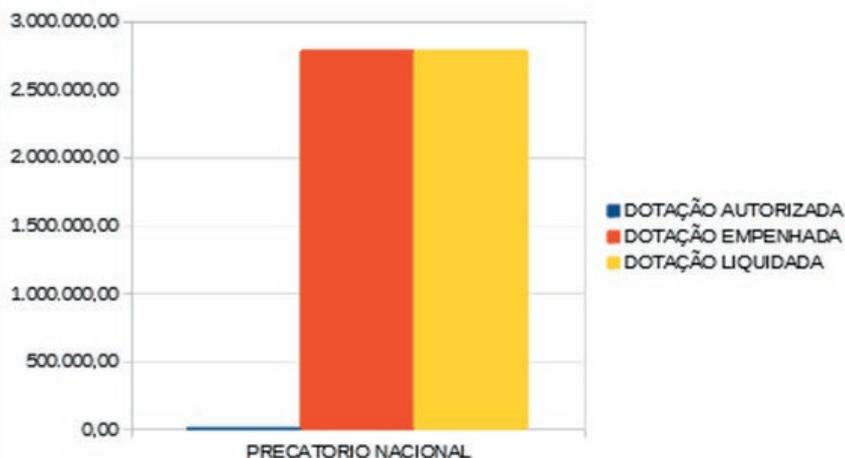
<u>NAT.DE SPESA</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADA</u>	<u>% EMPENHADO</u>	<u>% LIQUIDADO</u>
	CUSTEIO		10.696,84	10.696,84	100,00%	100,00%
	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADA</u>			
FORMAÇÃO	0,00	10.696,84	10.696,84			



PROGRAMA DE TRABALHO : 28846090100050001 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO

FINALIDADE Cumprir decisões judiciais relativas a sentenças judiciais, transitadas em julgado devidas pela União

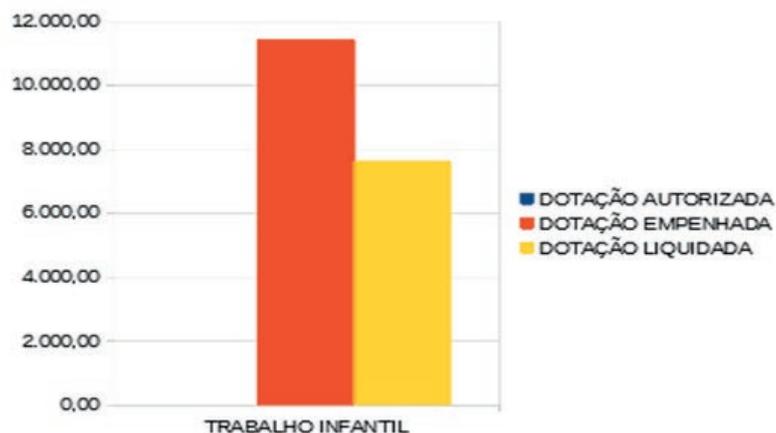
<u>NAT.DE SPESA</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADA</u>	<u>% EMPENHADO</u>	<u>% LIQUIDADO</u>
3190.00	<u>PRECATÓRIO NACIONAL</u>		2.784.884,00	2.784.884,00	100,00%	100,00%
total			2.784.884,00	2.784.884,00		
<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADA</u>			
<u>PRECATÓRIO NACIONAL</u>	0,00	2.784.884,00	2.784.884,00			



PROGRAMA DE TRABALHO : 02122003342560001 - APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO

FINALIDADE se refere às atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

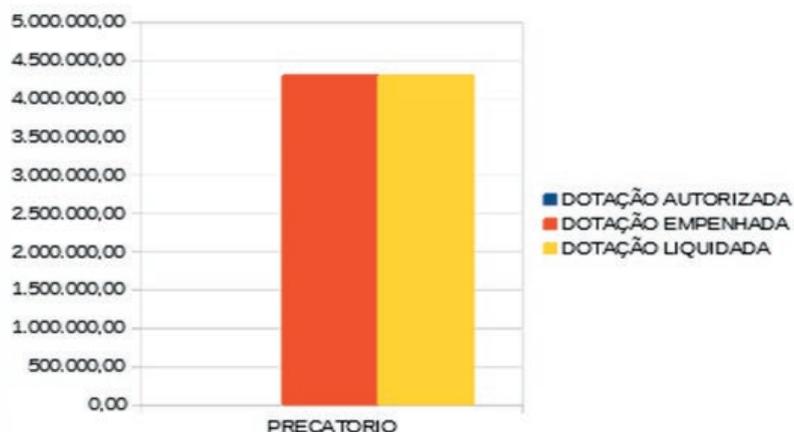
<u>NAT.DE SPESA</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADADA</u>	<u>% EMPENHADO</u>	<u>% LIQUIDADADO</u>
3190.00	TRABALHO INFANTIL		11.394,00	7.596,00	100,00%	66,67%
TOTAL		0,00	11.394,00	7.596,00	100,00%	66,67%
<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADADA</u>			
TRABALHO INFANTIL		11.394,00	7.596,00			



PROGRAMA DE TRABALHO : 28846090106250001 - SENTENÇAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM EM JULGADO

FINALIDADE Cumprir decisoes judiciais relativas a sentenças judiciais, transitadas em julgado devidas pela União

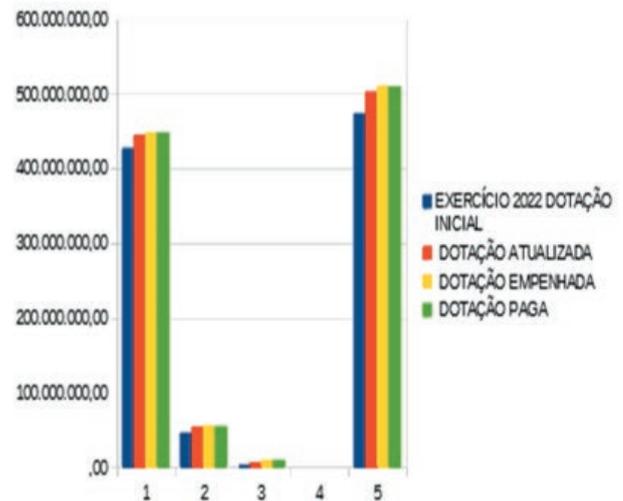
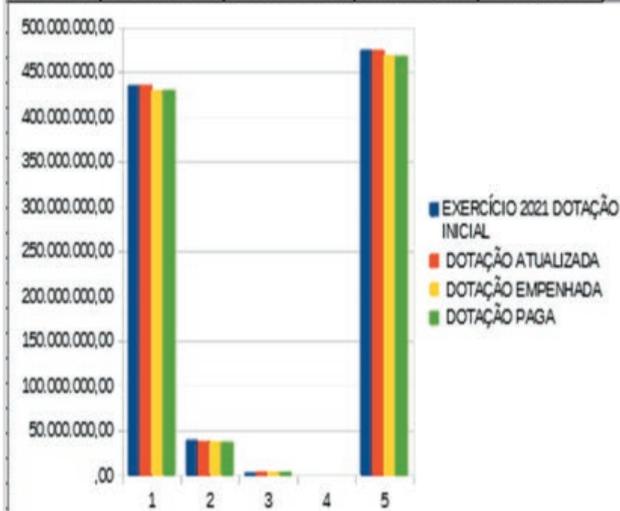
<u>NAT.DE SPESA</u>	<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADADA</u>	<u>% EMPENHADO</u>	<u>% LIQUIDADADO</u>
3190.00	PRECATÓRIO NO ESTADO DA PARAIBA		4.297.062,72	4.297.062,72	100,00%	100,00%
TOTAL		0,00	4.297.062,72	4.297.062,72	100,00%	100,00%
<u>DISCRIMINAÇÃO</u>	<u>DOTAÇÃO AUTORIZADA</u>	<u>DOTAÇÃO EMPENHADA</u>	<u>DOTAÇÃO LIQUIDADADA</u>			
PRECATÓRIO		4.297.062,72	4.297.062,72			



01- GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

1.1- Perfil do gasto do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região : Evolução do ultimo ano da execução orçamentária (Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Dotação Empenhada, Dotação Paga)

GRUPO DE DESPESA	EXERCÍCIO 2021				EXERCÍCIO 2022				VARIÇÃO EM R\$	VARIÇÃO EM %
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO PAGA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DOTAÇÃO EMPENHADA	DOTAÇÃO PAGA		
1	433.820.143,00	433.962.873,00	428.400.852,48	428.400.852,48	425.940.201,00	443.482.904,00	446.631.944,28	446.579.622,08	18.178.769,60	4,24%
3	38.132.683,00	36.549.836,00	36.355.996,91	35.835.806,48	44.901.615,00	52.877.071,00	54.272.319,65	53.432.216,94	17.596.410,46	49,10%
4	1.449.993,00	2.552.840,00	2.458.038,71	2.223.231,74	1.484.643,00	5.072.100,00	8.271.507,62	8.238.756,45	6.015.524,71	270,58%
9										
TOTAL	473.402.819,00	473.065.549,00	467.214.888,10	466.459.890,70	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	41.790.704,77	8,96%



5.3.2. Gestão de Pessoas

Apresentação

O Gestor de Pessoas é um ator relevante para o sucesso das mudanças na cultura da organização e na forma de se fazer administração pública. Por isto, a complexidade dos problemas vividos e, ainda, a serem enfrentados, exige criatividade e capacidade para se reciclar e inovar.

No ano de 2022, início do período pós-pandêmico, conseguimos superar as questões do distanciamento social, retomando, em parte, o contato físico entre gestores e suas equipes, mas ainda mantendo um cuidado com as questões sanitárias, o que ocasionou, ainda, na implementação de ações de forma on-line.



Conformidade legal



Foram implementados mecanismos de controle na gestão de pessoas, quais sejam:

Procedimentos Mapeados

- Concessão e Pagamento de Ajuda de Custo – ATO TRT SGP nº 141/2022.

Mapa de Riscos

- Gestão e Contabilização dos Passivos Trabalhistas.

Avaliação da Força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício.

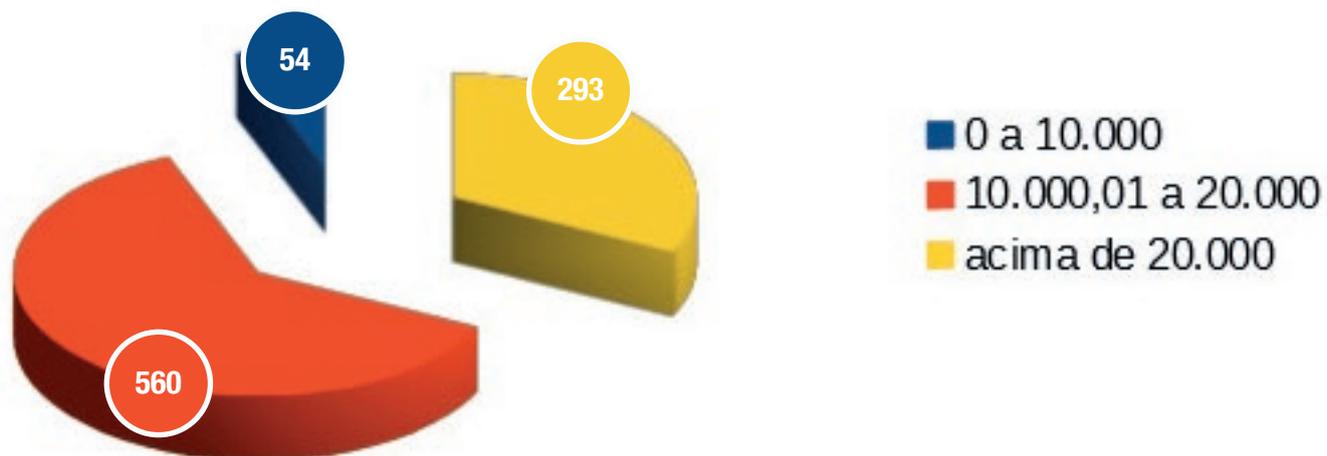
Situação Funcional	Quantidade de servidores
Efetivos	847
Sem vínculo	7
Requisitados	33
Exercício Provisório(requisitados)	5
Removidos para este Tribunal	18
Total	910

A força de trabalho deste Regional, em 31/12/2022, era de 910 servidores, distribuídos conforme quadro acima. Registra-se que nesse total não foram contabilizados os servidores efetivos cedidos a outros órgãos (05), servidores efetivos em exercício provisório em outros órgãos (01), servidores efetivos removidos para outros Regionais (18)

e servidores licenciados (02), totalizando 26 servidores efetivos que não se encontram em atividade neste Regional, portanto não compõem a força de trabalho em 31/12/2022.

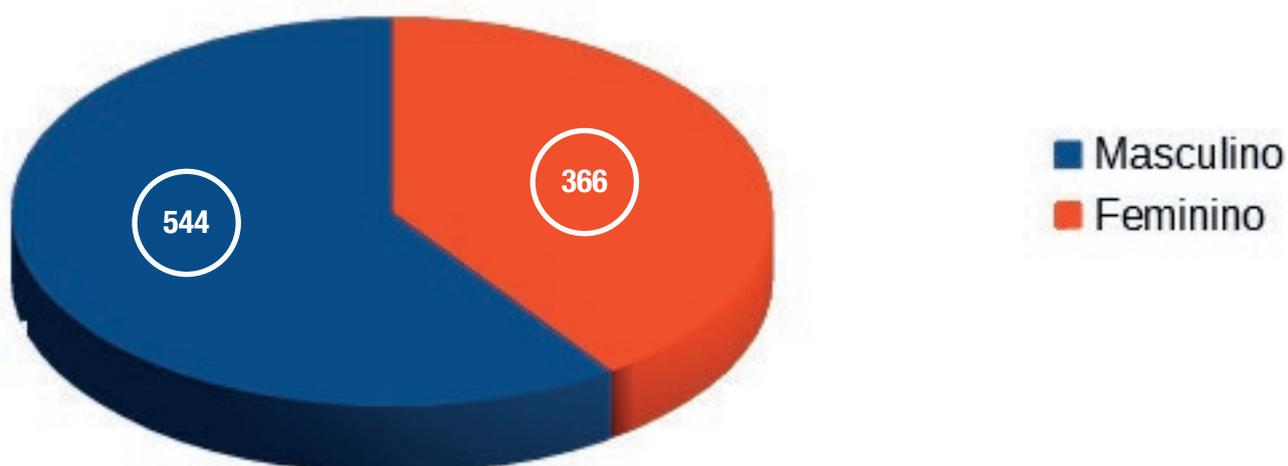
Dos servidores em efetivo exercício neste Regional, pode-se traçar o seguinte perfil em termos de distribuição:

 **Por faixa salarial**

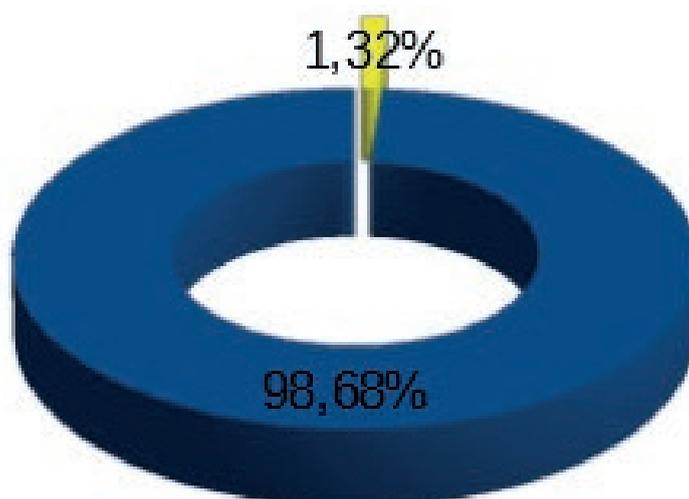


Obs: 03 (três) servidores que fazem parte da força de trabalho não estão recebendo nenhum valor mensal por este TRT-13.

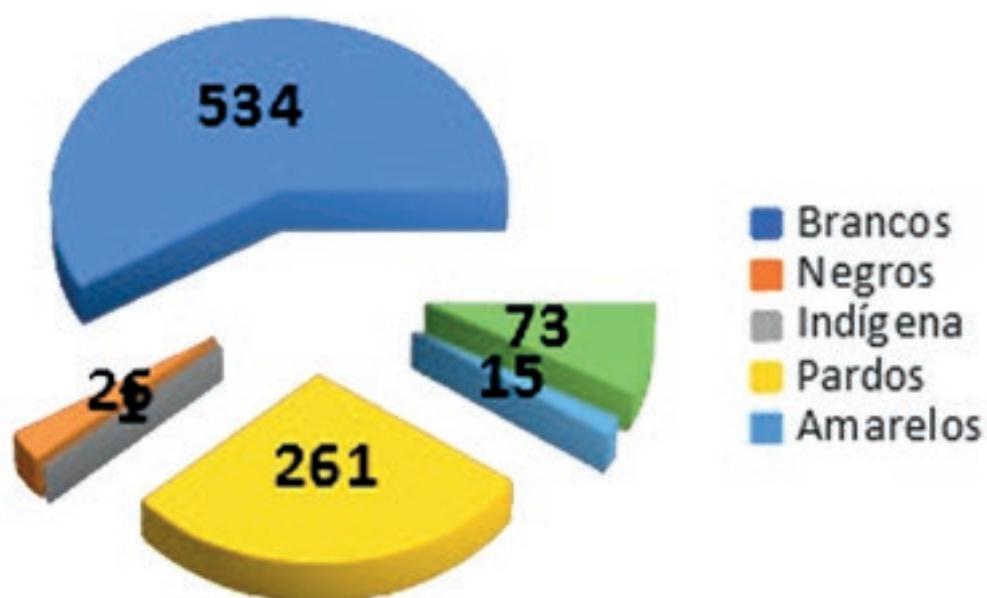
Por gênero



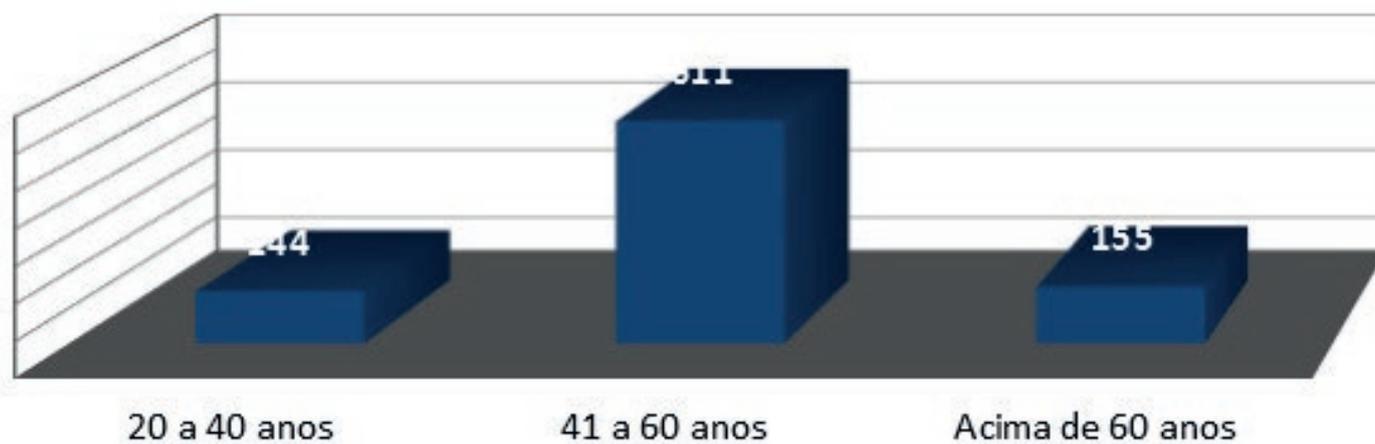
Por deficiência



Por etnia

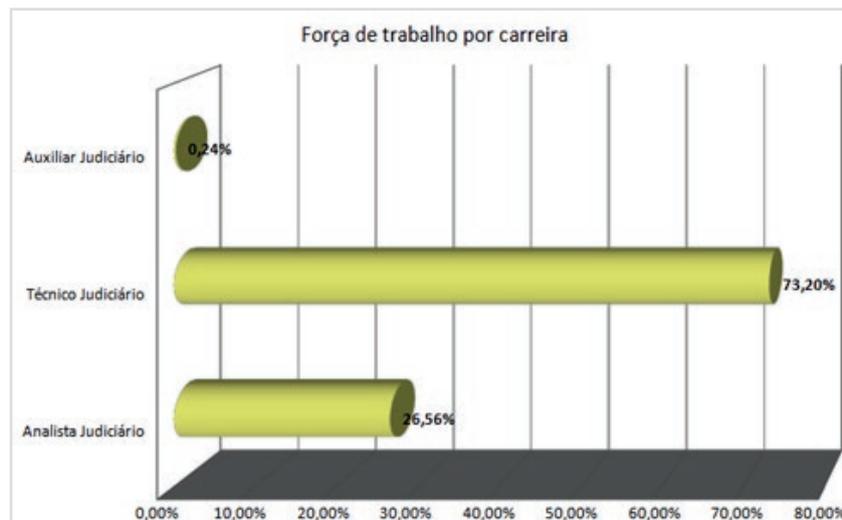


Faixas etárias



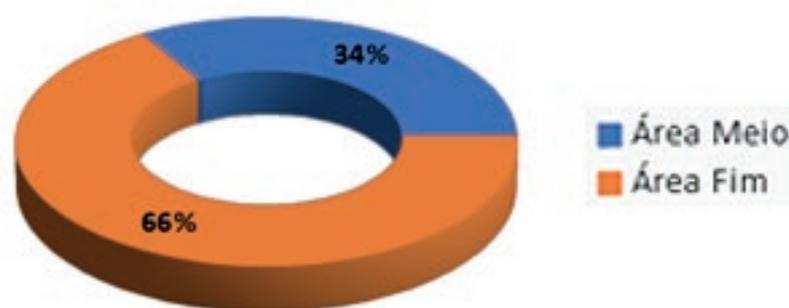
Situação funcional





*É importante registrar que: (1) nestes valores estão excluídos os cedidos e removidos para outros órgãos, além dos requisitados, efetivo em exercício provisório cedidos e removidos de outros órgãos para este Regional; (2) os cargos da carreira de Auxiliar Judiciário não podem ser providos (Resolução CSJT nº 47/2008 e Resolução ADMINISTRATIVA TRT-13 nº 70/2008).

Por área de trabalho e unidade de exercício



*Existem servidores efetivos cedidos (05), servidores efetivos em exercício provisório em outros órgãos (01), servidores efetivos removidos para outros Regionais (18) e servidores licenciados (02), totalizando 26 (vinte e seis) servidores efetivos que não compõem a força de trabalho.

Nossa força de trabalho é formada, em sua maioria, por servidores do sexo masculino, bem como a faixa etária predominante é de 41 a 60 anos. Ademais, das 03 (três) carreiras existentes, há um número maior de Técnicos Judiciários correspondente a 73,20% (setenta e três vírgula vinte por cento),

Registro ainda que há 1,32% (um vírgula trinta e dois por cento) de servidores com deficiência.

Outro fato que destacamos é a distribuição da força de trabalho entre a área meio e a área-fim. Nesse quesito,

34% (trinta e quatro por cento) dos servidores estão lotados na área-meio e 66% (sessenta e seis por cento) estão lotados na área-fim, demonstrando que quase 2/3 (dois terços) da força de trabalho está direcionada nessa área.

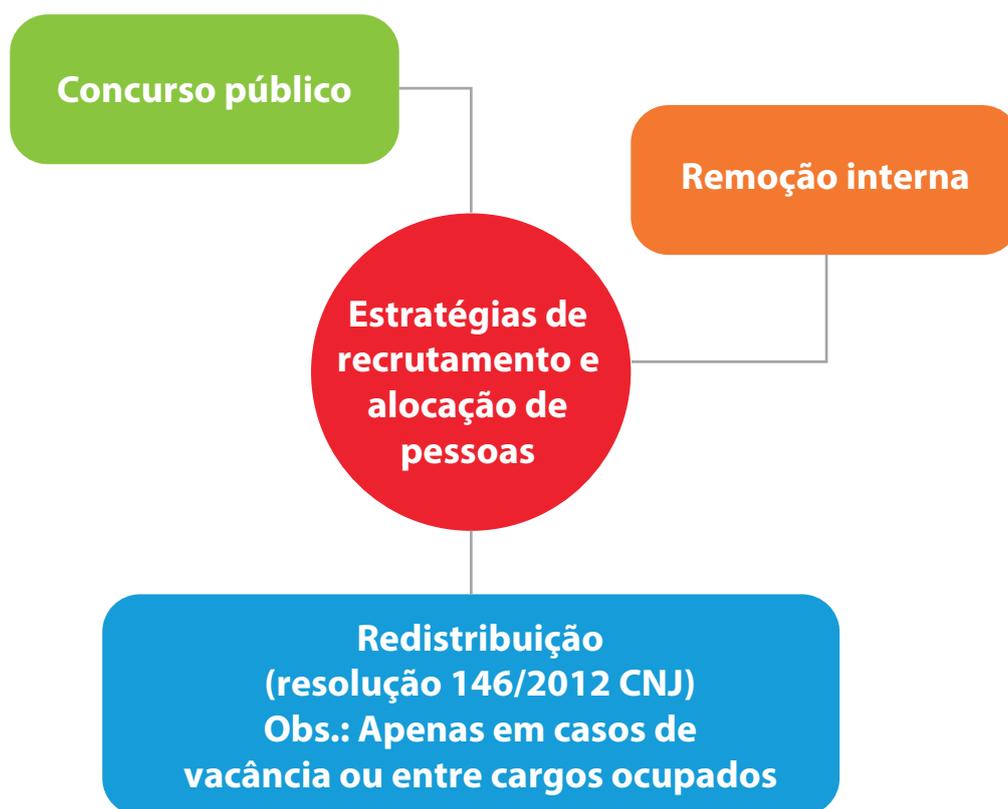
Apesar da redução da nossa força de trabalho, nos últimos anos (2020 a 2022), decorrente especialmente de aposentadorias, o corpo de servidores deste Regional tem empreendido esforços no sentido de fazer com que esta Corte cumpra a missão institucional, inclusive galgando o selo máximo de qualidade do CNJ neste ano de 2022.

Ativos, inativos e pensionistas



*fonte: folha de pagamento

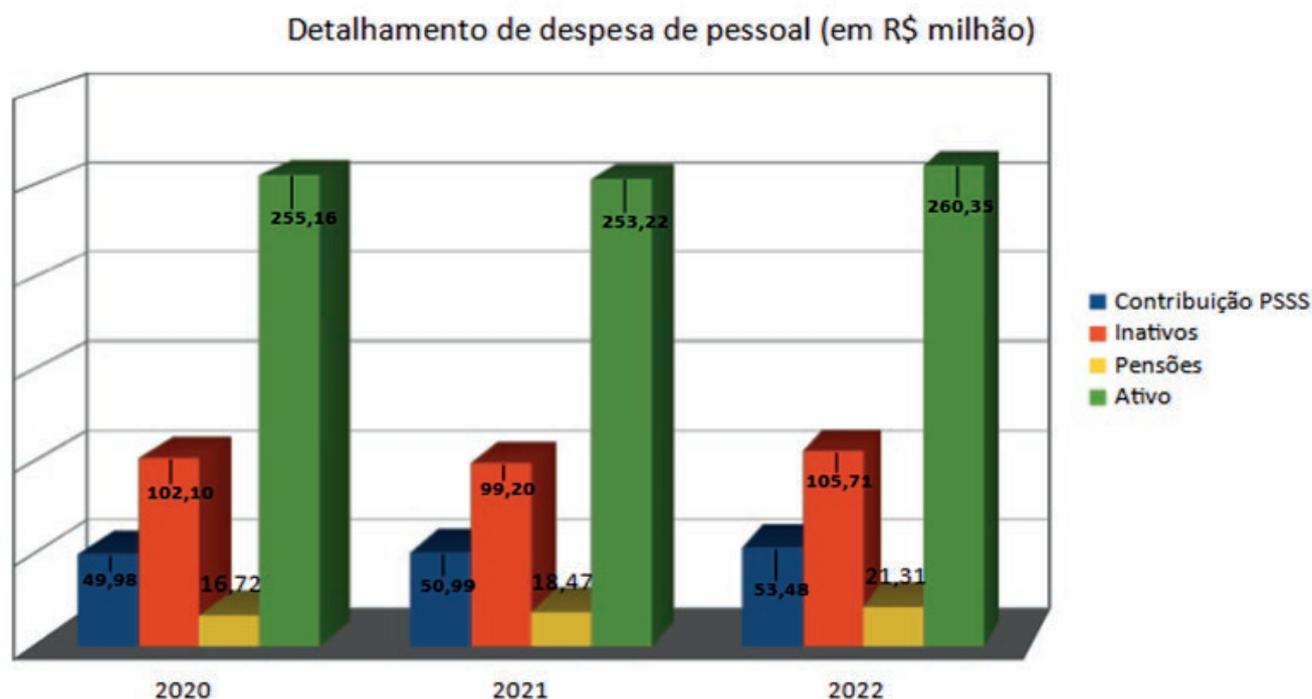
Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas



A alocação de pessoas neste Regional observa as diretrizes traçadas pela Resolução nº 219/2016 do Conselho Nacional de Justiça (alterada pelas Resoluções nº 243/2016, nº 282/2019 e nº 459/2022), que dispõe sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.



Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista) evolução dos últimos anos



A análise dos dados demonstra uma evolução nos valores do detalhamento da despesa de pessoal, considerando os dados referentes ao período 2020 a 2022. Verifica-se, ainda, em 2022, um aumento dos valores relativos a inativos, justificado pelo volume de aposentadorias ocorrida nesse exercício, com consequente variação na folha de inativos, bem como uma elevação nos valores atinentes às pensões.

Gestão do Orçamento de Pessoal

A gestão do orçamento de pessoal garantiu tranquilidade na tomada de decisões e adoção de medidas saneadoras, objetivando evitar o obscurantismo na utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

A administração implementou acompanhamento pormenorizado das dotações de pessoal, garantindo uma gestão profissional e transparente.

A utilização de planilha eletrônica, projeções de despesa de pessoal, objetivando estabelecer limites e identificar distorções na execução orçamentária, dotou a administração de elementos suficientes à tomada de decisões

quanto à realização do orçamento.

Todas as rubricas, inerentes à despesa de pessoal, foram identificadas e agrupadas, com o fim de apresentar, de forma didática, as projeções iniciais e a evolução do gasto público com o orçamento de pessoal.

Essa ação garantiu tranquilidade e certeza nas decisões adotadas para o cumprimento das obrigações pecuniárias do TRT da 13ª Região com o custeio de pessoal, inclusive com o direcionamento de dotações para ações, de sorte que, o orçamento de pessoal referente ao exercício de 2022 foi executado.

Passivos de Pessoal

É importante registrar que, no exercício de 2022, a Coordenação de Preparo de Pagamento de Pessoal realizou estudo preliminar e levantamento objetivando estimar valores de passivos administrativos no âmbito deste Regional, considerando alteração do artigo 7º da Resolução CSJT n.º 137, de 30 de maio de 2014, no que se refere aos parâmetros de atualização monetária de débitos de despesas de pessoal de exercícios anteriores.

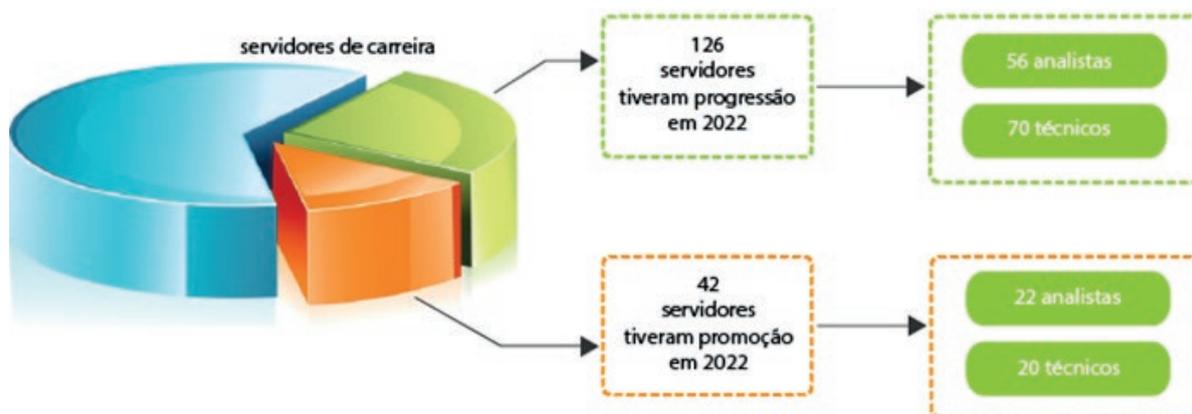
Essa ação foi fruto da abertura de crédito para passivos pelo CSJT, nos termos do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 98/2022 e do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 119/2022. Com os recursos disponibilizados, foram processadas folhas de pagamento no sentido de se procederem os pagamentos total e parcial das dívidas relativas a passivos pendentes.

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

Gratificação de desempenho: Não está instituído gratificação de desempenho para os servidores deste Regional.

Progressão funcional

A progressão é realizada com base na RA TRT-13 nº 018/2009, norma que regulamenta o Programa de Avaliação de Desempenho – PROAD. A Figura abaixo ilustra as progressões/promoções funcionais no ano de 2022.



Estágio probatório

O estágio probatório está regulamentado pela RA TRT-13 nº 018/2009. As avaliações do estágio probatório ocorrem em 04 etapas, sendo realizadas nos seguintes períodos: 5º mês, 12º mês, 20º mês e 30º mês, correspondendo, respectivamente, a 1ª, 2ª, 3ª, e 4ª avaliações, sendo exigido a pontuação mínima de 140 pontos para fins de aprovação e a máxima de 200. O estágio probatório tem a duração de 36 meses. A figura abaixo ilustra as progressões/promoções funcionais no ano de 2022.

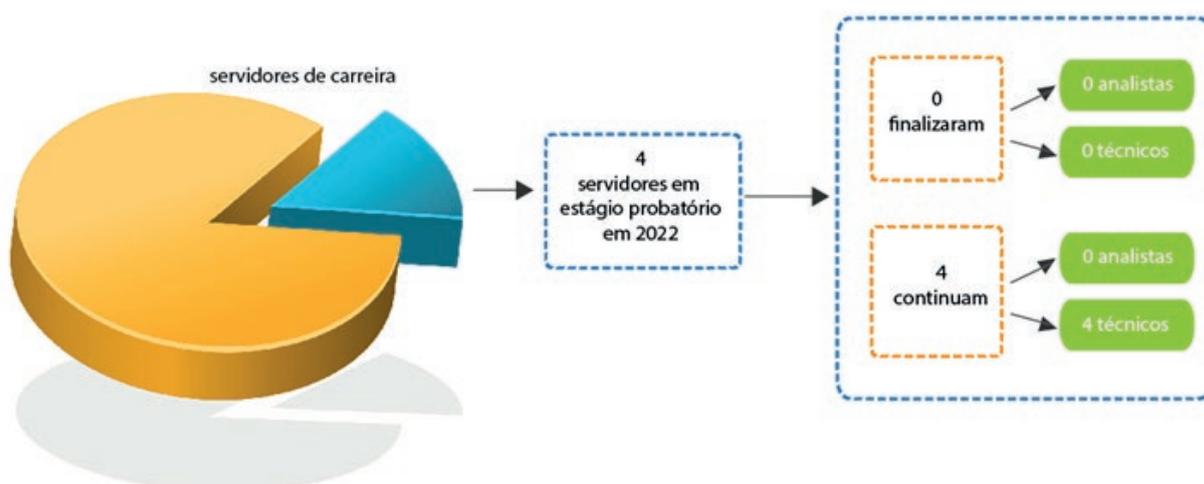


Tabela de remuneração

A Tabela de remuneração dos servidores foi fixada pela Lei nº 13.t 317, de 20 de julho de 2016 que alterou dispositivos da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, e dá outras providências.

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos:

Do total de cargos gerenciais, verifica-se que 90,54% (noventa vírgula cinquenta e quatro por cento) são ocupados por servidores efetivos.





Detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

Foi instituído no âmbito deste Regional o **PROGRAMA DE GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS** pela RA nº 121/2015 e ATO TRT GP nº 518/2015, revogado pelo Ato TRT GP nº 275/2018, por sua vez revogado pelo ATO TRT-13 SGP nº 177/2022, que disciplina a matéria no âmbito da Justiça do Trabalho da 13ª Região.

Capacitação: estratégia e números

A capacitação neste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, a partir do ano de 2015, passou a ser de responsabilidade da Escola Judicial.

Principais desafios e ações futuras

- Programa de formação de lideranças;
- Criação de Banco de Talentos;
- Gerenciar riscos de pessoal;
- Análise de redimensionamento e alocação da força de trabalhos;
- Avaliação das necessidades de treinamento de pessoal por setor;
- Capacitação dos servidores;
- Gestão de Pessoas e governança – desenvolver processo de seleção de gestores orientados por competência e desempenho;
- Reavaliação do Banco de Horas decorrente da pandemia;
- Acompanhamento e reavaliação do TELETRABALHO;
- Aprimorar o desempenho no índice de capacitação em Gestão de pessoas, conforme critérios utilizados do IGG;
- Promover eventos artísticos e culturais;
- Aprimorar a QVT;
- Simplificar, agilizar e racionalizar as rotinas de trabalho, por meio do aprimoramento e da inovação, bem como da supressão de práticas desnecessárias, proporcionando melhor desempenho à organização.

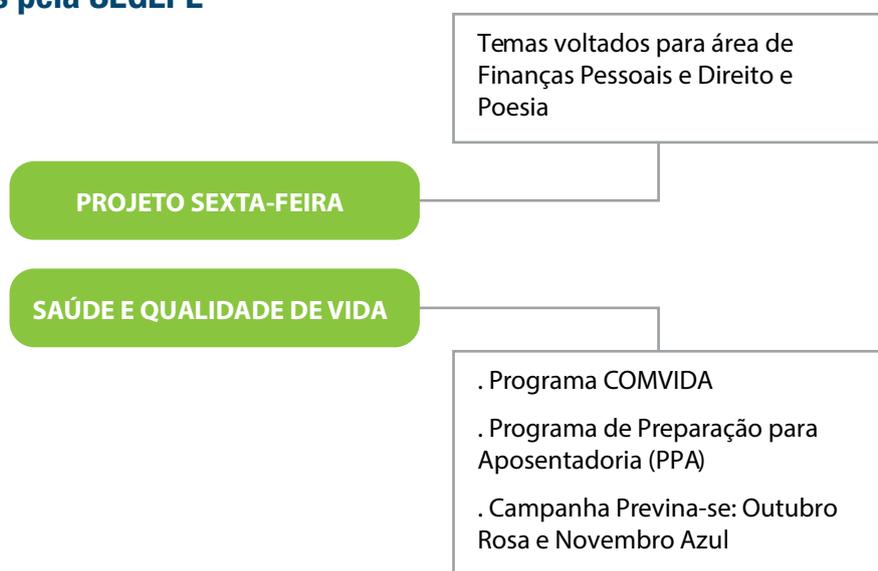
Contratação de estagiários

Em face às mudanças de regramento, estipuladas pelo CSJT, no que tange à contratação e manutenção de estagiários, e da restrição orçamentária imposta à Justiça do Trabalho, não tivemos estagiários contratados no ano de 2022.

Tabelas auxiliares – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC:

FCs e CJs	Total	Ocupados	Vagos
Funções (FC-1 a FC-6)	610	593	17
Cargos (CJ-2 a CJ-4)	110	109	1

Eventos realizados pela SEGEPE



Projeto Sexta-Feira

Implantado neste Regional no ano de 2004, o Projeto Sexta-Feira vem sendo organizado, ao longo dos anos, pela SEGEPE, e consiste na realização de palestras que ocorrem, sempre que possível, na última sexta-feira de cada mês.

Diante do cenário de prolongamento da pandemia do Covid 19, ele continuou sendo realizado de forma telepresencial, com a programação de 04 (quatro) palestras, em parceria com a Escola Judicial do TRT-13 e outros parceiros, sem custo para este Tribunal, a saber:

Ano de 2022 – 1º semestre – Tema: Finanças para a Vida: como administrar?

Ano de 2022 – 1º semestre – Tema: Finanças para a Vida: como administrar?	
Evento	Quantidade de participantes
Módulo I – Em busca da liberdade financeira	65
Módulo II – Investindo para sua aposentadoria	44
Módulo III – Caminhos para o crescimento do seu dinheiro	40
Módulo IV – Perspectivas na economia brasileira para 2022/2023	48
Total	197

Cartão de divulgação do Projeto Sexta-Feira 2022.1. O cartão apresenta o tema "Finanças para a Vida: Como administrar?" e o formato "10h Online". Ele detalha quatro módulos com suas respectivas datas e palestrantes:

- 24/Março - Módulo I:** Em busca da liberdade financeira. Palestrante: Marlene Müller.
- 29/Abril - Módulo II:** Investindo para sua aposentadoria. Palestrante: Gabriel Ferraz.
- 26/Maio - Módulo III:** Caminhos para o crescimento do seu dinheiro. Palestrante: Adriano Neri.
- 16/Junho - Módulo IV:** Perspectivas na economia brasileira para 2022/2023. Palestrante: Douglas Lima.

Localização: TRT-13ª REGIÃO Paraíba. Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal. Inscrições no Portal de Gestão de Pessoas. Maiores informações: 3533-6077.

Ano de 2022 – 2º semestre – Tema: Direito e Poesia	
Evento	Quantidade de participantes
Módulo I – O Direito e a Literatura: casos reais adaptados e atualizados através de obras literárias	29
Módulo II – Direito e Cordel contemporâneo: vozes de sentimentos e justiça	21
Módulo III – O ideal libertário da poesia e o justo, valor maior do direito	24
Módulo IV – Jorge Amado e o Direito: Capitães de Areia ontem e hoje	22
Total	96

Cartão de divulgação do Projeto Sexta-Feira 2022.2. O cartão apresenta o tema "Direito & Poesia" e o formato "10h Online". Ele detalha quatro módulos com suas respectivas datas e palestrantes:

- 28/Setembro - Módulo I:** O Direito e a Literatura: casos reais adaptados e atualizados através de obras literárias. Palestrante: Francisco de Assis Barbosa Júnior (Juiz do Trabalho - TRT13).
- 28/Octubro - Módulo II:** Direito e cordel contemporâneo: vozes de sentimentos e justiça. Palestrante: Marconi Pereira de Araújo (Poeta e servidor da Justiça Federal da Paraíba).
- 18/Novembro - Módulo III:** O ideal libertário da poesia e o justo, valor maior do direito. Palestrante: Luiz Augusto da Franca Cripim Filho (Advogado).
- 14/Dezembro - Módulo IV:** Jorge Amado e o Direito: Capitães de Areia ontem e hoje. Palestrante: Francisc de Assis Barbosa Júnior (Juiz do Trabalho - TRT13).

Localização: TRT-13ª REGIÃO Paraíba. Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal. Inscrições no Portal de Gestão de Pessoas. Maiores informações: 3533-6077.

Saúde e Qualidade de Vida – Programa COMVIDA

O COMVIDA – Programa de Acompanhamento e Reabilitação de Magistrados, Servidores e seus dependentes, convalescentes da Covid-19 – instituído pelo Ato 062/2021, destina-se em auxiliar e proporcionar, durante o período de recuperação, uma melhor qualidade de vida, além de uma retomada segura das atividades cotidianas.





O Programa tem como principal objetivo possibilitar, a quem se recuperou da Covid-19, readquirir a independência funcional e qualidade de vida, por meio de atendimento multidisciplinar, com um olhar individualizado e acompanhamento progressivo.

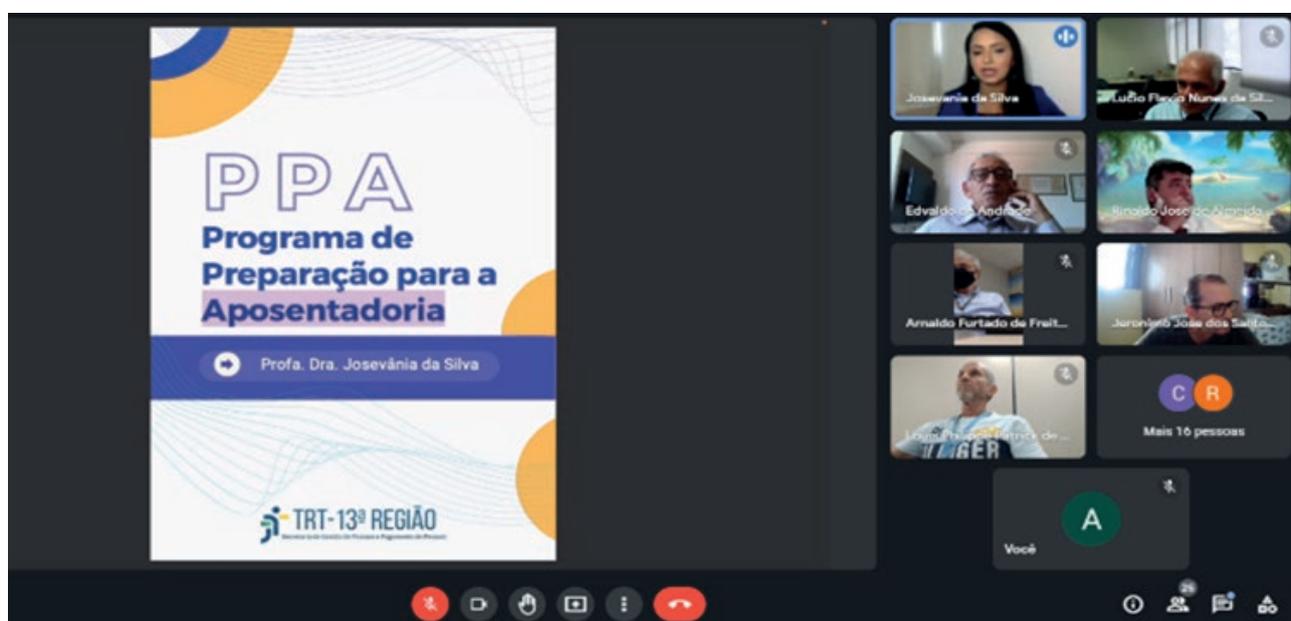
A equipe multidisciplinar do COMVIDA é composta

Especialidade	Quantidade de atendimentos
Medicina/enfermagem	6
Psicologia	13
Fisioterapia	57
Total	76

pelos seguintes profissionais: médicos, enfermeiros, psicólogos, odontólogos e fisioterapeutas.

De acordo com dados fornecidos pela Coordenadoria de Saúde, já foram realizados os atendimentos abaixo discriminados, até dezembro de 2022.

Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA – Ciclo II



No exercício de 2022, a Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal – SEGEPE realizou o Ciclo II do Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA, instituído neste Regional por meio do ATO TRT GP nº 129/2016.

O objetivo geral do Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA é oferecer, por meio de uma política de valorização dos magistrados e servidores, orientações e atividades diversificadas que visam a auxiliá-los na construção de um projeto de vida para o momento posterior à aposentadoria.

O PPA tem como objetivos específicos:

1. proporcionar aos servidores e magistrados que se encontram próximos da aposentadoria orientações e atividades que os auxiliem no planejamento pessoal para o período ulterior a seu desligamento da instituição;
2. contribuir para a mudança de hábitos e de atitudes, frente

à aposentadoria, com vistas a prevenir o sofrimento físico e psíquico nessa etapa da vida;

3. oferecer meios para despertar nos participantes do programa o interesse por novas atividades pós-aposentadoria;
4. realizar encaminhamentos e/ou orientações psicossociais.

De acordo com o supramencionado Ato, a participação no PPA é facultada a magistrados e servidores que se encontram próximos de atingir o direito a se aposentar. Foram abertas as inscrições para o Ciclo II, do referido Programa, sendo as vagas limitadas aos 50 primeiros inscritos. 30 magistrados/servidores se inscreveram para participar.

O evento teve 10 encontros. De início, seriam 7 deles de forma on-line e 3 presenciais. No entanto, visando oportunizar uma maior participação de todos os inscritos, que trabalham em João Pessoa e em outras cidades, todo o evento foi realizado de forma on-line.

Esse II Ciclo do PPA, realizado de 08/04/2022 a 04/08/2022, no horário das 10h às 12h foi conduzido pela Prof. Dra. Josevânia Silva, professora da Universidade Estadual da Paraíba, e convidados, sem custo para este TRT-13.

Os módulos foram organizados a partir dos seguintes eixos temáticos:

- Saúde e qualidade de vida;
- Aspectos legais e financeiros da aposentadoria;
- Mudanças psicológicas e socioculturais relacionadas à aposentadoria;
- Relações afetivas e familiares;
- Empreendedorismo;
- Voluntariado;
- Pós-aposentadoria: projeto de vida e longevidade.



Código de Ética – Divulgação sobre importância da leitura

O Código de Ética dos servidores deste Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região foi instituído por meio da Resolução Administrativa nº 024/2015.

Todos os servidores deste Regional devem conhecer e seguir os princípios e normas de conduta ética estabelecidos no seu Código de Ética, dado que a ética deve ser um instrumento de gestão para se atingir a excelência dos serviços prestados pelo Tribunal à sociedade. Entendemos que o amplo conhecimento do Código de Ética reduzirá a subjetividade das interpretações pessoais sobre os

princípios e normas éticas adotados no Tribunal, facilitando a compatibilização dos valores individuais de cada servidor com os valores da instituição.

Nesse sentido, esta Secretaria, dando continuidade a divulgação do Código de Ética para que o seu teor se torne amplamente conhecido, encaminhou, nos meses de janeiro e julho de 2022, comunicação aos gestores deste Regional solicitando que os mesmos divulguem, para os servidores lotados nas suas unidades, sobre a importância da leitura do referido código.

Manutenção do Portal de Gestão de Pessoas

Implantado em dezembro/2019, o novo Portal de Gestão de Pessoas tem se constituído num instrumento muito importante para os servidores, vez que tem melhorado a navegação dos usuários, contando com a distribuição

de conteúdo de uma forma mais intuitiva, facilitando a localização das ferramentas mais utilizadas pelos nossos usuários.



Embora ainda não tenha sido concluído em sua totalidade, foi desenvolvido por servidores da SEGEPE, sem custo com contratação de empresa, com o objetivo primordial

de continuar funcionando como um instrumento eficaz de comunicação permanente e socialização dos programas de gestão de pessoas.

Recadastramento de Aposentados e Pensionistas

O recadastramento tem por finalidade realizar a prova de vida dos servidores aposentados e pensionistas, bem como manter seus dados cadastrais atualizados.

orientação do CSJT e em parceria com a SETIC, inovou nesse processo, realizando o recadastramento anual de forma presencial e também eletrônica. Essa iniciativa foi relevante também quanto a uma maior comodidade para os envolvidos e agilização na realização do recadastramento.

Diante do cenário pandêmico, esta Secretaria, sob

Campanha previna-se: Outubro Rosa e Novembro Azul

A Campanha “Previna-se: Outubro Rosa e Novembro Azul” foi realizada por esta Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal, em parceria com o Setor de Promoção da Saúde – Viver Melhor, da Unimed João Pessoa, no formato on-line, constituindo-se de 03 eventos indicados a seguir, sem custo para este Regional.

1º evento – A palestra Câncer de Mama: Cuidados e Prevenção, realizada no dia 24/10/2022, abordou o tema do Outubro Rosa, com a intenção de alertar a sociedade sobre a necessidade da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama.



2º evento – A palestra Diabetes: Controle e Cuidado são os Segredos, realizada no dia 25/11/2022, abordou o tema da Campanha Novembro Diabetes Azul, visando a conscientização da população sobre a doença e sua prevenção.



TRT-13ª REGIÃO
Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal

10h on-line

Ministrante: Wellysson Nascimento
(Enfermeiro, pós-graduando em enfermagem do trabalho e mestrando em gerontologia)

24/Octubro
Câncer de Mama: Cuidados e Prevenção

25/Novembro
Diabetes: Controle e cuidado são os segredos

28/Novembro
Novembro Azul: Todos contra o câncer de próstata
Excepcionalmente às 9h30

Inscrições no Portal de Gestão de Pessoas

Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal

3º evento – A palestra: Novembro Azul: Todos contra o Câncer de Próstata, realizada no dia 28/11/2022, abordou o tema do Novembro Azul, campanha de conscientização dirigida à sociedade e, em especial, aos homens, para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata.

Pesquisa de Clima Organizacional

A Secretaria de Gestão de Pessoas e Pagamento de Pessoal, em parceria com a Coordenadoria de Saúde, realizou no período de 16 a 30/11/2022, a Pesquisa de Clima Organizacional.

A pesquisa, ação prevista no Planejamento Estratégico 2021-2026 deste Tribunal, teve como objetivo avaliar o grau de satisfação dos magistrados e servidores em relação a diferentes aspectos da cultura ou realidade aparente do Regional.

A participação de magistrados e servidores na pesquisa foi muito importante, visto que quanto maior a adesão dos magistrados e servidores, mais fidedigno o cenário analisado e a identificação dos pontos fortes e fracos e as oportunidades de melhoria organizacional.

Os resultados da pesquisa foram divulgados em reunião virtual, no dia 19/12/2022, com as presenças do Secretário da SEGEPE, do Diretor-Geral da Secretaria, de representante da Coordenadoria de Saúde, do Secretário da Governança e Gestão Estratégica do Regional e da Coordenadora de Planejamento Estratégico deste Regional.

O resultado da pesquisa, que abrangeu os eixos temáticos: satisfação, valorização e motivação; relacionamento; trabalho em equipe; chefia; natureza do trabalho; capacitação; carreira; comunicação; instituição e infraestrutura e instalações físicas, subsidiará na criação de estratégias para valorização e desenvolvimento profissional de magistrados e servidores deste Regional.

DICAS!

ALGUNS PROCEDIMENTOS DE NOSSA PRÁTICA DIÁRIA, PODEM OCASIONAR AUMENTO DO PSA

Procedimento	Tempo médio até que o PSA retorne aos valores iniciais
Biópsia prostática	6 semanas
Ejaculação	48 horas
Massagem prostática	36 horas
Retenção urinária	48 horas
Prostatite	1 a 3 meses
Ultrassonografia transretal	48 horas



Outras Atividades Cadastrais

1) **eSocial** – com o advento da Portaria TRT CGP nº 228/2021, que instituiu a comissão para implementação e implantação do e-Social, foram iniciados os estudos para implantação do sistema de escrituração digital das obrigações fiscais e trabalhistas. Dividido em 4 fases, com primeira fase concluída em outubro/2021 e a segunda fase iniciada no mesmo mês, este encontra-se em andamento, de acordo com o estabelecido pela Portaria Conjunta SEPRT_RFB_ME nº 71/2021 – Portaria Conjunta SEPRT_RFB_ME nº 71/2021, que institui o cronograma nacional de implantação do aludido sistema.

2) **eGestão** – Participação efetiva na elaboração de plano de ação com vistas a manter atualizada a base de dados do Sistema e-Gestão sobre a estrutura orgânica e de pessoal do TRT-13, com vistas ao cumprimento de recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da Corregedoria Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, ocorrida nesta corte trabalhista no período de 26 a 30/07/2021 e que resultou na edição do ATO nº 190/2021.

Os trabalhos foram concluídos nos meses de janeiro e novembro de 2022, com a atualização da base de dados do Sistema e-Gestão sobre a estrutura orgânica e de

pessoal do TRT-13 e criação de relatórios de apoio para acompanhamento e controle dos dados contidos no sistema em comento.

3) Relatório Atuarial de Pessoal do TRT-13 – Confeção e envio do relatório atuarial 2022, que trata de dados remuneratórios e previdenciários de todos os servidores e magistrados deste Regional. Confeccionado anualmente, é uma obrigação legal deste Regional para com a Secretaria da Previdência Social.

4) Prestações de Informações Resolução nº 102 do CNJ, que serviu de base para os dados encaminhados ao Portal da Transparência;

5) Reestruturação das Unidades do TRT, registradas no Sistema SIGEP, com base no Manual de Organização do Regional, conforme estabeleceu as Resoluções nº 73/2022 e nº 105/2022 deste Regional;

6) Rotinas Gerais de cadastramento de servidores (nomeações, redistribuições e requisições), férias, exonerações, remoções, teletrabalho, afastamentos, informações técnicas de adicionais de qualificação, e emissão de documentos diversos.

5.3.3. Gestão de Licitação e Contratos

Conformidade Legal

As Licitações e as Contratações do Tribunal fundamentam-se na:

- Lei nº 8.666/1993 e suas alterações – Contratações Diretas – art. 24, II, e art. 25;
- Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;
- Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;
- Decretos nºs 8.538/2015 e 7.892/2013;
- Instrução Normativa nº 05/2017 do MPDG – Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão;
- Resolução nº 169/2013 e suas alterações do CNJ;
- Resolução nº 310/2021 do CSJT;
- Ato TRT SGP nº 284/2019 – regulamenta o mapeamento dos processos de “Aquisição de Bens e Serviços Comuns, incluindo a formalização de Ata de Registro de Preços, de Licitação e de Cotação de Preço”.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Processos de contratação em 2022:

- 69 contratações diretas;
- 45 pregões eletrônicos; e
- 1 pregão presencial.

TOTAL DE PAGAMENTOS EM CONTRATAÇÕES RELATIVAS A CUSTEIO E INVESTIMENTOS EM 2022:

R\$ 40.496.916,63 (quarenta milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e três centavos)

GASTOS POR FINALIDADE				
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	OBRA e MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	CAPACITAÇÃO	FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS (Despesas finalísticas / imobilizado / publicidade institucional)
R\$ 12.288.301,16	R\$ 2.248.182,79	R\$ 263.910,64	R\$ 10.088.185,18	R\$ 15.608.336,86

FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO – DETALHAMENTO	
Energia e água	R\$ 1.718.044,90
Apoio Técnico-administrativo	R\$ 741.527,77
Vigilância	R\$ 2.169.462,04
Limpeza e Conservação	R\$ 2.481.319,62
Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 720.434,63
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	R\$ 765.584,07
Correios	R\$ 403.597,49
Outros (telecomunicações, mobiliário, passagens, material de consumo, demais serviços)	R\$ 1.088.214,66

Principais tipos das contratações diretas:

FINALIDADE	OBJETO	CONTRATADA	VALOR
Funcionamento Administrativo	Energia elétrica	ENERGISA-PB e BORBOREMA	R\$ 1.495.063,90
Funcionamento Administrativo	Água	CAGEPA e DAESA	R\$ 222.981,00
OUTROS (Despesas finalísticas / imobilizado / publicidade institucional)	Concurso público	Fundação Getúlio Vargas – FGV	R\$ 1.134.000,00
Capacitação	Cursos de capacitação	ESAFI, ELO CONSULTORIA, RALEDUC e outras	R\$ 263.910,64
Funcionamento Administrativo, TI e Outros	Baixo valor (29 processos de contratação abaixo de R\$ 17.600,00)	Diversas	R\$ 111.444,71
Funcionamento Administrativo	Expedição de correspondências	Empresa Brasileira de Correios e Telegráficos	R\$ 403.597,49
Tecnologia da informação	Software	Oracle do Brasil Sistemas LTDA.	R\$ 356.087,64

Contratações diretas: Participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para realização

Os principais tipos de Contratação Direta processaram-se por Inexigibilidade, em face de fornecimento ou serviço exclusivo/monopólio, e por Dispensa sempre justificada, motivada e autorizada, na maioria dos casos, em face do valor abaixo do exigido para realização de licitação.

As Contratações Diretas pagas no exercício de 2022 somaram R\$4.107.851,29 (quatro milhões, cento e sete mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte e nove centavos) para a natureza de despesa 3390 para fazer face às despesas de custeio e para a natureza de despesa 4490 fazendo face às despesas com investimentos.

As contratações Diretas de 2022 representam 10,14% do total de Contratações pagas no exercício.

Dentre as contratações diretas, revelam-se como mais relevantes:

I) Natureza de Despesa 4490:

1) Inexigibilidade:

- Não houve despesa no exercício

2) Dispensa de Licitação:

- Mobiliário no valor de R\$ 6.060,00



II) Natureza de Despesa 3390:

1) Inexibibilidade:

- Consumo de Água: R\$ 222.981,00
- Sistemas de informática: R\$ 356.087,64 (ORACLE)
- Capacitação de Servidores e Magistrados: R\$ 263.910,64

2) Dispensa:

- Energia Elétrica – ENERGISA PB e BORBOREMA: R\$ 1.495.063,90
- Correios: R\$ 403.597,49
- Concurso público – FGV: R\$ 1.134.000,00

Justificativas referentes às contratações

As contratações diretas e as processadas por meio de licitação, em maior parte, fundamentadas nos incisos II e XIII do art. 24 e no art. 25 e demais da Lei nº 8.666/1993, bem como no Decreto nº 10.024/2019, tem por justificativa

garantir apoio, infraestrutura, capacitação e tecnologia adequados para o desempenho qualificado das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional, desdobradas em seus objetivos estratégicos.

Objetivos Estratégicos

Promover uma prestação jurisdicional célere e eficaz, de modo a ser instituição de referência, desdobrando-se nos objetivos estratégicos, que as contratações, seguindo critérios e boas práticas, buscam criar cenários e condições para prover recursos materiais para o bom desempenho das unidades do TRT-13, garantindo condições de trabalho

com saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos bens materiais e capital humano, promovendo a melhoria da gestão de pessoas e da qualidade de vida, com ênfase nas competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, garantindo infraestrutura, inclusive de Tecnologia da Informação.

Contratações mais relevantes

As licitações e contratos decorrem da necessidade da Administração de recorrer a terceiros para o atingimento de seus objetivos. Destacou-se como mais relevantes, que impactaram em maior vulto no decorrer do exercício 2022, as contratações:

- Funcionamento Administrativo – Energia Elétrica: R\$ 1.495.063,90
- Serviço Médico-Hospitalar: R\$ 14.019.917,36
- Obras, reformas e instalações (energia solar, manutenção de telhados e instalação de piso tátil): R\$ 1.650.798,46

- Serviços de apoio administrativo: R\$ 741.527,77
- Vigilância: R\$ 2.169.462,04
- Limpeza e conservação: R\$ 2.481.319,62
- Concurso público: R\$ 1.134.000,00
- Aquisição de softwares/sistemas: R\$ 6.425.579,70
- Aquisição de computadores e monitores: R\$ 3.625.324,00
- Locação e manutenção de máquinas e equipamentos: R\$ 1.486.018,70

Principais desafios, fraquezas, riscos e ações futuras na gestão de licitações e contratos

Na gestão de licitações e contratos do Tribunal, os principais desafios são:

- Que o processo de contratações públicas atenda, de forma eficiente e tempestiva, as necessidades administrativas;
- A aderência dos processos às exigências legais e dos órgãos de controle interno e externo, em face, notadamente, da constante e crescente normatização da matéria, podendo-se citar, a título de exemplo, a edição da Lei nº 14.133/2021;
- Disposição de pessoal motivado, capacitado e em quantidade adequada, capaz de encarar os desafios intrínsecos ao processo de contratações públicas.

Esses desafios representam fraquezas e riscos que podem afetar negativamente os processos.

A fim de enfrentar os desafios elencados, mitigando as fraquezas e riscos inerentes, deve-se buscar:

- O constante aperfeiçoamento do processo de contratações públicas, revendo procedimentos e implementando boas práticas adotadas por outras instituições;
- A capacitação continuada dos servidores que trabalham nas áreas de licitações e contratos administrativos;
- Manter um banco de talentos atualizado, que possa, de forma otimizada, suprir eventual carência de servidores.

5.3.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Atualmente, a gestão dos imóveis do TRT-13 é atribuída à Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, subordinada à Secretaria Administrativa – SADM, sendo responsável pela realização de controles e registros concernentes ao patrimônio imobiliário e assuntos correlatos, observada a legislação de regência sobre a matéria, com a documentação referente a cada imóvel acondicionada em pasta própria.

Ademais, o TRT-13 vem pautando-se por uma política alinhada às diretrizes nacionais acerca da conservação do patrimônio público, tanto no cuidado com o aspecto físico dos imóveis (manutenção, seguro e vigilância dos prédios) quanto à alimentação dos dados cadastrais junto aos sistemas oficiais.

Anualmente é realizada avaliação dos imóveis do Tribunal, por servidor engenheiro, do quadro, habilitado para tal finalidade, cujo resultado é espelhado no sistema

SPIUNET da Secretaria do Patrimônio da União.

A conservação e manutenção dos imóveis são atribuições a cargo da Coordenadoria de Arquitetura, Engenharia, Manutenção, Conservação e Limpeza – CAEMA, unidade que atua tanto na ação preventiva quanto nos eventuais reparos que sejam necessários à otimização da utilização dos imóveis sob a responsabilidade deste Órgão.

O acervo patrimonial mobiliário é controlado por meio de registros no Sistema de Controle de Material e Patrimônio – SCMP, com etiquetas contendo o número de tombamento, código de barras e identificação do tipo de bem.

Anualmente, é realizado pelas unidades administrativas e judiciárias o inventário de material permanente.

Conformidade legal

O TRT-13 apresenta declaração de conformidade legal, alinhada com os termos dos artigos 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Decreto-lei nº 200/67, Instrução Normativa nº 205/88, Lei Complementar nº 101/2000, Lei 8.429/92, Resolução CSJT nº 70/2010, Regulamento Geral do TRT-13 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial na Administração Pública.

Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos) avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos

Dentre os principais investimentos de capital em infraestrutura e equipamentos, destacam-se as aquisições para o aprimoramento do parque tecnológico com investimento em equipamentos de TI que alcançou a importância de R\$ 4.141.873,70 (quatro milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta centavos).

Houve ainda a aquisição de softwares no valor de R\$ 2.614.675,43 (dois milhões, seiscentos e catorze mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

Neste mesmo norte, houve aquisição de mobiliário e outros bens permanentes para atender às demandas provocadas pela necessidade de substituição e/ou complementação dos móveis das unidades Judiciárias de 1ª e 2ª Instância, como também da área administrativa e de saúde, proporcionando melhor conforto para os magistrados e servidores, com investimentos no valor de R\$ 589.629,42 (quinhentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta e dois centavos).

Entre os RESULTADOS / CUSTO-BENEFÍCIO decorrentes dos investimentos realizados pode-se destacar:

- O aprimoramento da infraestrutura da 1ª e 2ª Instâncias e das Unidades Administrativas, proporcionando maior agilidade no processamento de ações e informações;
- O incremento da segurança dos servidores e

cidadãos atendidos pelo TRT-13ª Região;

- A melhoria da eficiência energética dos edifícios;
- A melhoria da qualidade dos ambientes de expediente (iluminação, conforto acústico e térmico).
- A melhoria de acessibilidade nas instalações do Fórum Maximiano Figueiredo;
- Os investimentos realizados estão relacionados com os objetivos previstos no Mapa Estratégico do TRT-13 2021-2026, a saber:

Objetivo 2: “Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gênero, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030”;

Objetivo 8: “Desenvolver, regulamentar e aplicar estratégias eficientes de alocação de força de trabalho, bem como propiciar um ambiente de trabalho saudável, levando-se em consideração os aspectos físicos e psicossociais que envolvam a organização do trabalho, a gestão por competências, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças e a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados, os normativos dos órgãos de controle, as peculiaridades da jurisdição trabalhista, as competências



exigíveis para o trabalho digital, como também as modalidades de trabalho presencial e à distância, além da inovação dos métodos de trabalho”;

Objetivo 9: “Garantir o aprimoramento, a integridade e a disponibilidade dos sistemas de informação e dos bancos de dados mantidos pela Justiça do Trabalho, por meio de mecanismos de controle consistentes, bem como a modernização de ativos e tecnologias que visem à implementação de grandes bases de dados e aplicação

de inteligência artificial para a melhoria dos processos de trabalho e da qualidade dos serviços prestados à sociedade”;

Objetivo 10: “Assegurar a eficiência da gestão de custos vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento”.

Desfazimento de ativos

O TRT-13 finalizou, em 2022, oito processos de desfazimento de ativos, entre doações e transferências de bens, considerando ainda o estado de conservação, grau de depreciação e suas implicações no custo de manutenção, amparado pelo Decreto nº 9373/2018, que regulamenta a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta.

Foram favorecidos com os bens doados o Exército Brasileiro, as Secretarias da Administração e da Saúde do Estado da Paraíba, os Municípios de Santa Rita e da Baía

da Traição, a Fundação Napoleão Laureano, a Companhia de Processamento de Dados da Paraíba – CODATA, a Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Material Reciclável de Itabaiana – ITAMARE, a Polícia Militar da Paraíba e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Os ativos desfeitos totalizaram o valor de R\$ 4.046.101,34 (quatro milhões, quarenta e seis mil, cento e um reais e trinta e quatro centavos). Entre eles destacam-se equipamentos de informática, mobiliário e equipamentos diversos, conforme segue:

DESFAZIMENTO DE BENS – DOAÇÃO			
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	PROCESSO
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 251.173,65	21012/2021
5242	Mobiliário em Geral	R\$ 2.176,12	1578/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 366.832,06	4.393/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 54.638,19	4269/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 510.140,03	4266/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados Obs.: Registro de Ajuste	R\$ 4.525,24	28128/2021
5212	Aparelhos e Utensílios Domésticos	R\$ 149.982,47	3355/2022
5234	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	R\$ 31.357,84	3355/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 799.616,72	4154/2022
5230	Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 64.857,01	4154/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 1.795.273,02	7991/2022
5230	Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 15.528,99	7991/2022
TOTAL		R\$ 4.046.101,34	

Também foram realizadas baixas patrimoniais, decorrentes da devolução/desfazimento de bens recebidos em Comodato da CEF e do Banco do Brasil, totalizando R\$ 86.538,88 (oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito

reais e oitenta e oito centavos), bem assim decorrentes de substituição de equipamentos de TI em garantia, totalizando R\$ 35.435,65 (trinta e cinco mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

DESAFIMENTO DE BENS – BAIXA PATRIMONIAL			
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	PROCESSO
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 1.581,97	1584/2022
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 84.956,91	1584/2022
SUB TOTAL		R\$ 86.538,88	
5235	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$ 35.435,65	4839/2022
SUB TOTAL		R\$ 35.435,65	
TOTAL GERAL		R\$ 121.974,53	

Locação de imóveis e equipamentos

O Tribunal possui contrato de locação de máquina copiadora, sem franquia, instalada no Setor de Reprografia, unidade subordinada a Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, celebrado com a empresa TECHNOCOPY EQUIPAMENTOS SUPRIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, com prazo de vigência dimensionado até 22/01/2023.

A contratação se deu em 23/01/2020, por um

prazo inicial de 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com o inc. IV, art. 57 da Lei nº 8.666/93. A 1ª prorrogação contratual foi formalizada, pelo prazo de 12 meses, por meio do Termo Aditivo nº 01/2021, a 2ª, por meio do Termo Aditivo nº 01/2022.

O valor mensal estimado importa em R\$ 2.327,50 (dois mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

Principais desafios e ações futuras

A restrição orçamentária é um grande desafio da gestão administrativa do TRT-13, principalmente com o surgimento da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou as despesas da União ao montante gasto no ano anterior corrigido pela inflação, com o propósito de adequar o gasto público federal à capacidade de custear despesas.

Tal cenário exigiu readequações das programações e enseja constantes ajustes para o aprimoramento dos procedimentos de gestão orçamentária e financeira no sentido de elevar a produtividade e a efetividade dos recursos empregados, sem comprometer, no entanto, a qualidade da prestação de bens e serviços à sociedade.

Outro aspecto desafiador é a reposição / substituição de quadro de pessoal, em face das aposentadorias, não só impactando na manutenção de serviços, mas também na sua melhoria e otimização. A CMP conta em seus quadros com a maioria de servidores em idade com tempo de aposentadoria, resistentes à mudanças, principalmente tecnológicas, fazendo-se necessária a reposição e substituição por servidores com maior pró-atividade e capacidade de se adaptar a novas demandas e condições, que favoreçam a otimização de atividades e processos, proporcionando maior e melhor eficiência e efetividade.

Sobre as oportunidades de melhorias, pode-se destacar: (i) estabelecimento de rotinas técnicas do Serviço de Almojarifado e de Controle de Material e Patrimônio; (ii) investimentos em capacitação e contratação de serviços

necessários à modernização do almoxarifado, bem como a adequação das instalações físicas do galpão de modo a melhor subdividir o setor de almoxarifado e depósito; (iii) continuar com campanhas de conscientização de necessidade do controle de movimentação patrimonial e criação de instrumentos de capacitação de responsáveis patrimoniais, visando melhor gestão do patrimônio; (iv) maior agilidade e dedicação nos procedimentos da Comissão Especial de Desfazimento de Bens inservíveis ao Tribunal.

Finalmente, o TRT-13 terá como desafio a substituição gradativa da identificação numérica dos bens por etiquetas com código de barras, facilitando o controle e levantamento dos bens distribuídos às Unidades.

Obras, Manutenção e Serviços técnicos

O presente relatório tem por finalidade abordar os principais objetivos estabelecidos para o exercício de referência, vinculando esses objetivos aos objetivos estratégicos institucionais, de forma a permitir uma visão de conformidade com os atos de governança da organização, assim como discriminar as melhorias realizadas em cada serviço.



Ações realizadas durante o exercício de 2022

Substituição das telhas da cobertura do Edifício-sede do TRT-13

O TRT-13 realizou processo licitatório para contratar empresa especializada tendo em vista a necessidade de substituição de partes significativas do telhado do Edifício-Sede do Tribunal, devido ao estado precário que muitas telhas se encontravam, em virtude do longo tempo de uso.

A cobertura em questão, que são telhas termoacústicas duplas, apresenta, por exemplo, descolamento do poliestireno expandido com pontos de infiltração, além de deformidades que não garantem a devida estanqueidade. Além do mais, há diversos pontos da estrutura do madeiramento com danos causados pela ação de cupins. A renovação, portanto,

constituiu-se como condição importante para evitar infiltrações nas instalações do Edifício-Sede.

O TRT-13 contratou empresa especializada para elaborar o projeto de geração de energia solar a ser instalado no prédio Sede, necessitando da cobertura do referido prédio sede estar em excelentes condições para receber os painéis fotovoltaicos.

Abaixo, seguem os registros da execução da substituição das telhas antigas por telhas novas:



Para sua execução, houve a necessidade da utilização de equipamento de movimentação de cargas adequado para o içamento das telhas. Com o auxílio de guindaste apropriado, todas as telhas foram levadas para o telhado do Edifício-Sede, diminuindo o esforço físico dos colaboradores e preservando suas respectivas integridades físicas, e também o tempo de execução da atividade-fim.



Contratação dos projetos de geração de energia solar

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região realizou processo licitatório para contratar empresa especializada em elaboração de projetos para geração de energia solar (PROAD 24711/2021).

Esses projetos foram elaborados para a instalação de usinas de geração de energia solar nos prédios do Fórum

Clóvis do Santos Lima (Edifício-sede do TRT-13), Fórum Maximiano Figueiredo em João Pessoa e Fórum Irineu Joffily em Campina Grande.

Os projetos foram recebidos e encaminhados para a contratação de empresa especializada na execução destes projetos.

Contratação de empresa especializada para execução de projetos já elaborados para geração de energia solar

A continuidade da implantação de sistemas de geração de energia fotovoltaica; a geração de créditos de energia para o TRT-13 junto à concessionária local (resultando em redução da despesa mensal); a experiência prévia de sucesso na implantação de sistemas de energia solar fotovoltaica por parte de outros órgãos públicos (Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Tribunal Superior do Trabalho, TRE do Mato Grosso, TRT do Amapá, TRT do Rio Grande do Sul, entre outros); o fato do TRT-13 não dispor

de profissionais habilitados e qualificados para a execução de projetos dessa natureza; constituem fatores que levaram o TRT-13 a realizar processo licitatório para contratar empresa especializada em serviços de engenharia para execução dos serviços (já projetados) de geração de energia a partir de painéis fotovoltaicos (energia solar) para o Fórum Clóvis do Santos Lima (Edifício-sede do TRT-13), Fórum Maximiano Figueiredo em João Pessoa, e Fórum Irineu Joffily em Campina Grande.



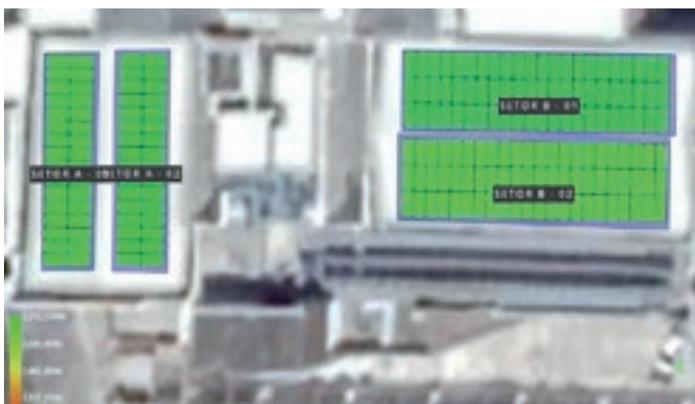
Edifício SEDE, João Pessoa-PB



Disposição dos módulos fotovoltaicos – Edifício SEDE



Fórum Maximiano Figueiredo (FMF), João Pessoa-PB



Disposição dos módulos fotovoltaicos no FMF



Fórum Irineu Joffily, Campina Grande-PB



Disposição dos módulos fotovoltaicos no FIJ.

A seguir seguem os registros das instalações das usinas dos referidos prédios:

Fórum Irineu Joffily em Campina Grande



Usina de energia solar para geração de energia elétrica



Usina de energia solar para geração de energia elétrica



Usina de energia solar para geração de energia elétrica

Fórum Maximiano Figueiredo em João Pessoa



Usina de energia solar para geração de energia elétrica





Inversores de corrente contínua, instalados nas dependências do Fórum Maximiano Figueiredo

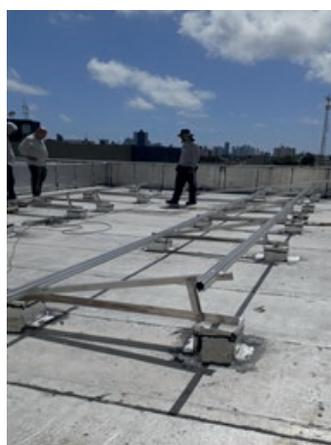
Fórum Clóvis dos Santos Lima – Edifício sede em João Pessoa



Painéis instalados no bloco C no lado oeste do telhado da CAEMA



Painéis instalados no bloco A



Estrutura metálica para assentar placas



Bases em concreto para instalação das estruturas metálicas para instalação dos painéis fotovoltaicos no bloco A



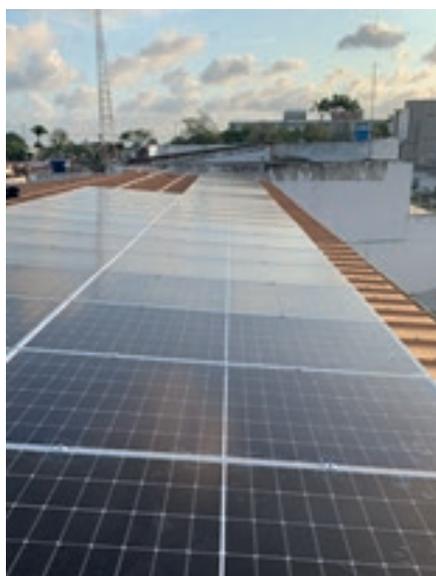
Painéis instalados no bloco A e Cnas cobertas do Edifício Sede

Coordenadoria de Material e Patrimônio em João Pessoa

Em adesão ao Programa de Eficiência Energética, oferecido pela ENERGISA por meio da Chamada Pública de Projetos, o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região apresentou proposta de projeto de eficiência energética. Com a aprovação do Projeto, o TRT-13 obteve o direito a aderir ao programa objetivando a redução do consumo de energia elétrica com verba a fundo perdido disponibilizada

pela ENERGISA.

Nesse programa, o TRT-13 instalou uma usina de geração de energia solar na cobertura do galpão da Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP, e substituiu 250 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led nas dependências do Arquivo das Varas.



Instalação de usina para geração de energia solar na cobertura do galpão do CMP



Inversores instalados na sala climatizada do servidor de internet

Instalação de piso tátil em inox – Direcional e de alerta nos prédios do TRT-13

O conceito de acessibilidade é descrito na legislação brasileira como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, dos mobiliários, dos equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O TRT-13 está realizando a instalação de piso tátil direcional e de alerta em suas unidades judiciárias. O objetivo

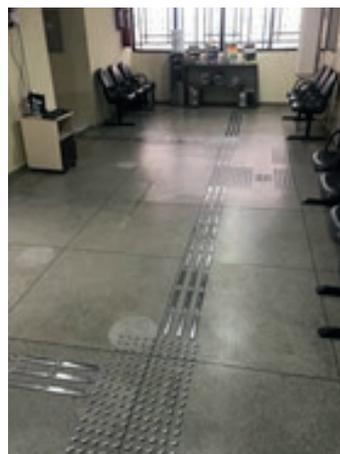
é promover acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência visual. O piso tátil está dentro da regulamentação prevista pela ABNT NBR 9050 – norma brasileira oficial sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, criando um relevo diferente do piso do local onde é aplicado, para diferenciar o produto do restante do piso. Esse relevo permite que as pessoas com deficiência visual consigam identificar essa sinalização e se locomovam de maneira segura no ambiente.



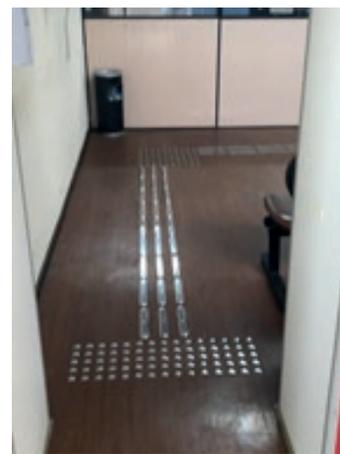
Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Catolé do Rocha



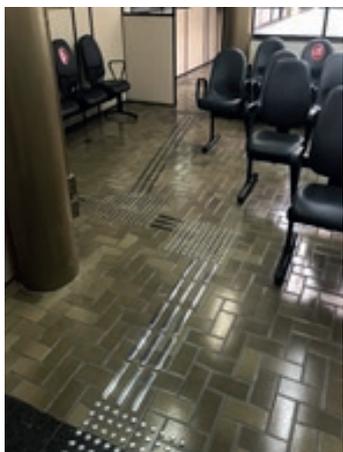
Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Itaporanga



Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Sousa



Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Guarabira



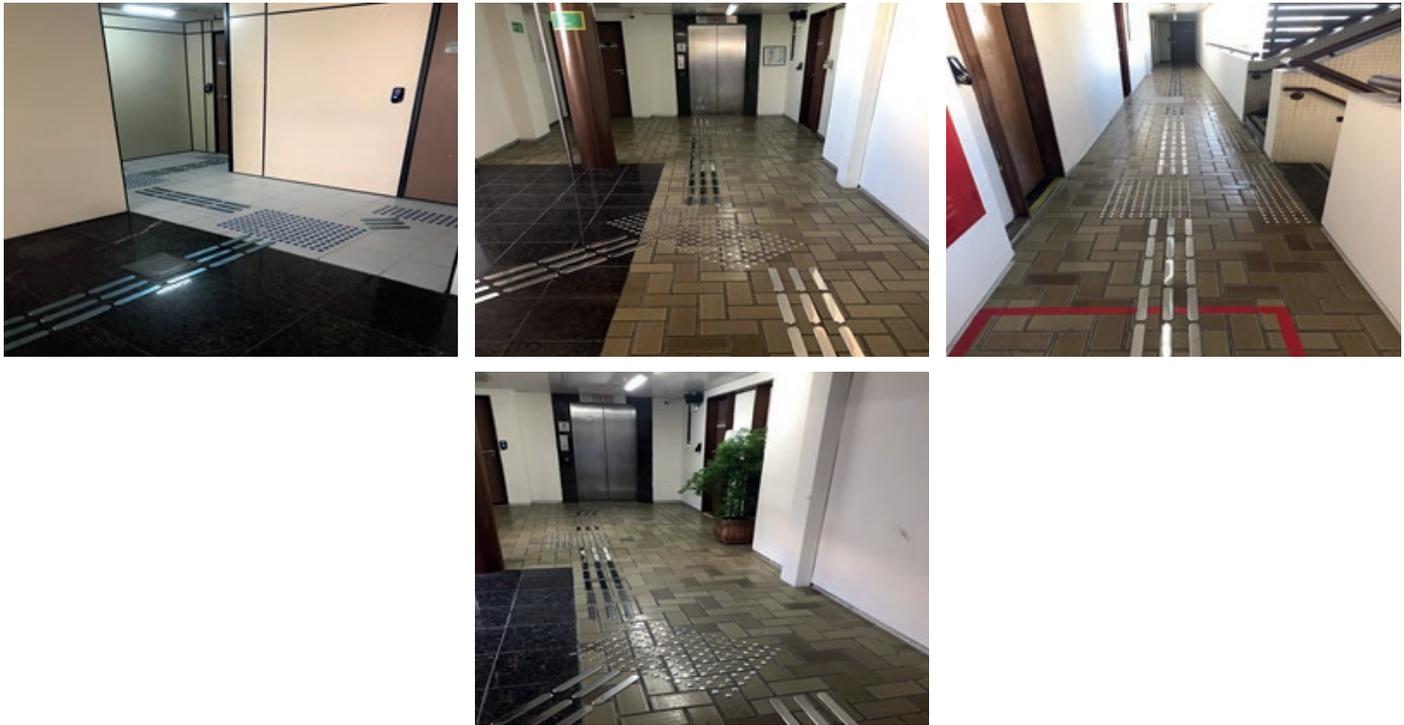
Piso tátil em inox direcional e de alerta em todas as Varas do Trabalho no Fórum Irineu Joffily em Campina Grande



Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Patos



Piso tátil em inox direcional e de alerta na Vara do Trabalho de Guarabira. Detalhe – Recepção Fórum



Piso tátil em inox direcional e de alerta instalado nos corredores do Fórum Clóvis dos Santos Lima – Edifício-sede em João Pessoa



Piso tátil em inox direcional e de alerta instalado nos corredores no Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega em Santa Rita

Manutenção corretiva no telhado do prédio da coordenadoria de gestão documental e memória – CGDM

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, mediante processo licitatório, realizou a contratação de empresa especializada em serviços diversos de engenharia para manutenção corretiva do telhado da Coordenadoria de Gestão Documental e Memória.

A necessidade de substituição do telhado da CGDM decorreu do estado precário e danificado que muitas telhas se encontravam em virtude do longo tempo de uso. Havia diversas infiltrações que comprometiam a salubridade da edificação, com a presença de umidade, mofo, além de danos no próprio patrimônio.

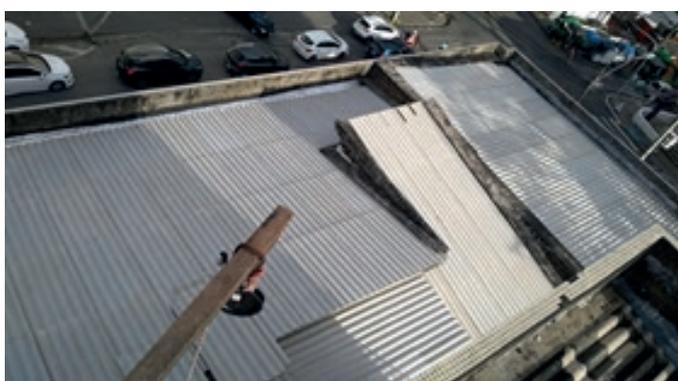
Vale destacar que vários pontos da cobertura estavam com as mantas que impermeabilizavam a cobertura apresentando descolamento, permitindo que águas pluviais adentrassem nos ambientes imediatamente abaixo, causando desconforto aos servidores que trabalham nessas salas. Essas mantas, igualmente, precisavam ser substituídas. Havia também problemas de infiltrações em parte da fachada e nas esquadrias, o que requeria tratamento de pastilha cerâmica, vedação de janelas etc.

Alguns serviços correlatos foram necessários, como a recuperação de massa única, a pintura de parede etc.

Outros serviços foram indispensáveis para a acessibilidade do edifício, a exemplo da recuperação do corrimão da entrada, que requereu a correção com solda e troca de alguns tubos de aço galvanizado, e pintura metálica.



Retiradas de telhas antigas



Substituição de telhas antigas por novas



Manutenção nos corrimãos da entrada



Coberta com telhas novas



Manutenção predial na edificação da coordenadoria de material e patrimônio – CMP

O prédio da Coordenadoria de Material e Patrimônio – CMP também necessitou de melhorias a serem realizadas, principalmente, na pintura interna e externa de seus ambientes e fachada.



Manutenção predial na edificação do arquivo das varas – Coordenadoria de Gestão Documental e Memória – CGDM

Houve a necessidade de realizar uma manutenção na fachada leste do Arquivo das Varas, localizado na Av. Monsenhor Walfredo Leal nº 61. Havia infiltrações que estavam causando o aparecimento de “mofo” nas paredes do primeiro pavimento, tornando o ambiente desfavorável para a permanência dos servidores do Tribunal.

Desta forma, foi essencial realizar uma intervenção nas paredes externas, com auxílio de andaimes, para sanar

tais infiltrações.

Após o destalamento do local onde são guardados os veículos, foi executado novo emboço e nova pintura, com instalação de juntas de dilatação.

Aproveitando a montagem das telhas metálicas, foram substituídas as luminárias com lâmpadas fluorescentes por novas luminárias com lâmpadas led.



Manutenção predial na edificação da Vara do Trabalho de Itaporanga

A edificação da Vara do Trabalho de Itaporanga necessitava de manutenção em sua fachada como também na parte interna, principalmente na área da recepção e secretaria. Havia granitos descolando e vários pontos com a pintura deteriorada, em virtude da ação do tempo e ação das últimas chuvas.

Desta forma, foi realizada a repintura e recolocação

das pedras de granito, como também a pintura da demarcação de vagas destinadas a idoso e cadeirante.

Também foi recuperado o corrimão da rampa para acessibilidade das pessoas com deficiência de mobilidade, com nova pintura e recuperação das partes metálicas com corrosão.



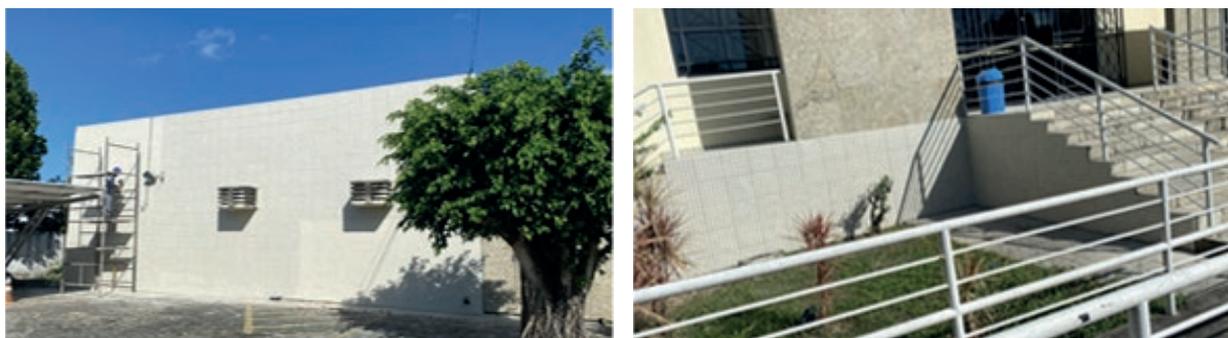
Manutenção predial na edificação do Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega – Fórum de Santa Rita

A edificação do Fórum José Carlos Arcoverde Nóbrega, localizado em Santa Rita, que abriga a 1ª e 2ª Varas do Trabalho, carecia de uma melhoria em sua fachada, haja vista que as manutenções anteriores, na parte frontal, privilegiavam a pintura da fachada.

Com a intenção de se reduzir os custos anuais de manutenção predial com esta edificação, no tocante a sua fachada frontal, houve a instalação de revestimento com

pastilhas cerâmicas, e não mais uma nova pintura, pois a durabilidade do revestimento cerâmico é bem maior, causando redução de custos vindouros, com refazimento de pintura.

Ainda foi necessária a recuperação da pintura das marquises frontais de estrutura metálica e dos corrimãos. A pintura externa de toda a extensão do muro ao redor do Fórum também foi refeita.





A pintura das vagas de estacionamento reservadas para idosos e portadores de deficiência foram reabilitadas, como também a pintura das faixas dos estacionamentos e meios-fios.



Todos os processos de execução e instalação foram executados com sucesso, levando em consideração que foram realizados atendendo todas as normas vigentes no tocante às técnicas de engenharia, respeitando principalmente as normas de saúde e segurança do trabalho e o meio ambiente, com responsabilidade social.

5.3.5 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

Conformidade Legal

A Governança de TIC do TRT-13 tem como base as Resoluções Administrativas nº 118/2018 e nº 133/2014, que estabelecem, respectivamente, a Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (PGTIC) e a Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC).

Além disso, a Governança de TIC está alinhada à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário 2021-2026 (ENTIC-JUD), formalizada pela Resolução CNJ nº 370/2020; Plano Estratégico institucional (PEI) da Justiça do trabalho e do TRT-13, anos 2021 a 2026 e, por último, aos macrodesafios do CNJ que constam na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

Modelo de Governança de TI

O modelo de governança de TIC do Tribunal está detalhado na Política de Governança de TIC, aprovada pela Resolução Administrativa nº 118/2018, a qual disciplina o exercício dessa atividade pela Alta Administração, composta pelo Tribunal Pleno, pelo Presidente e pelo Diretor-Geral do TRT-13, auxiliados por comitês e comissões especificamente constituídas para esse fim.

As estruturas envolvidas nas decisões e no apoio à governança e à gestão de TIC do TRT-13 são as seguintes:

- Tribunal Pleno;
- Presidência;
- Comitê de Governança de TIC – CGOVTIC;

- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGTIC;
- Comitê Gestor de Segurança da Informação – CGSI;
- Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais – CGPD;
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC;
- Divisão de Gestão de TIC – DGTIC;
- Assessoria de Governança de TIC – AGTIC;
- Núcleo de Segurança Cibernética.

Montante de recursos aplicados na TI

Em 2022, foi aplicado, em TIC, o total de R\$ 11.686.134,00, dentre recursos próprios e descentralizações realizadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e contratos continuados. Desse montante, conseguimos liquidar R\$ 11.540.004,18, que representa 98,75% de despesa de TIC liquidada.

Esses números não só colocam a SETIC entre os principais setores com maior valor absoluto de despesa liquidada e maior índice de despesa liquidada, mas também contribuiriam diretamente para colocar o Tribunal em 1º lugar no índice de despesa liquidada de todos os tribunais do país.

Contratações mais relevantes de recursos de TI

O ano de 2022 foi concluído com a execução de 17 itens de planejamento e a gestão de 28 contratos de TIC, sendo os de maiores destaques:

- Grupo de aquisição de ferramentas de segurança – total de 8 processos de alta complexidade de planejamento e gestão, que somados ultrapassam o valor de 6,7 milhões de reais, e foram adquiridos para deixar nossas informações e serviços muito mais seguros;
- Aquisição de microcomputadores e monitores – necessária aquisição de mais de 3,6 milhões de reais

para atualização do parque tecnológico e manutenção da produtividade do Tribunal;

- Novos Links de Internet – processo complexo de planejamento e negociação, mês mesmo trazendo aumento da velocidade e qualidade, o custo total mensal diminuiu em mais de 50% no valor antigo dos links;
- Google Workspace – novo contrato da principal ferramenta da produtividade colaborativa do Tribunal, cujas novas licenças trazem muito mais funcionalidades e segurança ao trabalho diário de cada servidor.

Principais Ações e Projetos da SETIC

Nosso Plano de Ação, plano principal de nosso PDTIC, teve uma total de 98 ações priorizadas em 2022, com o importantíssimo projeto realizado para o prêmio CNJ de Qualidade (eixo Dados e Tecnologia). Importante ressaltar

que todas as metas do Planejamento Estratégico 2021-2026 relativas ao Objetivo Estratégico 9 (“Aprimorar a governança de TIC (tecnologia da informação e comunicação) e a proteção de dados”) foram atingidas.

Indicador	Meta	Resultado 2022
Índice de Processos Judiciais Eletrônicos – IPJ	100%	100%
Índice de satisfação com os sistemas de TIC (ISTIC)	75% até 2026	87%
Igov TIC-JUD	Aprimorado até 2025 e excelência em 2026	Excelência

Em seguida, destacamos algumas dessas ações que são mais visíveis fora da SETIC:

1º Trimestre

- Preparação das imagens para os novos notebooks;
- Configuração para uso dos novos links de Internet;
- Configuração de segurança para restringir o acesso aos dispositivos pessoais à rede do Tribunal;
- Conclusão de ações emergenciais para tratamento de vulnerabilidade;
- Projeto Gemini – entrega do módulo para o NUGEP e Centro de Inteligência, que visa auxiliar o Regional na identificação de processos que possam ser submetidos à afetação para julgamento de demandas repetitivas;
- Integração PROAD com o DEJT;
- Transformação dos portais;
- Ciclo de Inovação da SEGEPE.

2º Trimestre

- Adaptação das salas de reuniões da presidência para reuniões híbridas;
- Definição e uso do modelo REGEA para a SETIC;
- Auditoria de processos críticos de TIC;
- Análise de uso dos serviços do PJe;
- Revisão da política de senhas;
- Compartilhamento do Autotexto entre os gabinetes;
- Central de Mandados e SAO – melhorias e correções para a versão 2.8 do PJe;
- Implantação do Sistema de Normas Internas;
- Trabalhos relativos ao envio de dados para o e-Social;
- Função de formatação de texto para o PROAD;
- Alterações relevantes no SISAVAL.



3º Trimestre

- Substituição e padronização do parque tecnológico;
- Pesquisa de Satisfação 2022;
- VoIP – Análise de Viabilidade;
- Prêmio CNJ de Qualidade – aperfeiçoamento do envio de dados ao DataJud;
- GEC (Atas automatizadas) - Reformulação e melhorias;
- Implantação do SIGEO Diárias;
- PROAD – Evoluçãoda versão 4.3 para 4.6;
- Implantação do novo sistema de controle de usuários;
- Preenchimento e envio do IGovTIC-Jud 2022.

4º Trimestre

- Substituição e distribuição dos novos notebooks;
- Ferramenta de Segurança Implantada: NAC (Network Access Control);
- Ferramenta de Segurança Implantada: PAM (Privileged Access Management);
- Ferramenta de Segurança Implantada: CDN (Content Delivery Network);
- Ferramenta de Segurança Implantada: WAF (Web Application Firewall);
- Ferramenta de Segurança Implantada: Análise de Vulnerabilidade;
- Ferramenta de Segurança Implantada: Software de Backup;
- Alterações relevantes no sistema de contratos e PAC;
- Migrações de tecnologias de sistemas;
- Implantação do sistema Meta 9 (Monitor do Trabalho Decente);
- Implantação do novo sistema de Jurisprudência;
- Homologação e Implantação da versão 2.8 do PJe;
- Soluções do Ciclo de Inovação das Varas e Gabinetes.

Transformação Digital

No início da gestão, a Presidência do TRT instituiu, por meio do ATO TRT SGP nº 11/2021, o Programa de Gestão da Inovação e a criação do Labor (Laboratório de Inovação do TRT-13). Para realização da gestão executiva do laboratório foi criado o Núcleo de Inovações Tecnológicas (NIT) na SETIC. O setor é responsável pela condução das iniciativas de inovação no TRT, assessorando tecnicamente o Comitê de Inovação que é o responsável pela gestão do Programa de Inovação institucional. No mês de agosto de

2022, as atribuições do NIT foram alteradas quando da reestruturação do Tribunal, quando o setor foi transformado em Divisão de Inovação, saindo da dimensão de TIC e passando a compor a SEGGEST, levando consigo a gestão do Labor.

Dentre as principais ações de inovação realizadas na SETIC, podemos destacar:

1 – Ações de capacitação, mobilização e engajamento do quadro de servidores e magistrados

- Participação do TRT-13 no Expojud Tech;
- Capacitação de membros do Labor e Comitê de Inovação em Fit For Purpose;
- Participação do Labor na Semana de Inovação da ENAP, maior evento de inovação da América Latina;
- Oficinas de Inovação do ciclo das Varas do Trabalho no projeto de Transformação Digital;
- Oficina de Inovação com usuários externos: MPT e OAB;
- Organização do curso de Legal Design para 30 servidores e magistrados do TRT;
- Realização da Oficina “Como queremos o Judiciário do Futuro” durante II Encontro Nacional dos Laboratórios de Inovação do Poder; Judiciário, FESTLABS – Festival de Laboratórios de Inovação do Poder Judiciário;
- Organização e apresentação do TRT-13 na Expotec, como um dos participantes do Farol Digital, o Hub de Inovação de João Pessoa;
- Organização e participação no Lançamento oficial do Farol Digital.

2 – Projetos

- Transformação Digital: realização de Oficinas de Inovação focadas na racionalização da força de trabalho e automação de atividades em diversos setores do tribunal;
- SEGEPE: disponibilizamos a Socorro, a primeira chatbot do TRT, que respondia a comandos em linguagem natural. Também se criou Geraldo, um gerador automático de documentos, um simulador de aposentadoria, e diversos outros produtos.
- Varas do Trabalho: na SETIC, a imersão envolvendo a 1ª e 2ª Vara do Trabalho de Campina Grande, além de outros representantes do TRT e de classes de advogados e MPT, levou posteriormente à entrega de um plugin para notificações iniciais com QRCode, um template para geração automática de sentenças em legal design, relatórios para o MPT e diversas

outras soluções;

- Hub Farol Digital: projeto multistitucional para criação de um Hub de inovação na cidade de João Pessoa. O Labor, representando o TRT-13, participou de todo o processo criativo para construção do Hub e segue como um dos protagonistas nas ações em andamento após o lançamento oficial.

3 – Estruturação do Labor

- Aquisição de licenças para a ferramenta Miro, utilizada em Oficinas de Inovação.
- Aquisição de novas cadeiras, além de mesa em bancada alta e reversível para formato de quadro vertical.

Principais Sistemas Mantidos pela SETIC

Principais Sistemas Judiciais

Sistema	Objetivos	Situação
Certidão Negativa	Emitir certidões relativas à existência de registros de reclamados na base do TRT-13.	Produção
Jurisprudência	Recuperar as decisões (acórdãos e sentenças) do TRT-13.	Produção
Unificador de PDFs	Unificar as peças de um determinado processo ou protocolo.	Produção
Portal de serviços	Prover um conjunto de aplicações destinadas ao peticionamento e ao acompanhamento de processos.	Produção
PJe – Processo Judicial eletrônico	Proporcionar, no âmbito nacional, a execução dos atos processuais jurídicos de forma eletrônica, desde o nascimento da ação até o seu arquivamento, substituindo os processos físicos e os sistemas de processo eletrônico regionais.	Produção e em constante evolução.
SUAP	Proporcionar, no âmbito do TRT-13, a execução dos atos processuais jurídicos e administrativos de forma eletrônica, desde o nascimento da ação até o seu arquivamento, eliminando a utilização de processos físicos.	Inativo desde 12.11.2021, porém com base de dados mantida. Produção com evolução suspensa
SISCONDJ	Integrar o TRT-13 com o Sistema de Alvarás Eletrônicos do Banco do Brasil.	Produção
SIF	Integrar o TRT-13 com o sistema de emissão de guias de depósito e alvarás eletrônicos da Caixa Econômica Federal	Produção
JTe	Acesso a informações processuais por meio de aplicativo de dispositivos móveis.	Produção
AUD4	Confecção de atas de audiência por secretários de audiências e juízes	Produção
PJe Calc	Sistema para realização de cálculos trabalhistas	Produção
NUGEP	Sistema de Gestão de Precedentes, sistema satélite do PJe com o objetivo de controlar de forma efetiva processos judiciais que estejam sobrestados aguardando julgamentos de repercussão geral, de casos repetitivos e de incidentes de assunção de competência.	Produção
GPREC	O sistema GPrec é um sistema direcionado para a gestão de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPVs).	Produção
Acervo Eletrônico	Ferramenta que possibilita a juntada de documentos de mídias, tais como áudio (.mp3) e/ou vídeo (.mp4) a processos do PJe.	Produção
GEC	Gestão Eletrônica Correicional, sistema para geração automática de atas de correição	Produção
eCarta	Solução completa de comunicação, criada pelos Correios para atender às necessidades de empresas privadas e órgãos públicos na produção e distribuição de documentos oficiais, que exigem sigilo no processamento do conteúdo e comprovação da entrega no destino.	Produção



Sistema	Objetivos	Situação
Codex	Extrator de dados para a base de dados CODEX do CNJ (Plataforma responsável por realizar a consolidação das Bases de Dados Processuais, provendo o conteúdo textual de documentos e dados estruturados, funcionando como um data lake de informações processuais)	Produção
Meta9 (MTD)	Solução tecnológica que possibilita diagnosticar, organizar, consolidar e disponibilizar informações de processos relativos aos temas Trabalho Infantil, Assédio Sexual, Aprendizagem e Trabalho Análogo ao Escravo.	Produção

Sistemas Administrativos

Sistema	Objetivos	Situação
CCALC	Gerir a distribuição de processos para calculistas	Produção
Contas Públicas	Disponibilizar informações de execuções orçamentárias, licitações para o público externo	Produção
Contratos – Sistemas de Gestão de Contratos	Gerir os contratos celebrados entre o Tribunal e terceiros	Produção
Controle de Usuários	Sistema que faz a gestão das permissões e da alteração de senha dos usuários	Produção
Folha Web	Gerir a folha de Pagamento de Servidores e Magistrados da Instituição, funcionando como um sistema periférico ao SIGEP	Produção
Geraldo	Sistema gerador de documentos, é possível exportar para pdf, libreoffice ou google docs	Produção
Normas Internas	Sistema que armazena e disponibiliza os normativos administrativos do Tribunal, como atos, portarias, regimentos etc	Produção
Ponto Eletrônico	Controlar a frequência dos servidores do TRT-13	Produção
Portal da Internet e Intranet	Permitir à sociedade obter informações sobre as ações desenvolvidas pelo TRT-13	Produção
Portal de Serviços	Sistema eletrônico desenvolvido pelo TRT-13 que agrupa uma grande quantidade de serviços (consulta processual, solicitações de certidões trabalhistas, sustentação oral, entre outros)	Produção
PROAD	Sistema de Gestão de Protocolos administrativos	Produção
PROAD-OUV	Gerir as manifestações e pedidos de informação destinadas ao Tribunal	Produção
SAO ADM	Sistema de gestão de relatórios da área administrativa	Produção
SCMP	Gerir os materiais de consumo requisitados pelos servidores e Magistrados	Produção
SEMAJUD – Eventos da EJud	Controlar os eventos promovidos pela Escola Judicial	Produção
SIGEO-JT	Gerenciar os dados de execução orçamentária e realizar a gestão de diárias	Produção
SIGS	Gerir atendimentos a serviços de saúde para servidores e seus dependentes legais	Produção
SIGEP	Gerir os dados de servidores e magistrados	Produção
SISAQ – Sistema de Cálculo de Adicional de Qualificação	Auxiliar no processo de contagem das horas de capacitação/treinamento dos servidores/magistrados para concessão de adicional de qualificação	Produção

Sistema	Objetivos	Situação
SISAUDIO	Permitir o mapeamento do início e do fim da discussão de um processo no Tribunal Pleno, para posterior consulta	Produção
SISAVAL – Sistema de avaliação de servidores	Controlar a avaliação dos servidores do TRT-13	Produção
SISPAE – Sistema de protocolo administrativo eletrônico	Controlar os protocolos administrativos do TRT-13	Produção
SISPORT – Portaria	Controlar a entrada de prestadores de serviço nas dependências do TRT-13	Produção
SISOF – Sistema de Cadastro de Ocorrências de Oficiais de Justiça	Permitir aos oficiais de justiça o cadastro de situações de perigo no cumprimento do encargo	Produção
SISREC – Reserva de consignação	Controlar os pedidos de empréstimos consignados, de consulta à margem consignável e de filiação a entidades	Produção
Transparência	Disponibilizar informações exigidas pela Resolução CNJ nº 102	Produção

Governança de Segurança da Informação

A Assessoria de Governança de Segurança da Informação da SEGGEST, em alinhamento com a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário – ENSEC-PJ (Resolução CNJ nº 396/2021) e com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), realizou em 2022 as seguintes atividades relacionadas ao Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI):

- **Reestruturação do Comitê Gestor de Segurança da Informação:** por meio do Ato TRT SGP nº 179/2022 foi reestruturada a composição e o funcionamento do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI);
- **Criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética:** por meio do Ato TRT SGP nº 163/2022, foi instituída no TRT-13 a Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança Cibernética (ETIR), em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ (Resolução CNJ nº 396/2021), com a responsabilidade de receber, analisar e responder a notificações e atividades relacionadas a incidentes de Segurança da Informação em redes de computadores (Segurança Cibernética).
(<https://www.TRT-13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-regulamenta-novos-normativos-relacionados-a-seguranca-da-informacao>);
- **Elaboração da Política de Educação e Cultura em Segurança da Informação:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ (Resolução CNJ nº 396/2021), foi elaborada a Política de Educação e Cultura em Segurança da Informação (PECSI), instituída pelo Ato TRT SGP nº 162/2022, visando assegurar que magistrados, servidores e demais usuários dos serviços de informação disponibilizados tenham a devida compreensão de suas responsabilidades na proteção das informações e dados pessoais.
(<https://www.TRT-13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-regulamenta-novos-normativos-relacionados-a-seguranca-da-informacao>);
- **Elaboração do Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ, foi elaborado o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos (PPINC), instituído pelo Ato TRT SGP nº 104/2022, com o objetivo de estabelecer um conjunto de diretrizes de alto nível para a prevenção de incidentes cibernéticos na instituição.
(<https://www.TRT-13.jus.br/intranet/acs/news/trt-13-regulamenta-protocolos-de-seguranca-cibernetica>);
- **Elaboração do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ, foi elaborado o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas (PGCRC), instituído pelo Ato TRT SGP nº 105/2022, com o objetivo de promover ações responsivas a serem colocadas em prática quando ficar evidente que um incidente de Segurança Cibernética não será mitigado rapidamente e poderá durar dias, semanas ou meses.
(<https://www.TRT-13.jus.br/intranet/acs/news/trt-13-regulamenta-protocolos-de-seguranca-cibernetica>);



- **Elaboração do Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ, foi elaborado o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos (PIILC), instituído pelo Ato TRT SGP nº 164/2022, com o objetivo de estabelecer os procedimentos básicos para coleta e preservação de evidências e para comunicação obrigatória dos fatos penalmente relevantes ao Ministério Público e ao órgão de polícia judiciária com atribuição para o início da persecução penal.
(<https://www.TRT-13.jus.br/informe-se/noticias/trt-13-regulamenta-novos-normativos-relacionados-a-seguranca-da-informacao>);
- **Revisão do Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ e com as recomendações decorrentes de auditoria coordenada pelo CSJT para avaliação da gestão de segurança da informação no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º grau (PROAD 6227/2022), foi revisado o Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação, instituído pelo Ato TRT SGP nº 181/2022, tendo como propósito definir a gestão de incidentes de Segurança da Informação no âmbito do TRT-13, garantindo que sejam monitorados, detectados, analisados e tratados;
- **Realização de simulação de mail phishing:** com o objetivo de mensurar a maturidade dos colaboradores da instituição em relação ao tema Segurança da Informação, foi realizada uma simulação de mail phishing, mediante autorização da Presidência do Tribunal (PROAD 7798/2022).
(<https://www.TRT-13.jus.br/intranet/acs/news/atencao-e-mail-enviado-para-magistrados-e-servidores-sobre-contracheques-fazia-parte-de-uma-simulacao-de-ataque-ao-tribunal>);
- **Realização da campanha “6 Dicas para Reconhecer E-mails de Phishing”:** com o objetivo de conscientizar magistrados, servidores e jurisdicionados sobre a ameaça representada por e-mails de phishing, foi realizada a campanha intitulada “6 Dicas para Reconhecer e-mails de Phishing”.
(<https://www.TRT-13.jus.br/intranet/acs/news/seggest-lanca-campanha-201c6-dicas-para-reconhecer-e-mails-de-phishing201d-2>);
- **Criação do Comitê de Crises Cibernéticas:** em conformidade com as disposições da ENSEC-PJ, foi criado o Comitê de Crises Cibernéticas (CCCiber), instituído pelo Ato TRT SGP nº 180/2022, com o objetivo de deliberar sobre crises decorrentes de incidentes cibernéticos;
- **Elaboração de medidas para a adequação à LGPD de contratos:** Em conformidade com as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), foram elaboradas medidas para a adequação à LGPD de contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, instituídas por meio do Ato TRT SGP nº 182/2022;
- **Levantamento do Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários:** em 2022, foi realizado o levantamento do Índice de Conformidade com a Privacidade e Proteção de Dados dos Usuários (ICPPDU-JT), o qual faz parte dos indicadores do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho, sendo atingida a meta estabelecida no PE-JT para 2022;
- **Elaboração de planos de ações referentes à ENSEC-PJ:** diante da necessidade de aprimorar a capacidade do Poder Judiciário de coordenar pessoas, desenvolver recursos e aperfeiçoar processos, visando minimizar danos e agilizar o restabelecimento da condição de normalidade em caso de ocorrência de ataques cibernéticos de grande impacto, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 396/2021, a qual estabeleceu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Foram elaborados vários planos de ações visando atender às disposições da ENSEC-PJ.

Segurança da Informação

A Seção de Segurança da Informação da SETIC, visando aumentar o nível de confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos processos críticos de informação do Tribunal, realizou em 2022 as seguintes atividades:

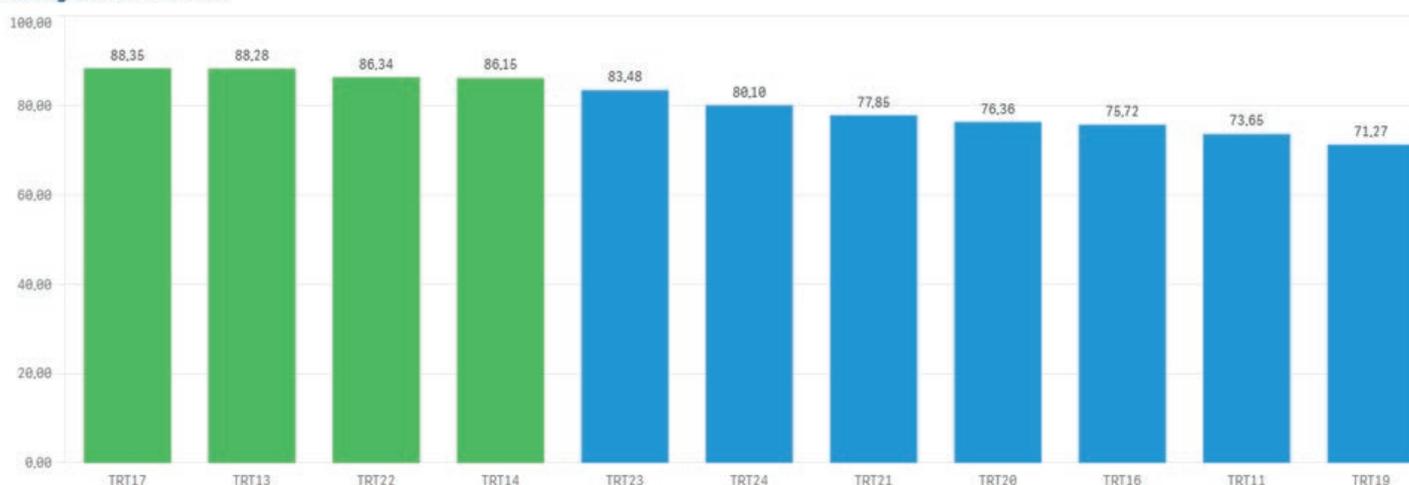
- **Implantação da solução Interact Suite SA:** em 2022, foi implantada no TRT-13 a solução de GRC Interact Suite SA (Contrato TRT nº 19/2022), a qual foi utilizada para apoiar a execução do 5º ciclo do Processo de Gestão de Riscos em Segurança da Informação;
- **Execução do Processo de Gestão de Vulnerabilidades de TIC:** o Processo de Gestão de Vulnerabilidades de TIC (Ato TRT SGP nº 373/2019), tem como propósito definir a gestão de vulnerabilidades de TIC no âmbito do TRT-13, garantindo que as mesmas sejam conhecidas, monitoradas e tratadas. Em 2022, foram identificadas e enviadas para tratamento mais de 100 vulnerabilidades relacionadas aos sistemas e ativos de TIC da instituição;

- Execução do Processo de Gestão de Riscos em Segurança da Informação – 5º ciclo: execução do 5º ciclo do Processo de Gestão de Riscos em Segurança da Informação, regulamentado pelo Ato TRT SGP nº 071/2020, o qual estabelece o processo e responsabilidades da Gestão de Riscos em Segurança da Informação no âmbito do TRT-13, bem como descreve as atividades de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes às atividades da instituição, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as melhores práticas de mercado e regulamentações pertinentes;
- Elaboração de planos de ações referentes à ENSEC-PJ: Diante da necessidade de aprimorar a capacidade do Poder Judiciário de coordenar pessoas, desenvolver recursos e aperfeiçoar processos, visando minimizar danos e agilizar o restabelecimento da condição de normalidade em caso de ocorrência de ataques cibernéticos de grande impacto, o CNJ publicou a Resolução nº 396/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ). Foram elaborados vários planos de ações visando atender às disposições da ENSEC-PJ;
- Elaboração de plano de ação relativo a teste de invasão: em 2022, foi elaborado e submetido às áreas envolvidas plano de ação para o tratamento das vulnerabilidades críticas detectadas nos ativos de TIC do TRT-13 em teste de invasão (pentest) realizado no final 2021 por uma empresa especializada;
- Elaboração de nova norma de senhas: foi realizada a revisão da norma para a utilização de senhas (Ato TRT SGP nº 54/2022).

Resultado IGovTIC-JUD 2022

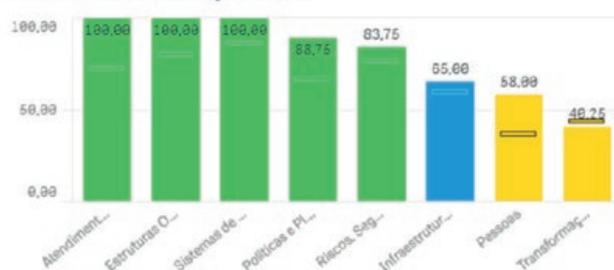
A SETIC manteve o índice de excelência no IGovTIC-JUD 2022: 2º lugar entre todos os tribunais do trabalho de pequeno porte.

Ranking iGovTIC-JUD 2022

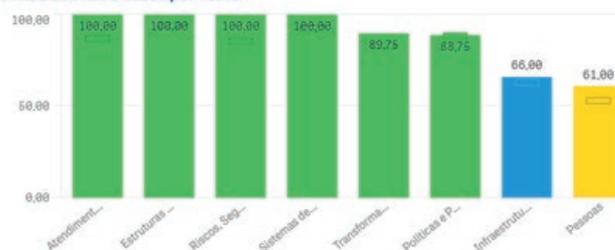


Consegue-se perceber claramente o empenho da SETIC em melhorar continuamente seu trabalho, comparando a evolução a cada ano. Em 2022 atingimos o nível de excelência em todos os temas, exceto “Infraestrutura” e “Pessoas”. A valorização de pessoas é um tema complexo, que possui dependências externas à SETIC e até ao Tribunal.

Média dos Resultados por Tema



Média dos Resultados por Tema



Indicadores de Produtividade dos Principais Serviços (OTRS)

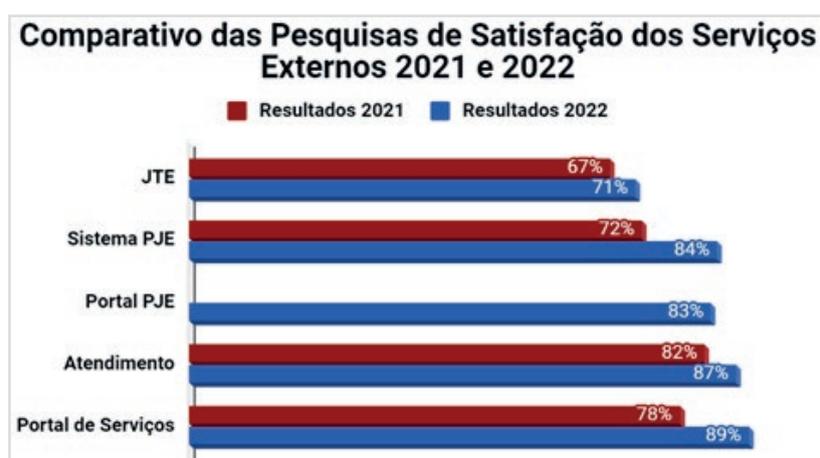
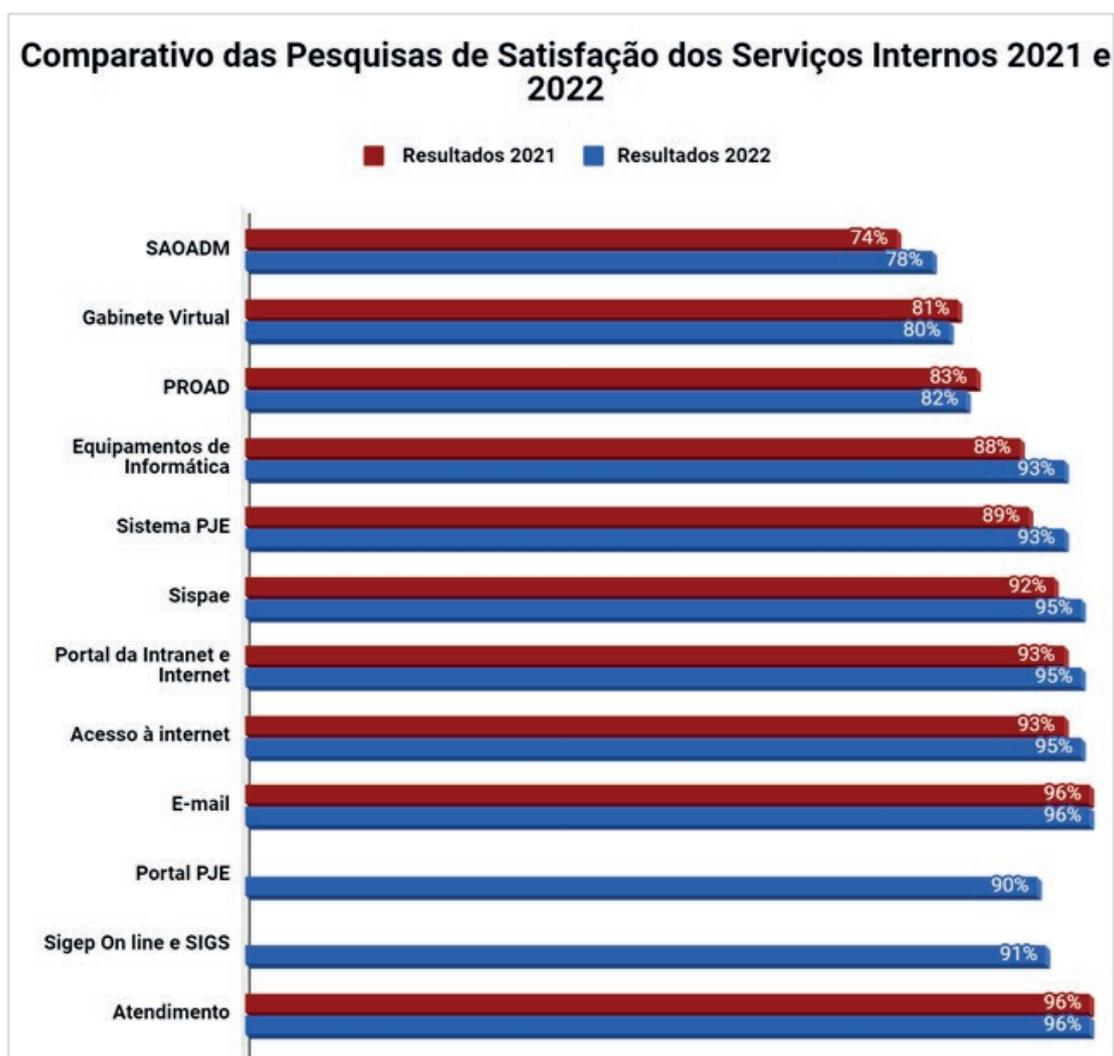
Abaixo vemos os principais serviços de TIC em relação a quantidade de chamados e o nível de atendimento do SLA. De forma geral, podemos verificar um aumento da demanda de TIC e, mesmo sem aumento de quadro, mantivemos o nível de atendimento, resultado da constante otimização e maturação de nossos processos de trabalho.



Serviços	Indicadores	2022
CCALC	SLA	90,50%
	Total de Chamados	200
Acesso à Internet	SLA	92,76%
	Total de Chamados	373
Portal Intranet e Internet	SLA	84,62%
	Total de Chamados	299
Sispae	SLA	86,42%
	Total de Chamados	81
PJE	SLA	83,52%
	Total de Chamados	5084
Equipamentos de Informática	SLA	81,82%
	Total de Chamados	209
Gabinete Virtual	SLA	96,10%
	Total de Chamados	385
SAOAdm	SLA	79,20%
	Total de Chamados	101
SIGEP	SLA	89,38%
	Total de Chamados	433
PROAD	SLA	95,05%
	Total de Chamados	384
Outros Serviços [135 serviços]	SLA	88,93%
	Total de Chamados	9416
Todos os 98 serviços de TIC	SLA	86,79%
	Total de Chamados	16.965

Pesquisa de Satisfação dos Serviços de TIC

Podemos verificar que os serviços de TIC (interno e externos) apresentam boa qualidade, alcançando um percentual médio de 90% na pesquisa interna e 83% na externa (atende ou supera as expectativas dos usuários). Pode-se perceber também um aumento geral de satisfação interna e externa, quando comparado a 2021.





Principais desafios e ações futuras

Para mitigar os riscos às atividades administrativas e judiciais, a SETIC executou, ao longo dos últimos anos, os seus planos de aquisição de bens e serviços de TIC, a fim de renovar o parque tecnológico do Órgão, reduzindo a necessidade de novas contratações em seu acervo permanente num futuro próximo. Com essa medida, foram atualizados importantes ativos de suporte ao negócio, em especial ao PJE, tais como máquinas servidoras, blades, switches, links, microcomputadores etc.

Além disso, também se buscou racionalizar as rotinas de trabalho, bem como adotar ferramentas capazes de melhorar a produtividade dos servidores de TIC, fornecendo mais controle e transparência das ações desenvolvidas localmente.

Assim, dentro das limitações existentes, a SETIC antecipou-se ao cenário de dificuldades financeiras e promoveu várias ações de gestão e organização com vistas a mitigar possíveis danos à prestação de serviços do Tribunal.

De todo modo, ainda restam vários desafios a serem superados, os quais envolvem diversas questões relativas à segurança da informação, orçamento, inovação, gestão de pessoas, desenvolvimento de sistemas, etc.

No que diz respeito à inovação tecnológica, projetos que envolvem inteligência artificial e gerenciamento ágil das atividades serão executados com o intuito de desburocratizar e modernizar a máquina judiciária e administrativa do Tribunal. Por se tratar de temas em constante mudança e

pela pouca experiência na área, são verdadeiros desafios a serem superados.

Quanto ao pessoal de TIC, atualmente, há uma importante carência de servidores especializados. Como é sabido, atualmente o quadro de profissionais da área é insuficiente para atender à crescente demanda, gerando um descompasso no que prevê a Resolução CNJ nº 370/2021. Segundo o normativo, considerando a coleta realizada no final de 2022 de 1.006 usuários internos e 10.690 externos, são necessários no mínimo 60 servidores de TIC do quadro permanente, mas temos apenas 48. Esse déficit de 12 servidores ainda é uma medida de difícil implementação, haja vista as restrições financeiras já citadas.

Contudo, em que pesem essas importantes restrições, a SETIC tem conseguido realizar suas principais ações ao longo dos anos e planeja-se bem para enfrentar as dificuldades vindouras. Nesse contexto, apoiada nos seus talentos internos, tem-se como objetivo tornar-se mais eficiente e produtiva, buscando, para tanto, expandir ainda mais o atual nível de excelência em governança e gestão de TIC, pela constante modernização e racionalização de suas atividades.

Ademais, tem como foco cada vez mais o desenvolvimento de novos módulos de apoio ao PJE e aos sistemas administrativos nacionais, o aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica e o alto padrão de atendimento aos seus usuários.

5.3.6. Gestão de Custos

O Ato CSJT.GP.SG nº 398/2013 criou o Grupo de Trabalho de Custos – GT-Custos, composto por servidores do CSJT, TST e 3 TRT's, para realizar estudos técnicos com o objetivo de modelar, desenvolver e implantar o Sistema de Custos da Justiça do Trabalho. Após a conclusão das atividades do GT-Custo, foi publicado o ATO nº 320/CSJT.GP.SG, de 9 de novembro de 2017, que criou, definiu a composição e as competências do Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho (SIC-JT).

Em abril de 2019 foi publicada a Cartilha “Gestão de Custos na Justiça do Trabalho” com detalhes de todas as

ações, objetos, codificações dos Centros de Custos, critérios de definição de competências entre outras variáveis para a gestão de custos no âmbito da Justiça do Trabalho. Link para a cartilha:

https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjCIJ761-L8AhVHLrkGHUcBDx0QFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.csjt.jus.br%2Fdocuments%2F955023%2F1264363%2FCartilha%2Bde%2BCustos%2B-%2B2021%2B%25281%2529.pdf%2Fb993f075-1548-8750-48ab-75308c767cc1%3Ft%3D1637845555898&usq=AOvVaw3q9x-c_-dQgUrF6U5GxFeh

5.3.7. Sustentabilidade Ambiental

O Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região instituiu nova versão do Plano de Logística Sustentável – PLS para o ciclo 2021- 2026 através da Resolução Administrativa nº 48/2021, alterada pela RA 101/2021. O Plano é composto de 25 Indicadores: Papel, Copos descartáveis, Água Mineral, Impressão, Impressoras, Toner, Telefonia fixa, Telefonia móvel, Energia, Água e Esgoto, Resíduos, Reforma e Construção, Limpeza, Vigilância, Veículos, Combustíveis,

Participação em Qualidade de vida no Trabalho, Ações de Qualidade de Vida no Trabalho, Solidariedade, Inclusão, Capacitações, Apoio Administrativo e Aquisições. O Comitê de Governança Institucional se reúne quadrimestralmente para análise e acompanhamento dos indicadores e metas, por meio das RAEs (Reuniões de Análise Sustentável). O quadro abaixo demonstra que o Regional vem adotando um consumo consciente dos recursos ambientais:

TABELA COM DADOS DE ATINGIMENTO DE INDICADORES DO PLS COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 2022 E 2021

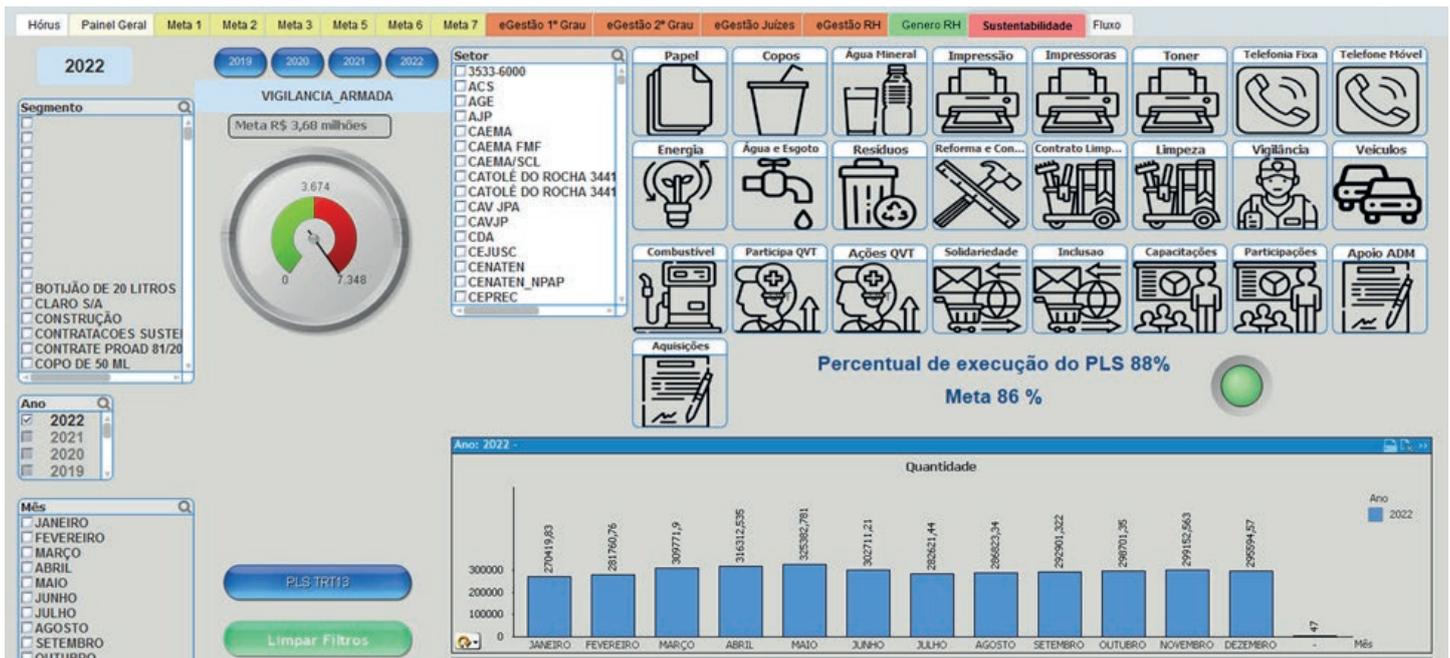
Indicador	2020	2021	2022	Evolução 2022/2021	Objetivo	Status da Meta
Papel (resmas)	485	367	248	-32,43 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Copo 200ml e 50 ml (centos)	426	274	137	-50,00 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Água mineral (bombonas de 20 litros)	2.668	2.767	2.316	-16,30 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Impressão (unidades impressas)	286.422	264.748	268.451	+1,40 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Toner (unidades)	57	85	57	-32,94 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Telefonia Fixa (R\$)	150.984,40	155.113,04	173.489,00	+11,85 %	Quanto menor, melhor.	Não atingida
Telefonia Móvel Internet (R\$)	216.799,44	228.207,20	215.022,00	-5,78 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Energia (kWh)	1.717.415	1.550.989	1.952.657,00	+25,90 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Água e esgoto (m3)	6.956	6.698	9.746	+45,51 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Gastos com contratos de limpeza (R\$)	2.396.502,00	2.124.247,00	2.424.042,00	+14,11 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Manutenção de veículos (R\$)	21.551,50	32.701,45	53.668,18	+64,12 %	Quanto menor, melhor.	Não atingida
Combustível (gasolina, etanol e diesel) (litros)	7.254	5.874	10.614	+80,70 %	Quanto menor, melhor.	Atingida
Qualidade de vida (nº de participações)	7.413	5.428	3.083	-43,20 %	Quanto maior, melhor.	Atingida

Outras Ações						
Participação em ações de Responsabilidade Socio-ambiental	31	56	161	+187,5 %	Quanto maior, melhor.	Atingida
Ações de capacitação	3	4	5	+25,00 %	Quanto maior, melhor.	Atingida

*Atualizado em 25/01/2023.



Os dados ligados ao PLS (Plano de Logística Sustentável), metas, indicadores e resultados em 2022 podem ser acompanhados pela sociedade através do endereço: <https://www.TRT-13.jus.br/acesso-a-informacao/sistema-horus>



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

As contratações e aquisições realizadas pelo TRT-13, no exercício 2022, obedeceram os critérios estabelecidos pela Resolução CSJT nº 103/2012, que aprovou o Guia Prático para inclusão de critérios de sustentabilidade nas

contratações de bens e serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Esse tema, inclusive, faz parte do Indicador 26 do PLS, cuja meta é atingir 100% das contratações, índice alcançado no exercício de 2020.

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Principais ações adotadas para a redução e consumo consciente de recursos naturais, exemplo de alguns itens do PLS:

1) Água e Esgoto:

- campanha Disque Vazamento;
- acompanhamento semanal do consumo de água dos prédios de João Pessoa;
- substituição de descargas para acionamento duplo nos wc's e substituição dos vasos convencionais por vasos com caixa acoplada;

- instalação de garrafas PETs nas caixas de descarga do Fórum Maximiano Figueiredo;
- captação e utilização de águas pluviais para fins não potáveis, no Fórum de Santa Rita;
- realização de campanhas de sensibilização quanto ao consumo consciente da água, na sede e nas Varas.

2) **Copo:** limitação na distribuição de copos descartáveis. Apenas unidades que atendem o público recebe, tais como: portarias dos Fóruns e Escola Judicial.

Redução de resíduos poluentes

A atividade principal do TRT não produz, como resultado final do processo, resíduos poluentes, pois a Missão Institucional é a Prestação Jurisdicional.

Os resíduos produzidos pelos processos de apoio à atividade finalística do Regional têm sua gestão e acompanhamento da destinação correta, contempladas no PLS.

Algumas ações desenvolvidas ou em desenvolvimento para reduzir danos ao meio ambiente de

alguns resíduos produzidos nos seus processos de apoio à atividade finalística:

- ampliada para todas as Varas do Trabalho a coleta seletiva de materiais recicláveis (papel, plástico, vidro e metal);
- destinação adequada aos resíduos de informática (cartuchos de tinta e de tonner, cilindros e lixo eletrônico);
- destinação adequada aos resíduos de obras e reformas;
- destinação adequada aos resíduos orgânicos, inclusive com destinação de boa parte para o Projeto Compostagem (alimentação de minhocas).

6. Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

A Divisão de Conformidade Contábil – DCCONT, de acordo com a Resolução Administrativa nº 073 de 19/07/2022, compõe a estrutura da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, que, conforme item 10.5.3 do Manual de Organização do TRT-13 (Ato TRT SGP nº 179, de 31/05/2019), exerce a competência de registrar, mensalmente, a Conformidade Contábil dos atos e fatos da administração orçamentário, financeira e patrimonial do Órgão por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis consolidadas do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, tendo como base a Secretaria de Orçamento e Finanças.

As Demonstrações Contábeis do TRT-13 são as seguintes:

a) Balanço Patrimonial – evidencia a situação patrimonial e financeira, de forma qualitativa e quantitativa, da entidade pública. As contas do ativo representam a capacidade de geração de benefícios econômicos futuros e potenciais de serviços e as contas do passivo compreendem as obrigações presentes, em consequência de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. Já o patrimônio líquido evidencia a situação financeira do órgão, por meio de resultado deficitário ou superavitário do exercício e de exercícios anteriores, e possíveis reservas de lucro, de capital, entre outras;

Declaração

De acordo com a análise realizada nos demonstrativos contábeis e os procedimentos da conformidade contábil, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração

b) Balanço Orçamentário – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada;

c) Balanço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – visam demonstrar o fluxo financeiro do órgão do período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas; e

d) Demonstração das Variações Patrimoniais – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas).

Estas demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes, a saber: Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986, Lei nº 10.180/2001 e Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 8ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional e nas mensagens emitidas Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

dos Fluxo de Caixa, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2022, refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação orçamentária, financeira e patrimonial do TRT-13.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	13.425.180,09	14.278.948,86	PASSIVO CIRCULANTE	11.379.715,96	6.862.984,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.095.147,63	5.012.903,68	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	11.264.973,54	6.858.436,11
Créditos a Curto Prazo	4.259.227,48	7.956.548,97	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	4.259.227,48	7.956.548,97	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	825.969,90	901.541,43	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	245.235,68	365.952,76	Demais Obrigações a Curto Prazo	115.642,42	4.554,80
ATIVO NÃO CIRCULANTE	114.439.936,35	77.257.747,18	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.559,38	257.944,65
Ativo Realizável a Longo Prazo	328.691,86	343.971,33	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	2.559,38	257.944,65
Créditos a Longo Prazo	328.691,86	343.971,33	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	328.691,86	343.971,33	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	11.382.275,34	7.120.929,56
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	2022	2021	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	108.832.181,18	75.062.765,49	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	10.645.409,06	15.464.175,60	Demais Reservas	4.919,52	-
Bens Móveis	41.952.980,11	42.068.335,84	Resultados Acumulados	116.477.921,58	84.416.664,48
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-22.307.571,05	-28.604.160,24	Resultado do Exercício	33.141.541,10	6.796.359,83
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	84.416.954,48	77.168.189,20
Bens Imóveis	69.186.772,12	59.596.589,89	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.080.284,00	462.115,45
Bens Imóveis	69.372.625,86	61.607.113,39	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-186.053,74	-2.008.523,50	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	116.482.841,10	84.416.664,48
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	5.279.063,31	1.851.010,36			
Softwares	5.279.063,31	1.851.010,36			
Softwares	6.069.123,50	3.474.448,07			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-810.060,19	-1.623.437,71			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	127.865.116,44	91.536.894,04	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	127.865.116,44	91.536.894,04

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	8.095.147,63	5.012.903,68	PASSIVO FINANCEIRO	1.157.728,01	759.552,20
ATIVO PERMANENTE	119.769.968,81	86.523.790,36	PASSIVO PERMANENTE	11.141.569,99	7.115.474,76
			SALDO PATRIMONIAL	115.565.818,44	83.661.667,08

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	298.616.143,42	125.025.231,37
Atos Potenciais Ativos	-	-	Atos Potenciais Passivos	298.616.143,42	125.025.231,37
Garantias e Contragarantias Recebidas	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	298.616.143,42	125.025.231,37
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	298.616.143,42	125.025.231,37

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			4.626.664,73
Recursos Vinculados			2.310.754,89
Seguridade Social (Exceto Previdência)			65.493,39
Previdência Social (RPPS)			-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog			2.245.261,50
TOTAL			6.937.419,62

Conforme demonstrado no quadro acima, o TRT-13 apresentou uma diminuição em 2022 de 5,98% no Ativo Circulante em relação ao exercício de 2021. Devido principalmente à diminuição dos Créditos a Curto Prazo que evidencia os gastos orçamentários pagos de forma antecipada, como o 13º Salário (Adiantamento em Janeiro 2023) e Salários e Ordenados (Pagamento Antecipado Fevereiro 2023). E as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) Pagas Antecipadamente tiveram uma diminuição de 32,99% em relação ao exercício de 2021.

O grupo Ativo Não Circulante apresentou um aumento em 2022 de 48,12% em relação ao ano de 2021. Esse aumento ocorreu devido principalmente às Reavaliações feitas durante o exercício nos Bens Imóveis do TRT-13 no valor de R\$ 27.213.446,67.

Houve um aumento no Total do Ativo do TRT-13 no valor de R\$ 36.328.422,40, que representa 39,68% em relação ao exercício de 2021.

O Passivo Circulante aumentou o valor de R\$ 4.516.731,05 que corresponde a 65,81% em relação ao ano de 2021, isso por causa do item Obrigações Trabalhistas, Previdenciais e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, grupo que evidencia as contas Férias a Pagar de Magistrados e Servidores e ainda os Passivos de Pessoal a Pagar (Acórdão TCU nº 1485/2020 12).

O Passivo Não Circulante apresenta o valor de R\$ 2.559,38 com uma variação a menor de 99,01% que 2021. Esse valor representa as Obrigações Trabalhistas a Pagar a Magistrados e Servidores a Longo Prazo que estão com suspensão de pagamento pelo CSJT.

O Patrimônio Líquido teve um acréscimo de 37,98% em relação ao exercício de 2021.

O Balanço Patrimonial desta UPC apresentou resultado positivo entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, ou seja, superavit financeiro no exercício em análise no valor de R\$ 6.937.419,62.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 1
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO	VALORES EM UNIDADES DE REAL	
ORÇAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
		2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		551.266.630,54	482.101.646,18
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.256.102,36	6.380.809,42
Impostos		-	-
Taxas		7.256.102,36	6.380.809,42
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.092.604,01	182.160,84
Venda de Mercadorias		-	-
Venda de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.092.604,01	182.160,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		25.181,15	38.337,99
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		3,64	-
Juros e Encargos de Mora		0,08	-
Variações Monetárias e Cambiais		25.177,43	38.337,99
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		511.041.317,28	470.299.806,17
Transferências Intragovernamentais		510.878.392,17	467.941.761,35
Transferências Intergovernamentais		-	1.098.780,00
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		162.925,11	1.259.266,82
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		27.214.962,67	4.624.155,78
Reavaliação de Ativos		27.213.446,67	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		1.118,00	4.624.155,78
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.576.863,07	576.367,98
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-

Fonte: SIAFI 2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORÇAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.576.863,87	576.367,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	518.065.089,44	475.315.286,35
Pessoal e Encargos	316.222.593,89	313.332.641,53
Remuneração e Pessoal	250.014.975,75	246.107.360,47
Encargos Patronais	51.438.203,43	52.572.892,19
Benefícios a Pessoal	13.373.751,72	13.347.542,37
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.394.662,99	1.304.846,50
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	120.835.111,87	117.768.836,33
Aposentadorias e Reformas	101.690.542,99	99.431.722,00
Pensões	18.978.432,36	18.137.811,28
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	186.135,70	189.303,05
Uso de Material de Consumo	38.615.198,57	25.059.812,46
Serviços	787.767,40	634.598,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	34.042.716,97	20.534.925,31
Desprecação, Amortização e Exaustão	3.784.686,20	3.889.487,84
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	58.138,80	708,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	708,58
Variações Monetárias e Cambiais	58.138,80	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	13.524.105,50	9.887.901,93
Transferências Intragovernamentais	12.063.921,17	7.658.191,96
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.460.184,33	1.949.709,97
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	27.428.256,83	8.576.889,66
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	554.276,53	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	35.435,85	175.108,00
Incorporação de Passivos	23.408.089,79	8.349.600,19
Desincorporação de Ativos	3.430.484,96	51.381,47



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 3

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORÇAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
Tributárias	388.777,39	195.819,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	72.020,29	5.213,29
Contribuições	316.757,10	189.806,63
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	992.956,39	785.068,84
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações de Autarquia Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	992.956,39	785.068,84
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	33.141.541,10	6.786.359,83

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2022	2021

O Resultado Patrimonial do Período é calculado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA (Receitas) e as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD (Despesas). Tivemos em 2022 resultado positivo ou superavit patrimonial em R\$ 33.141.541,10.

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), no valor de R\$ 551.206.630,54, estão representadas em 92,68% pelas Transferências Intragovernamentais (Sub-repasse) do CSJT no valor de R\$ 510.878.392,17. Ainda tivemos nas VPAs Valorização e Ganhos com Ativos no valor de R\$ 27.213.446,67 devido à Reavaliação de Ativos.

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), no valor de R\$ 518.065.089,44, em sua maioria de 84,36%, foram Despesas de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionista, Encargos Patronais e Benefícios Assistenciais de Pessoal no valor de R\$ 437.057.704,96.

Durante o exercício nas VPDs houve Incorporação de Passivos ocasionado pelo pagamento de Passivos de Pessoal, Precatórios e RPV's (Sentença de Pequeno Valor) no valor de R\$ 23.408.059,79.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO	PERÍODO	
TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	2022	Anual	
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO	EMISSÃO	PÁGINA	
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	07/02/2023	1	
		VALORES EM UNIDADES DE REAL		
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos				
Taxas				
Contribuições de Melhoria				
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais				
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico				
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.				
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado				
Valores Mobiliários				
Delegação de Serviços Públicos				
Exploração de Recursos Naturais				
Exploração do Patrimônio Intangível				
Cessão de Direitos				
Demais Receitas Patrimoniais				
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais				
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde				
Serviços e Atividades Financeiras				
Outros Serviços				
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais				
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos				
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público				
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas				
Operações de Crédito Externas				
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis				
Alienação de Bens Imóveis				
Alienação de Bens Intangíveis				
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT	-	-	509.175.771,55	509.175.771,55
TOTAL	-	-	509.175.771,55	509.175.771,55
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	29.105.616,00	-	-29.105.616,00
Supervir Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	29.105.616,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	470.841.816,00	496.359.975,00	500.984.263,93	500.011.839,02	499.823.966,05	-4.544.388,93
Pessoal e Encargos Sociais	425.949.201,00	443.482.904,00	446.631.344,28	446.579.622,00	446.553.900,65	-3.149.040,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	44.892.615,00	52.877.071,00	54.352.919,65	53.432.216,94	53.269.665,40	-1.395.248,65
DESPESAS DE CAPITAL	1.484.643,00	5.072.100,00	8.271.507,62	8.238.756,45	8.238.756,45	-3.199.407,62
Investimentos	1.484.643,00	5.072.100,00	8.271.507,62	8.238.756,45	8.238.756,45	-3.199.407,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	508.062.322,50	-7.743.696,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	508.062.322,50	-7.743.696,55



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ORGAO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	472.326.459,00	501.432.075,00	509.175.771,55	508.250.595,47	508.062.322,50	-7.743.696,55

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	520.190,43	345.687,98	345.687,98	143.488,40	31.014,05
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	520.190,43	345.687,98	345.687,98	143.488,40	31.014,05
DESPESAS DE CAPITAL	-	234.806,97	213.852,33	213.852,33	7.799,01	13.154,73
Investimentos	-	234.806,97	213.852,33	213.852,33	7.799,01	13.154,73
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	754.997,40	559.540,31	559.540,31	151.287,41	44.168,78

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa o Deficit ou Superavit Orçamentário. No Balanço Orçamentário do TRT-13 essa diferença é apresentada como deficit no valor de R\$ 509.175.771,55, pois não há valores registrados em Receitas Realizadas, uma vez que esses valores, no âmbito da Justiça do Trabalho, são apresentados no demonstrativo do Órgão Setorial de Programação Financeira – CSJT (UG 080017). O valor de R\$ 509.175.771,55 corresponde ao valor das despesas empenhadas no exercício de 2022.

Assim, o orçamento total disponibilizado ao TRT-13, no exercício de 2021, importou em R\$ 515.378.039,55, considerados os créditos iniciais consignados na Lei Orçamentária Anual, os créditos suplementares adicionais e as descentralizações recebidas (provisões e destaques). Deste montante foi executado (empenhado) o valor de R\$ 509.175.771,55 que corresponde a 98,796% do orçamento disponibilizado.

Os Restos a Pagar Não Processados do Exercício Anterior no valor de R\$ 754.997,40 foram pagos liquidados e pagos o valor de R\$ 559.540,31 que corresponde a 74,11 do montante inicial. E ainda cancelados no valor de R\$ 151.288,31. Ficando o saldo a pagar de R\$ 44.168,78.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCÍCIO 2022		PERÍODO Anual	
TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS		EMISSÃO 07/02/2023		PÁGINA 1	
SUBTÍTULO 8005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª. REGIÃO		VALORES EM UNIDADES DE REAL			
ORGÃO SUPERIOR 15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	509.175.771,55	467.214.888,19
Ordinárias	-	-	Ordinárias	368.266.610,84	340.089.248,33
Vinculadas	-	-	Vinculadas	120.809.760,71	127.126.647,77
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exercício Previdêncial)	14.288.499,61	36.671.580,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Previdência Social (RPPS)	103.349.484,00	85.407.762,49
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.271.777,10	2.955.905,28
Transferências Financeiras Recebidas	510.878.392,17	467.841.578,02	Transferências Financeiras Concedidas	12.063.921,17	7.698.191,96
Resultantes da Execução Orçamentária	510.431.388,26	467.496.981,74	Resultantes da Execução Orçamentária	-	305.561,34
Sub-repasso Recebido	510.431.388,26	467.496.981,74	Sub-repasso Devidido	-	305.561,34
Independentes da Execução Orçamentária	447.033,91	444.596,28	Independentes da Execução Orçamentária	12.063.921,17	7.352.630,62
Demais Transferências Recebidas	210.546,80	214.403,71	Movimento de Saldos Patrimoniais	12.063.921,17	7.352.630,62
Movimentação de Saldos Patrimoniais	236.457,31	230.192,57	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	14.159.056,85	9.156.240,39	Pagamentos Extraorçamentários	715.912,36	343.699,59
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	168.272,97	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	925.176,08	754.997,40	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	559.540,31	115.608,33
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.417,24	212.878,92	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151.417,24	228.051,26
Outros Recebimentos Extraorçamentários	12.804.190,56	8.188.364,67	Outros Pagamentos Extraorçamentários	4.554,80	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	110,18	-	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	4.554,80	-
Restituições a Pagar	-	4.554,80			
Anexação de Outra Unidade	12.892.964,38	8.183.626,54			
Demais Recebimentos	1.116,00	183,33			
Saldo do Exercício Anterior	5.012.903,68	3.131.824,32	Saldo para o Exercício Seguinte	8.095.147,63	5.012.903,68
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.012.903,68	3.131.824,32	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.095.147,63	5.012.903,68
TOTAL	530.056.352,70	486.229.643,33	TOTAL	530.056.352,70	486.229.643,33

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de recursos no exercício, sendo dividido em duas colunas, uma para os ingressos e outra para os dispêndios. As colunas são divididas em Receitas/Despesas Orçamentárias, Transferências Financeiras Recebidas/Concedidas e Recebimentos/Despesas Extraorçamentários, conforme o caso.

O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros compara o saldo transferido do exercício anterior como aquele transposto para o exercício seguinte, indicando o impacto do resultado financeiro sobre a conta Caixa e Equivalentes de Caixa conforme segue:

Saldo para o Exercício Seguinte (A)	R\$ 8.095.147,63
Saldo do Exercício Anterior (B)	R\$ 5.012.903,68
Diferença (A-B)	R\$ 3.082.243,95

Quociente (A/B): 1,61%.

O Quociente no exercício de 2022 foi de 1,61% demonstrando que ocorreu um superavit financeiro. Além disso, ao observar a diferença entre os saldos, constata-se que houve

mais ingressos do que dispêndios financeiros, no montante de R\$ 3.082.243,95.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.534.852,73	4.113.697,10
INGRESSOS	523.923.889,79	476.342.821,81
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e do Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	523.923.889,79	476.342.821,81
Ingressos Extrorçamentários	151.417,24	212.878,92
Restituições a Pagar		4.554,80
Transferências Financeiras Recebidas	510.878.392,17	467.941.578,02
Anexação de Outra Unidade	12.892.964,38	8.183.626,54
Demais Recebimentos	1.116,00	183,33
DESEMBOLSOS	-512.389.037,06	-472.229.124,51
Pessoal e Demais Despesas	-450.813.999,68	-413.025.524,19
Legislativo		
Judiciário	-313.342.123,53	-288.800.298,68
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-129.590.039,61	-117.665.562,49
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos de Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.534.852,73	4.113.697,10
INGRESSOS	523.923.889,79	476.342.821,81
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços		
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais		
Dos Estados e do Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais		
Outras Transferências Recebidas		
Outros Ingressos Operacionais	523.923.889,79	476.342.821,81
Ingressos Extrorçamentários	151.417,24	212.878,92
Restituições a Pagar		4.554,80
Transferências Financeiras Recebidas	510.878.392,17	467.941.578,02
Anexação de Outra Unidade	12.892.964,38	8.183.626,54
Demais Recebimentos	1.116,00	183,33
DESEMBOLSOS	-512.389.037,06	-472.229.124,51
Pessoal e Demais Despesas	-450.813.999,68	-413.025.524,19
Legislativo		
Judiciário	-313.342.123,53	-288.800.298,68
Essencial à Justiça		
Administração		
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social	-129.590.039,61	-117.665.562,49
Saúde		
Trabalho		
Educação		
Cultura		
Direitos de Cidadania		
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento		
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		



EXERCÍCIO 2022	PERÍODO Anual
EMISSÃO 07/02/2023	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	80005 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ÓRGÃO SUPERIOR	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO

	2022	2021
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-7.061.946,72	-6.509.663,02
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	110,16	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-50.155.144,17	-51.317.357,10
Intergovernamentais	-	-
A Estados e ao Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-50.155.144,17	-51.317.357,10
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-12.219.893,21	-7.886.243,22
Dispêndios Extrorçamentários	-151.417,24	-228.051,26
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores	-4.554,80	-
Transferências Financeiras Concedidas	-12.063.921,17	-7.658.191,96
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-8.452.698,78	-2.232.617,74
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-8.452.698,78	-2.232.617,74
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.837.933,35	-2.064.113,83
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-2.614.765,43	-168.503,91
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.082.243,95	1.861.879,36
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	3.012.903,68	3.131.824,32
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.095.147,63	5.013.663,68

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. O objetivo da DFC é contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público. Essa demonstração é, também, um importante instrumento de avaliação da gestão pública, pois, segundo o MCASP, permite inferir, em nível macro, quais foram as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em investimentos e

financiamentos, além de permitir a verificação de como a administração influenciou na liquidez da entidade, de forma a prevenir insolvência futura.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – o valor positivo de R\$ 3.082.243,95 representa a diferença entre os valores inicial do Caixa e Equivalente e os valores do Caixa e Equivalentes Final, indicando que houve mais entrada do que saída de recursos financeiros, ao longo do exercício de 2022.

Base de Preparação das Demonstrações e Políticas Contábeis

As DCON foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade do órgão 15000 – Justiça do Trabalho, administração direta que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- VI. Notas Explicativas.



Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRT-13, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

a) Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste TRT-13, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única (Limite de Saque com Vinculação de Pagamento). Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada

do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive dos fundos, das fundações, das autarquias e das empresas estatais dependentes.

c) Demais Créditos e Valores a Curto Prazos

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com Adiantamentos de 1/3 Férias e 13º Salários de magistrados e servidores referente ao mês de janeiro de 2023 e Estoques. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

d) Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo com créditos previdenciários. No TRT-13 compreende o registro do crédito a receber da FUNPRESP – JUD – Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Poder Judiciário, relativo ao aporte a título de adiantamento de contribuições futuras.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicáveis, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

e) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. No exercício, não houve reconhecimento e mensuração da perda por redução ao valor recuperável do ativo não gerador de caixa.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

f) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos – no TRT-13 são os softwares –, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base

no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

g) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

As informações da depreciação dos bens móveis do TRT-13 são apuradas pelo Sistema de Material e Patrimônio (SMP) que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- método das cotas constantes;
- utilização da tabela de vida útil e valor residual definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

h) Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703/2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

I - atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

i) Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante no TRT-13 apresentam a seguinte divisão:

- I - obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; e
- II - demais obrigações.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando

relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

k) Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I - Patrimonial;
- II - Orçamentário; e
- III - Financeiro.



Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos

Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio

para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

A apuração do resultado ocorre pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As demonstrações contábeis do exercício de 2022 desta UPC, encerradas em 31/12/2022, foram extraídas do Sistema SIAFI Web e serão disponibilizados no sítio da internet no endereço <https://www.TRT-13.jus.br/transparencia/demonstracoes-contabeis>.

7. Anexos e Apêndices

7.1. Declaração dos Responsáveis pela Governança

O TRT-13 tem compromisso com a ética e a transparência. Desta forma, o Relato Integrado foi desenvolvido seguindo esses preceitos e reunindo informações de diversas áreas institucionais de forma clara e objetiva. O seu conteúdo busca apresentar o pensamento integrado das diversas Unidades administrativas, cujas atividades estão alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais.

A elaboração coletiva do Relato Integrado assegura a integridade dos dados aqui contidos e revela a sinergia entre os profissionais da instituição. As oportunidades, desafios e resultados expostos são o combustível do Tribunal para alcance da missão institucional “Promover uma prestação jurisdicional célere e eficaz” em prol da sociedade brasileira.

7.2. Atuação da Secretaria de Auditoria Interna

O TRT-13 possui uma Secretaria de Auditoria Interna (SECAUD), unidade administrativa que integra a estrutura organizacional do Tribunal, subordinada diretamente à Presidência do Tribunal, a qual compete exercer as atribuições contidas no art. 74 da Constituição Federal, no Regulamento Geral da Secretaria deste Tribunal (RA nº 105/2022) e no Manual de Organização (ATO TRT SGP nº 174/2022).

em 2020, está disposto na Resolução Administrativa nº 100/2020 e o Código de Ética dos servidores da SECAUD na Resolução Administrativa nº 101/2020.

A Secretaria de Auditoria atua na 3ª linha de defesa do órgão, tendo por finalidade realizar atividade independente e objetiva, com serviços de avaliação (assurance) e consultoria, a fim de adicionar valor e melhorar as operações do Tribunal, a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança

corporativa, auxiliando-o no alcance dos seus objetivos estratégicos.

Os servidores lotados na Secretaria de Auditoria serão titulares de cargos efetivos do quadro de pessoal permanente deste Tribunal, sendo-lhes vedada a participação em comissões, de licitação, de sindicância, de processo administrativo disciplinar, de tomada de contas especial e de recebimento de material, excetuada a Comissão Permanente de Orçamento e Gestão.

As Unidades de Auditoria Interna realizarão avaliações e consultorias com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual respectivo;

II - avaliar o cumprimento das metas estabelecidas nos planos estratégicos dos órgãos e sua vinculação ao Plano Plurianual e aos planos dos órgãos de governança superior;

III - acompanhar e avaliar a execução orçamentária e os programas de gestão;

IV - verificar a observância e comprovação da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão;

V - avaliar os resultados, especialmente quanto à eficiência e à eficácia das ações administrativas, relativas à governança e à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal;

VI - examinar as aplicações de recursos públicos alocados por entidades de direito privado;

VII - realizar certificação de contas, em atendimento aos normativos do Tribunal de Contas da União para a tomada e prestação de contas dos administradores públicos;

VIII - subsidiar meios, informações e análises com vistas a apoiar o controle externo, na figura do Tribunal de Contas da União, bem como o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho no exercício de suas missões institucionais.

As auditorias realizadas possuem diversas finalidades, podendo ser classificadas da seguinte forma:

I - Auditoria de Conformidade ou Compliance – objetiva verificar se os atos e fatos da gestão obedecem às condições, às regras e aos regulamentos aplicáveis;

II - Auditoria Operacional ou de Desempenho – objetiva avaliar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de organizações, programas, planos estratégicos e atividades governamentais, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública, avaliar os resultados organizacionais e certificar o funcionamento dos controles internos, baseando-se em análises de risco;

III - Auditoria Financeira ou Contábil – objetiva averiguar, de acordo com normas específicas, a exatidão dos registros e das demonstrações contábeis no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e a representação do patrimônio do ente governamental, com a finalidade de aumentar o grau de confiança das informações por parte dos usuários;

IV - Auditoria de Gestão – objetiva emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, assegurar a exatidão das demonstrações contábeis e a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão; bem como avaliar os resultados alcançados pela gestão e a eficácia dos mecanismos de governança, da gestão de riscos e dos controles internos administrativos;

V - Auditoria Especial – objetiva examinar fatos ou situações considerados relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizada para atender solicitação expressa de autoridade competente.

Verifica-se que um mesmo trabalho de auditoria pode ter uma ou mais das finalidades acima elencadas.

Além disso, aos servidores da SECAUD, em razão de realização de auditoria e consultorias são asseguradas as seguintes prerrogativas:

I – livre ingresso às unidades orgânicas do Tribunal;

II – acesso a todos os documentos e informações necessárias à realização de seu trabalho, inclusive a sistemas eletrônicos de processamento de dados;

III – competência para requerer, por escrito, aos responsáveis pelas unidades orgânicas, os documentos e informações entendidos necessários, fixando prazo razoável para atendimento.

Conforme o mapeamento dos processos de trabalho, todos os relatórios finais das auditorias são encaminhados para o Presidente do Tribunal para conhecimento e providências afetas. Após, é protocolado, pelo líder da auditoria, o monitoramento do cumprimento das recomendações aos gestores, onde verifica-se o efetivo cumprimento das recomendações realizadas.

Assim sendo, a Secretaria de Auditoria Interna deste Tribunal exerce sua atividade em respeito ao princípio de segregação das funções e, portanto, não participa de atos de gestão administrativa do órgão, pois atua, sobretudo, na realização de auditorias internas e monitoramento das recomendações realizadas pela SECAUD (e pelos órgãos de controles externos), com o objetivo precípuo de fortalecimento dos controles internos da UPC e a legalidade dos atos de gestão.



7.3. Rol dos Responsáveis de 01.01.2022 A 31.12.2022

I – Desembargador Presidente e seu Substituto:

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	LEONARDO JOSÉ VIDERES TRAJANO		CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)	
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58045-110
Telefone:	(83) 3533-6100	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		DESEMBARGADOR PRESIDENTE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
RA 129/2020	22/10/2020			01/01/2022	31/12/2022

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE		CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)	
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58429-520
Telefone	(83) 3533-6167	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função:		DESEMBARGADOR VICE-PRESIDENTE			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
RA 129/2020	20/10/2020			22/02/2022 03/11/2022	06/03/2022 09/11/2022

II – Secretária-Geral da Presidência e seu Substituto:

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ANTÔNIO FRAGOSO CAVALCANTE NETO			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58037-435
Telefone	(83) 3533-6200	Fax	-	e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função:		SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT 13 001/2021	08/01/2021	PORTARIA CGP 002/2022	07/01/2022	01/01/2022	09/01/2022

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	SAMUELSON WAGNER DE ARAÚJO E SILVA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58046-600
Telefone	(83) 3533-6101	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT CGP 003/2022	07/01/2022			10/01/2022	31/12/2022



UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	SAMUELSON WAGNER DE ARAÚJO E SILVA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58046-600
Telefone	(83) 3533-6101	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT CGP 332/2021	15/09/2021	PORTARIA CGP 002/2022	09/01/2022	01/01/2022	06/01/2022

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	BRENNASUANY COSTA CAVALCANTI			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58.039-080
Telefone	(83) 99864 7664	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO GERAL DA PRESIDÊNCIA SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT13 024/2022	03/02/2022			18/02/2022	18/02/2022
				21/02/2022	25/02/2022
				11/05/2022	13/05/2022
				16/05/2022	20/05/2022
				16/09/2022	05/10/2022
				03/11/2022	03/11/2022
				14/11/2022	14/11/2022
				21/11/2022	23/11/2022

III – Secretário-Geral Judiciário e seu Substituto:

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	RENAN CARTAXO MARQUES DUARTE			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58030-150
Telefone	(83) 3533-6133	Fax	-	e-mail	-
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO E COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA – TITULAR			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA CGP 363/2021	04/11/2021			01/01/2022	31/12/2022

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	MARIA DE FÁTIMA RAPOSO DE FRANCA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58015-030
Telefone	(83) 3533-6133	Fax	-	e-mail	-
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO E COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA – SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT13 127/2021	10/02/2021	PORTARIA CGP 426/2022	18/08/2022	10/01/2022	16/01/2022
PORTARIA CGP 427/2022	18/08/2022			22/01/22	03/02/2022
				22/08/2022	30/08/2022
				13/09/2022	16/09/2022
				19/09/2022	22/09/2022
				24/10/2022	28/10/2022
				14/11/2022	15/11/2022
				26/11/2022	03/12/2022



UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	MARTA MARIA QUEIROGA DE FREITAS CARNEIRO			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58.000-000
Telefone	(83) 99966 4995	Fax	-	e-mail:	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO E COORDENAÇÃO JUDICIÁRIA – SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT13 006/2022	17/01/2022	PORTARIA TRT13 006/2022	21/01/2022	17/01/2022	21/01/2022

IV – Diretor-Geral da Secretaria e seu Substituto:

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome:	ALEXANDRE GONDIM GUEDES PEREIRA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58035-010
Telefone	(83) 3533-6018	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função:		DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA – TITULAR			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA TRT 13 GP 7/2019	07/01/2019			01/01/2022	31/12/2022

UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	ARYOSWALDO JOSE BRITO ESPINOLA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial:		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP:	58036-202
Telefone	(83) 3533-6021	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função		DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA – SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
RA 69/2021	08/01/2021			17/01/2022	24/01/2022
				22/03/2022	25/03/2022
				18/04/2022	20/04/2022
				17/05/2022	20/05/2022
				24/05/2022	27/05/2022
				31/05/2022	17/06/2022
				15/08/2022	20/08/2022
				29/08/2022	09/09/2022
				19/09/2022	22/09/2022
				10/10/2022	11/10/2022
				03/11/2022	20/11/2022



UNIDADE JURISDICIONADA		TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO			
DADOS DO RESPONSÁVEL					
Nome	LÚCIO FLÁVIO NUNES DA SILVA			CPF	(art. 30 da DN TCU 198/2022)
Endereço Residencial		(art. 30 da DN TCU 198/2022)			
Cidade	JOÃO PESSOA	UF	PARAÍBA	CEP	58.046-518
Telefone	(83) 99984 3116	Fax	-	e-mail	
INFORMAÇÕES DO CARGO OU FUNÇÃO					
Natureza de Responsabilidade		(art. 7º da IN TCU nº 84/2020)			
Nome do Cargo ou Função:		DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA – SUBSTITUTO			
Ato de Designação		Ato de Exoneração		Período de gestão no exercício	
Nome e número	Data	Nome e número	Data	Início	Fim
PORTARIA CGP 192/2022	20/06/2022	PORTARIA CGP 192/2022	21/06/2022	20/06/2022	21/06/2022

